

Revista de Economia Solidária

Review of Solidarity Economy

Revue d'Economie Solidaire

Revista de Economia Solidaria

17

Dezembro 2024

ECONOMIA SOLIDÁRIA

QUE CONCEITO DE SOLIDARIEDADE?



ECONOMIA SOLIDÁRIA - QUE CONCEITO DE SOLIDARIEDADE ?

Dezembro de 2024

FICHA TÉCNICA

Edição ACEESA

N.º de registo na ERC

Nota: isenta de registo na ERC ao abrigo do decreto regulamentar 8/99 de 9/06 artigo 12ª - 1 - a

Fotografias

António Ferreira Pacheco

Design Gráfico CRESAÇOR

ISSN

1647 - 5968

Depósito Legal

293560/09

Tiragem

100 exemplares

Dezembro 2024

Edição Digital

Edição em Papel 100% Reciclado

ACEESA

Rua D. Maria José Borges, n.º 137
9500 - 466 Ponta Delgada
São Miguel – Açores – Portugal

T +351 296 099 433 | +351 296 281 554

ceesageral@gmail.com

<https://www.facebook.com/CentrodeEstudosdeEconomiaSolidariadoAtlantico/>

Apoio



Director / Editor - in - chief

Rogério Roque Amaro
Instituto Universitário de Lisboa
(ISCTE – IUL) – Portugal

ACEESA – Associação Centro de Estudos de Economia Solidária do Atlântico – Portugal

Diretora Executiva / Executive Editor

Catarina Pacheco
ACEESA – Associação Centro de Estudos de Economia Solidária do Atlântico – Portugal

Conselho Editorial / Editorial Board

Artur Martins
ACEESA – Associação Centro de Estudos de Economia Solidária do Atlântico – Portugal

Catarina T. Ferreira Pacheco
ACEESA – Associação Centro de Estudos de Economia Solidária do Atlântico – Portugal

Célia Pereira
CRESAÇOR – Cooperativa Regional de Economia Solidária dos Açores – Portugal

Jean – Louis Laville
CNAM – Conservatoire National des Arts et Métiers – França

Jordi Estivill
Universidade de Barcelona – Catalunha – Espanha

Rogério Roque Amaro
Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE – IUL) – Portugal

ACEESA – Associação Centro de Estudos de Economia Solidária do Atlântico – Portugal

Comissão Científica Internacional / International Advisory Board

Rogério Roque Amaro
Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE – IUL) – Portugal

ACEESA – Associação Centro de Estudos de Economia Solidária do Atlântico – Portugal

Jean – Louis Laville
CNAM – Conservatoire National des Arts et Métiers – França

Jordi Estivill
Universidade de Barcelona – Catalunha – Espanha

Ana Margarida Esteves
CEI – IUL – Centro de Estudos Internacionais – Portugal

António David Cattani
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil

Casimiro Balsa
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa – Portugal

Cláudio Furtado
Universidade de Cabo Verde – Cabo Verde

Clébia Mardonia Freitas
UNILAB – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Brasil

Genauto França Filho
UFBA – Universidade Federal da Bahia – Brasil

José Fialho Feliciano
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – Portugal

José Manuel Henriques
Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE – IUL) – Portugal

Leão Lopes
Atelier – Mar – Cabo Verde
Instituto Universitário de Arte, Tecnologia e Cultura – Mindelo – Cabo Verde

Luciene Rodrigues
UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes Claros – Minas Gerais – Brasil

Luís Inácio Gaiger
UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Rio Grande do Sul – Brasil

Maliha Safri
Drew University – Estados Unidos da América

Maria de Fátima Ferreira
Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE – IUL) – Portugal

Pedro Hespanha
Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra – Portugal

Redação / Offices

ACEESA – Associação Centro de Estudos de Economia Solidária do Atlântico – Portugal

Rua D. Maria José Borges, 137
9500 – 466 Ponta Delgada
São Miguel – Açores – Portugal
ceesageral@gmail.com

Plataformas On – line

Latindex, socioeco.org

ÍNDICE

09 NOTA EDITORIAL

Rogério Roque Amaro

27 “SOLIDARIEDADES NA ECONOMIA - CHAVES PARA A COMPREENSÃO ABRANGENTE DO FENÓMENO: DO PARADIGMA DA ESCASSEZ AO PARADIGMA DA ABUNDÂNCIA”

Filipa Rodrigues

104 A ECONOMIA SOLIDÁRIA E O DÉCIMO PILAR

Helena Santos

132 A MOEDA SOCIAL, COMO FORMA DE EMPODERAMENTO

Marisa Caetano Martins

152 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DO INSTITUTO “VOZ POPULAR”

Margarida Vale

168 COOPERATIVA “LARGO RESIDÊNCIAS” - UMA EXPERIÊNCIA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO/LOCAL

Ângela Noiva

184 OS GRUPOS COMUNITÁRIOS DE LISBOA - CAMINHOS ‘COMUNS’ PARA UMA CO-GESTÃO DEMOCRÁTICA DA CIDADE

Rogério Roque Amaro | Bárbara Ferreira

Nota Editorial

Rogério Roque Amaro

ECONOMIA SOLIDÁRIA - QUE CONCEITO DE SOLIDARIEDADE ?

Economia Solidária - uma Economia com Solidariedade

O conceito e as práticas de Economia Solidária apresentam uma característica curiosa, a de adjetivarem o seu nome matricial, “Economia”, com uma palavra, que exprime um valor ético - Solidariedade, enquanto que a sua antecessora e inspiradora histórica (por vezes intitulada como sua “mãe”) - Economia Social - optou por uma adjectivação temática ou até disciplinar - Social -, referindo-se explicitamente à chamada “Questão Social”, que esteve na sua origem, tão invocada, no século XIX, para designar alguns dos principais efeitos negativos da Revolução Industrial e da consequente “Grande Transformação”¹, provocada pela afirmação e dominação da Economia do Mercado e do Capitalismo, como tão bem exprimiram, de formas diferentes, as críticas e chamadas de atenção de Karl Marx, Charles Dickens e o Papa Leão XIII, por exemplo, para referir apenas perspectivas muito distintas.

A Economia Solidária, na sua afirmação a partir dos anos de 1980, em contextos e “berços” tão diversos, como a América Latina, a Europa (sobretudo francófona e na Catalunha), no Canadá francófono (Québeque) e na Macaronésia (sobretudo nos Açores), “largou” o adjetivo “social”, que caracterizara a sua antecessora, até porque já é insuficiente, na medida em que não abarca suficientemente todos os desafios e dimensões a que procura fazer face - sociais, sim, mas também ambientais, económicos, culturais, territoriais, cognitivos, tecnológicos, políticos e éticos. Muito pertinentemente e diríamos até intuitivamente (sobretudo nas suas inspirações latino-americanas, muito marcadas pelas influências da Economia Popular), “convocou” um adjetivo valorativo, de natureza ética, de certo modo, indisciplinar ou mesmo pós-disciplinar, “libertando-se” de “amarras disciplinares” - Solidária !

Nesse sentido, pode-se dizer que a Solidariedade é o “princípio nuclear” da Economia Solidária, definindo-se esta “como as actividades económicas que se referenciam pela procura nuclear de práticas de solidariedade (em vários sentidos, como se verá, o que implica uma perspectiva sistémica, e não meramente social), ou seja em que a lógica de cooperação se sobrepõe à de competição e à procura de lucro” (Amaro, 2009: 15).

Como referiu um dos nomes de referência da Economia Solidária, Paul Singer, “Para que tivéssemos uma sociedade em que predominasse a igualdade entre todos os seus membros, seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva. Isso significa que os participantes na atividade económica deveriam cooperar entre si em vez de competir” (Singer, 2002: 9).

Economia com Solidariedade ?!

Na verdade, Economia e Solidariedade parecem não se conjugarem tradicionalmente. Como refere um dos pioneiros da Economia Solidária, o chileno Luís Razeto, “Podemos leer numerosos textos de teoría y análisis económico de las más variadas corrientes y escuelas sin encontrarnos nunca con la solidaridad” (Razeto, 1997: 2). E cita um dos nomes históricos da Economia Social (o primeiro a ocupar uma cátedra de Economia Social, na célebre *Université de Sorbonne*, em Paris, logo no início do século XX), Charles Gide, que exprimiu “muy bien esta ausencia ya en 1921 en un célebre artículo titulado precisamente **Por qué los economistas no aman la cooperación**” (ibidem).

Duas (ou três ou seis) concepções de Solidariedade

Mas a Economia Solidária, tal como se afirmou e se reforçou, a partir de meados dos anos de 1980, assume a Solidariedade como o seu princípio basilar e identitário, na verdade retomando um dos valores essenciais da própria Economia Social, nas suas origens do século XIX, embora com a sua designação a ser marcada pela Questão (Social), que foi um dos factores da sua afirmação².

Contudo, na evolução histórica da Economia Social e da Economia Solidária, **é possível identificar duas ou talvez três ou mesmo seis concepções e práticas diferentes de Solidariedade.**

Por um lado, “à medida que avança o século XIX, duas aceções da noção de solidariedade passam a distinguir-se de maneira nítida” (Laville, 2018: 39):

“A solidariedade democrática corresponde à primeira forma de solidariedade. Centrada tanto na ajuda mútua

como na expressão reivindicativa, ela releva ao mesmo tempo da auto-organização e do movimento social, o que pressupõe uma igualdade de direitos entre as pessoas comprometidas. Partindo da liberdade de acesso ao espaço público para todos os cidadãos, a solidariedade esforça-se por aprofundar a democracia política através de uma democracia económica e social” (ibidem).

“Contra esta versão da solidariedade como princípio de democratização resultando de ações coletivas, outra versão é progressivamente promovida, substituindo o vocabulário da igualdade pelo da benevolência e da solicitude. A solidariedade filantrópica corresponde a esta segunda forma de solidariedade que remete para a visão de uma sociedade ética dentro da qual os cidadãos, motivados pelo altruísmo, honram os seus deveres uns para com os outros numa base voluntária. Constitui a indispensável prevenção que legitima o uso do castigo quando os esforços de moralização não deram quaisquer frutos” (ibidem).

Desta análise de Jean-Louis Laville, um dos maiores especialistas desta área, mas a pensar sobretudo na evolução histórica da Economia Social na Europa, no século XIX, resulta que, inicialmente, até meados do século, predominou o que se pode designar por **Solidariedade Democrática**, assente numa lógica de **Reciprocidade**, ou seja, de relações horizontais e de igualdade de posições, de direitos e de dignidade³, mas que, depois, a partir de meados desse século, passou a predominar uma **Solidariedade Filantrópica**, muito mais favorável a uma lógica assistencialista e a relações verticais, de ajuda de “quem tem” a “quem não tem”, pressupondo uma desigualdade de posições e uma atitude de benevolência e de ajuda aos necessitados e aos “coitadinhos”⁴. De uma Solidariedade, característica de

uma Economia Social de matriz operária, de reivindicação democrática, onde, por isso, o **projecto democrático** era tão importante quanto o **projecto social**, tendeu-se para uma Solidariedade, predominante de uma “outra” Economia Social, em que o projecto social se desligou do (e muitas vezes rejeitou o) **projecto democrático** e se inspirou mais numa atitude de assistência, muitas vezes de inspiração religiosa (mais convencional) e moralista. De uma lógica de **emancipação e de intenção transformadora**, passou-se amiúde para uma de **protecção e de intenção conservadora**. De “ensinar a pescar”, passou-se para “dar o peixe”.

Foi assim que a Economia Social, de base europeia, ao longo do século XIX e da primeira metade do século XX, foi, muito frequentemente, perdendo ou descurando a sua base democrática, centrando-se nas suas finalidades sociais filantrópicas e tendencialmente assistencialistas e, para mais, sem valorizar um **projecto económico** próprio, mas antes derrapando, por vezes, para uma imitação do modelo empresarial mercantil (no que Jean-Louis Laville designa por “isomorfismo institucional”⁵) ou, outras vezes, subordinando-se à dependência e às orientações do Estado, tornando-se uma espécie de seu *outsourcing* ou de “serviços públicos privatizados” (no que também se poderia designar por “isomorfismo institucional estatal”⁶).

Como escrevi, no Editorial do n.º 9 desta Revista, dedicado a “As Relações entre a Economia Solidária e o Estado” (Amaro, 2016: 10-11):

“No primeiro caso, como aconteceu em Portugal com muitas cooperativas do sector agrícola (vinho e leite, por exemplo) e com algumas mutualidades (como o Montepio Geral e algumas da saúde), a aproximação e o «convívio» com as lógicas, as regras e os critérios do mercado, provoca-

ram uma perversão dos seus valores e princípios originais, mantendo formas jurídicas próprias da Economia Social, mas funcionando, na prática, como uma empresa do mercado, com fins lucrativos e com propósitos estritamente ou fundamentalmente comerciais. Como consequência, nestes casos, operou-se aquilo que alguns autores designam por «isomorfismo institucional», associado ao que se poderia apelidar de «promiscuidade com o mercado».

No segundo caso, como aconteceu em Portugal com muitas IPSS e outras organizações com respostas sociais convencionais (para a infância, as famílias e as pessoas mais velhas), a aproximação (normalmente protocolada) ao Estado, sob a capa protectora do Estado-Providência, impôs-lhes condições e lógicas de funcionamento «para-públicas», em troca de apoios financeiros, tornando-as uma espécie de «outsourcing» das políticas públicas sociais e delegações (embora juridicamente autónomas...) do Estado, sujeitas, na prática, à sua tutela, pervertendo assim, não em termos formais, mas sim reais, um dos princípios fundamentais originais da Economia Social – o da autonomia face ao Estado. Neste caso, pode-se, por semelhança, também falar de «isomorfismo institucional», associado a esta dependência (financeira e quase orgânica) do Estado.”

Por outro lado, mais tarde, na segunda metade do século XX, após a Segunda Guerra Mundial, muito por pressão dos condicionalismos da Guerra Fria e da bipolarização ideológica e geoestratégica desse período, generalizaram-se, sobretudo no Norte e no Centro da Europa Ocidental, os sistemas públicos de Bem-Estar Social (o chamado Estado Social ou Estado-Providência⁷), passando a Economia Social, que tinha “feito de Estado Social”, antes de este existir, a complementá-lo (nos países da Europa Ocidental, obviamente,

enquanto que nos países do “bloco soviético”, foi substituída pelo Estado Socialista⁸) ou a substituí-lo, em situações específicas e acordadas com o Estado Social. Nesse contexto, a Solidariedade Filantrópica, predominante na Economia Social, tornou-se um complemento da **Solidariedade Democrática Institucional**, garantida pelo Estado-Providência e assente no princípio económico da **Redistribuição**. Como refere Jean-Louis Laville, “Contra a benevolência da solidariedade filantrópica, a solidariedade democrática reclama-se de uma obrigação legal” (Laville, 2018: 41). Ou ainda “O Estado passa a ser garante de uma coesão social pela aplicação de uma solidariedade que já não é a expressão de uma solicitude, mas que se traduz em termos de direitos. A solidariedade assumida apenas pela implicação subjetiva diminui para dar lugar a uma solidariedade fundamentada nos direitos dos cidadãos (...)” (Laville, 2018: 42).

Passou então a predominar uma nova forma de **Solidariedade Democrática**, agora **institucionalizada**, assumida pelo Estado-Providência, e já não por organizações da Sociedade Civil (ou seja, pela Economia Social), pelo que, nessa altura, isto é, a partir da Segunda Guerra Mundial, e sobretudo nos países da Europa Ocidental Continental, “A solidariedade democrática suplantou lentamente a solidariedade filantrópica e só se impôs durante a segunda metade do século XX nos países onde a proteção social se generalizou e onde os serviços sociais foram considerados de responsabilidade pública” (Laville, 2018: 46)⁹.

A partir dos anos de 1980, com a afirmação da Economia Solidária, de forma pluricêntrica e multicultural, a partir de várias origens geográficas e culturais - América Latina, mais popular; Europa francófona e Canadá francófono, mais intelectual; e Macaronésia, sobretudo Açores,

mais em relação com a Natureza -, ao contrário das origens, exclusivamente europeias, da Economia Social, ressurge, como um dos seus pilares fundamentais, pode-se dizer mesmo, **nucleares**, a **Solidariedade Democrática**, baseada, de novo, na **Reciprocidade**, ao ponto de a adjectivar e lhe dar o nome, distinguindo-a, desde logo, na sua identidade nominal, da Economia Social.

Mas, dadas as suas origens diversificadas (e não apenas eurocêtricas), na verdade, essa Solidariedade Democrática, embora sempre assente no princípio económico de **Reciprocidade**, apresenta três “tonalidades” ou ênfases diferentes:

- É uma Solidariedade Democrática, essencialmente de **base popular e comunitária**, na versão da América Latina;
- É uma Solidariedade Democrática, essencialmente de **salvaguarda, de resgate, de apoio e de reforço da Solidariedade Democrática Institucional do Estado Social em perigo**, na versão europeia e canadiana;
- É uma Solidariedade Democrática, tendencialmente **ecocêntrica, ou seja, com todos os seres vivos, e não apenas antropocêntrica**, na versão da Macaronésia, constituída por quatro arquipélagos, situados no meio do Oceano Atlântico e, portanto, muito mais sensíveis, “idiossincraticamente”, dir-se-ia, às interdependências (e mesmo dependências) com a Natureza.

Em síntese, ao longo da história, que começou com a Economia Social¹⁰, como resposta aos problemas sociais e às insuficiências políticas, decorrentes da Economia de Mercado, que integrou os contributos fundamentais do Estado Social e

conhece a sua fase mais recente na afirmação da Economia Solidária, há, no essencial, dois tipos de Solidariedade que a caracterizam: a Solidariedade Democrática e a Solidariedade Filantrópica. Mas a Solidariedade Democrática exprimiu-se e exprime-se, por seu turno, em dois tipos:

- A que assenta no princípio económico de **Reciprocidade**, a partir da Sociedade Civil e da Comunidade;
- A que assenta no princípio económico de **Redistribuição**, centrada no papel do Estado Social;

No que se refere à **Solidariedade Democrática, inspirada na Reciprocidade**, é possível distinguir quatro “subtipos”:

- De base operária, nos inícios da Economia Social;
- De base popular e comunitária, principalmente na América Latina;
- De base institucional, a partir da Sociedade Civil, em particular na Europa e no Canadá;
- De pendor ecocêntrico, na Macaronésia, mas sobretudo nos Açores e em Cabo Verde.

Independentemente de serem duas, três ou seis concepções, a conclusão mais importante é a de que **a Economia Solidária afirma e pratica uma Solidariedade Democrática, actualizando, desse ponto de vista, o tipo de Solidariedade prosseguido pela Economia Social, nas suas origens, ao contrário do que aconteceu posteriormente e ainda caracteriza, na maioria dos casos, as organizações da Economia Social, que veio até à actualidade, onde predomina uma Solidariedade Filantrópica.**

Este número da Revista de Economia Solidária é especial, porque aborda o tema da Solidariedade na Economia

Solidária, directa e indirectamente, a partir sobretudo de trabalhos de estudantes de Mestrados e de Pós-Graduações em Economia Social e Solidária e em Desenvolvimento Comunitário, ministrados no ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, sob a minha coordenação, que foram inicialmente seleccionados por docentes, que nele leccionam (Jordi Estivill e eu próprio), para serem convertidos em artigos e posteriormente sujeitos a revisão científica, de acordo com as normas da Revista. Procura-se assim incentivar a produção de Conhecimento, cientificamente validado, a partir do empenhamento e da qualidade, evidenciada pelos/as estudantes desses cursos, dando-lhes a oportunidade de se exprimirem e valorizarem, em contexto científico rigoroso.

Desse processo, resultaram, neste número, cinco artigos, os três primeiros de índole mais teórica e os dois seguintes de apresentação de estudos de caso. Acrescenta-se um sexto artigo, que, na verdade, é uma reposição de um artigo já publicado no número 15, mas onde se detectaram várias gralhas e outras falhas de apresentação.

Os três artigos teóricos abordam várias perspectivas da Economia Solidária, tocando também, mais directamente o primeiro, mais indirectamente o segundo (pelo enfoque das emoções e dos afectos) e o terceiro (pela acção das Moedas Sociais e dos seus efeitos de *Empowerment*) o tema da Solidariedade.

De igual modo, os dois artigos seguintes, na apresentação dos seus estudos de casos, enfatizam também o papel da Solidariedade nas suas dinâmicas.

É importante também sublinhar a diversidade de áreas de formação académica inicial das autoras dos cinco artigos referidos - Ciência Política e Relações Internacionais, Direito, Economia, Política Social e Psicologia -, desembocando

todas em Desenvolvimento Comunitário e/ou em Economia Social e Solidária, o que evidencia e enriquece a natureza transdisciplinar, ou mesmo, indisciplinar ou pós-disciplinar destes dois domínios. **É com um grande orgulho que assinalamos e acolhemos na nossa Revista esta riqueza indisciplinar.**

Sendo o tema central deste número da Revista de Economia Solidária o conceito de Solidariedade dominante na Economia Solidária, é esse também um dos enfoques do artigo de Filipa Rodrigues, juíza nos Juízos do Trabalho de Lisboa, licenciada em Direito, pela Faculdade de Direito, da Universidade de Coimbra e mestra em Estudos de Desenvolvimento, pelo ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa. No seu artigo, percorre a história da afirmação da Economia Solidária, procura delimitar o conceito e caracteriza as suas dificuldades e factores de sucesso, recorrendo a uma ampla pesquisa bibliográfica.

No que se refere ao tema da Solidariedade, sublinha-a como “partilha comunitária”, como “princípio de democratização societário, resultante de ações coletivas”, e “o critério da racionalidade equitativa económica nas relações internas”, devendo “ser entendida como uma proposição de forma coletiva de atuação, segundo a qual todos, independentemente da situação em que se encontram, podem e devem participar do esforço conjunto, contribuindo com o que estiver ao seu alcance para o bem-estar social” e, “como motor propulsor não se confunde com a solidariedade filantrópica, ética, altruísta em princípio, de cariz assistencialista”.

No segundo artigo, Helena Santos, licenciada em Psicologia (especialização em Psicologia Dinâmica), pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, da Universidade de Lisboa, mestra em Psicologia das Emoções, pelo ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, e titular da Pós-Graduação em

Desenvolvimento Comunitário e da Pós-Graduação em Economia Social e Solidária, ambas do IPPS - Instituto de Políticas Públicas e Sociais, do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, assume uma abordagem inovadora da Economia Solidária e do seu princípio de Solidariedade, ao propor um décimo pilar, na sua definição (normalmente apresentada com nove “projectos”, dimensões, componentes ou pilares, na versão da Macaronésia¹¹), que valoriza o papel fundamental das emoções e dos afectos nas relações e nas dinâmicas inerentes à Economia Solidária. Partindo das suas bases de conhecimento de Psicologia, em particular das Emoções, e mobilizando os contributos de vários autores dessa e de outras áreas, nomeadamente das teorias do Desenvolvimento, e ainda testemunhos e vivências de actores e actrizes da Economia Solidária, fundamenta a sua proposta, situando-se na linha da construção permanente deste conceito, como aliás sempre se assumiu¹², e sublinhando o contributo que ela dá para práticas de Solidariedade mais fecundas.

No terceiro artigo, Marisa Caetano Martins, licenciada em Ciência Política e Relações Internacionais, em 2022, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa, titular da Pós-Graduação em Desenvolvimento Comunitário, em 2024, pelo IPPS - Instituto de Políticas Públicas e Sociais, do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, com uma ampla experiência associativa e tendo trabalhado no antigo ACM - Alto Comissariado para as Migrações de Portugal, aborda a Moeda Social como expressão de Solidariedade recíprota e como forma e processo de *Empowerment*, a partir de uma análise, que cruza bibliografia e conceitos de várias áreas disciplinares - como a Antropologia, a Economia (Solidária), a Ciência Política, o Desenvolvimento (Comunitário e Local), a Psicologia (nomeadamente Comunitária) e a Sociologia -,

numa perspectiva verdadeiramente transdisciplinar ou mesmo indisciplinar, ou talvez mesmo de “contrabando disciplinar”, passando as fronteiras tradicionais desses domínios do Conhecimento. Ao propor uma relação possível (ou até provável) entre Moeda Social e *Empowerment*, estabelece uma articulação interessante e fecunda entre Economia Solidária e Desenvolvimento Comunitário/Local¹³.

No quarto artigo, Margarida Vale, licenciada em Economia, em 2018, pela Faculdade de Economia, da Universidade do Porto, mestra em Gestão e Administração de Empresas (especialização em Estratégia e Empreendedorismo), em 2020, pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais, da Universidade Católica Portuguesa, e titular da Pós-Graduação em Desenvolvimento Comunitário, em 2024, pelo IPPS - Instituto de Políticas Públicas e Sociais, do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, sendo actualmente Mentora Pedagógica na Associação Teach For Portugal e Teaching Assistant de Empreendedorismo Social na CLS-BE - Católica Lisbon School of Business & Economics, da Universidade Católica Portuguesa, apresenta o estudo de caso do Instituto “Voz Popular”, uma instituição situada na Comunidade São Rafael, em João Pessoa (Paraíba - Brasil), que é uma referência como experiência de Economia Solidária e de Desenvolvimento Comunitário. Ao caracterizar o essencial das suas várias iniciativas e actividades, sublinha as suas práticas de Solidariedade Democrática, baseada no Princípio Económico de Reciprocidade, e, portanto, a sua fidelidade aos princípios da Economia Solidária e ainda a sua importância na promoção do Desenvolvimento Comunitário do seu território de pertença - a Comunidade de São Rafael.

No quinto artigo, Ângela Noiva, licenciada em Política

Social, pelo ISCSP - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, da Universidade de Lisboa (1989) e titular da Pós-Graduação em Sociologia, pela mesma instituição (1993), e da Pós-Graduação em Economia Social e Solidária, pelo IPPS - Instituto de Políticas Públicas e Sociais, do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa (2025), sendo actualmente Subdirectora-Geral do Ensino Superior, em Portugal, apresenta outro estudo de caso, o da Cooperativa “Largo Residências”, com sede em Lisboa. Neste artigo, a autora, tendo como referência, os conceitos de Economia Solidária, Desenvolvimento Comunitário e Comuns, caracteriza e analisa a referida Cooperativa, à luz desses conceitos, concluindo que se guia pelos princípios de Economia Solidária, nomeadamente o da Solidariedade Democrática, promove o Desenvolvimento Comunitário, nos seus territórios de enraizamento e contribui para a co-produção e a co-gestão de vários exemplos de Comuns, nas suas actividades.

O sexto é, como já se referiu, a reposição de um artigo, em co-autoria, entre mim e Bárbara Ferreira, sobre os Grupos Comunitários da Área Metropolitana de Lisboa, tendo como referências teóricas os conceitos de Desenvolvimento Comunitário, Governança Local Partilhada e Participativa e Comuns, que já tinha sido publicado no número 15, mas que registou várias gralhas e falhas gráficas, que foram muito justamente assinaladas e que agora se corrigem. Nesse artigo, apresenta-se a experiência dos Grupos Comunitários da Área Metropolitana de Lisboa, que teve início em 1993, ou seja, há mais de 30 anos, e que actualmente abarca quase 30 iniciativas desse género, na área referida. Além de serem uma concretização do conceito de Desenvolvimento Comunitário (ou Local), são, na verdade, um novo Comum (imaterial) e estão a abrir caminho para uma dinâmica de co-gestão da Cidade de Lisboa,

em articulação com as autarquias locais, no que se designa por processo de Governança Local Partilhada e Participativa, conforme se explica no artigo.

Queremos ainda assinalar uma notícia triste, a do falecimento de Anne Salmon, Companheira de Jean-Louis Laville e Amiga da nossa Revista, nos últimos dias de Junho de 2025. Lembramo-la com saudades, mas também com as memórias bem vivas da sua combatividade e dos seus testemunhos, na luta contra a exploração capitalista e contra as injustiças dos sistemas dominantes e por Mundo mais Justo e Digno. Sempre pronta a denunciar o que impedia essa Utopia, a sua imagem e as suas posições nunca serão esquecidas e ele continuará connosco. Muito obrigado, Anne !

Nous tenons également à vous faire part de la triste nouvelle du décès d'Anne Salmon, Compagne de Jean-Louis Laville et Amie de notre Revue, dans les derniers jours du mois de juin 2025. Nous nous souvenons d'elle avec nostalgie, mais aussi avec le souvenir vivace de sa combativité et de son témoignage dans la lutte contre l'exploitation capitaliste et les injustices des systèmes dominants et pour un Monde plus Juste et plus Digne. Toujours prête à dénoncer ce qui faisait obstacle à cette Utopie, son image et ses positions ne seront jamais oubliées et resteront parmi nous. Merci beaucoup, Anne !



NOTAS

¹ Cf., por exemplo, Polanyi (2001).

² Cf., por exemplo, Laville (2018, cap. 1, 3 - “A Solidariedade Democrática em Ação”: 26-30).

³ Ibidem.

⁴ Cf., por exemplo, Laville (2018, cap. 2, 3 “A Inflexão Filantrópica”:37-40)

⁵ Cf., por exemplo: DiMaggio and Powell (1983) e Laville, Young and Eynaud (2015).

⁶ Cf., por exemplo, Amaro (2016: 10-11) e Amaro (2025: 223).

⁷ Sobre a diversidade de regimes de Estado Social ou Estado-Providência, cf., em particular, Esping-Andersen (1990).

⁸ Ver, por exemplo, Amaro (2016a: 11).

⁹ Cf., por exemplo, Laville (2018, cap. 3, 3 - “A Solidariedade Democrática Redefinida”: 46-50).

¹⁰ E que teve uma espécie de “pré-história” nas relações de Reciprocidade e de entreaajuda, popular e informal, em que assentavam, normalmente, as dinâmicas económicas comunitárias, anteriores ao predomínio da Economia de Mercado.

¹¹ Cf., por exemplo: Amaro (2016b: 108-110) e Amaro, Correia e Ferreira (2022: 43-59).

¹² Cf., por exemplo: Amaro (2016b: 108-110) e Amaro, Correia e Ferreira (2022: 41-60).

¹³ Aqui considerados como conceitos que se podem assumir como equivalentes. Cf., a esse propósito, Amaro (2022: 196-208).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amaro, R. R. (2009). “A Economia Solidária da Macaronésia - Um novo conceito”. *Revista de Economia Solidária*, n.º 1, pp. 11-28.

Amaro, R. R. (2016a). “Editorial”. *Revista de Economia Solidária*, n.º 9, Junho, pp. 8-21).

Amaro, R. R. (2016b). “A Sustentabilidade das organizações de Economia Solidária - proposta de conceptualização e de avaliação”. *Revista de Economia Solidária*, n.º 10, Dezembro, pp. 98-123.

Amaro, R. R. (2022). “Desenvolvimento comunitário em Portugal: Caminhos para o aprofundamento da democracia (Uma Governança Local Partilhada e Participativa em contexto de crises)”. In Estivill, J. e Balsa. C. (orgs.). *Economia local, comunitária e solidária - O desenvolvimento visto de baixo*. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus, Lda., pp. 192-282.

Amaro, R. R. (2025). “Uma Experiência de Economia Solidária, a Economia do Futuro”. In Largo (2025). *Tomando as Ruas, Rompemos o Silêncio*. Lisboa: Edição Cooperativa “Largo Residências”, pp. 219-246.

Amaro, R. R., Correia, E. & Ferreira, B. (2022). “A Economia Solidária nos Açores (e em Portugal) - Um percurso de 25 anos: de onde se partiu, onde se está, para onde se vai”. Ponta Delgada: CRESAÇOR (documento policopiado).

DiMaggio, P. J. and Powell, W. W. (1983). “The Iron Cage Revisited: Institutional Isomorphism and Collective Rationality in Organizational Fields”. *American Sociological Review*, 48 (2), pp. 147-160.

Esping-Andersen, G. (1990). *The Three Worlds of Welfare Capitalism*. Oxford: Polity Press.

Laville, J.-L., Young, D. R. and Eynaud, P. (eds.) (2015). *Civil Society, the Third Sector and Social Enterprise - Governance and democracy*. London: Routledge.

Laville, J.-L. (2018). *A Economia Social e Solidária - Teorias, Práticas e Debates*. Coimbra: Almedina e CES - Universidade de Coimbra.

Polanyi, K. (2001). *The Great Transformation - The Political and Economic Origins of Our Time*. Boston: Beacon Press.

Razeto, L. (1997). *Los Caminos de la Economía de Solidaridad*. Buenos Aires: Lumen Humanitas.

Singer, P. (2002). *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

SOLIDARIEDADES NA ECONOMIA Chaves para a compreensão abrangente do Fenómeno: Do Paradigma da Escassez ao Paradigma da Abundância¹

Filipa Rodrigues²

¹ Artigo recebido em 3 de Maio de 2024 e aceite, após revisão científica, em 18 de Julho de 2025.

² Sandra Filipa Gouveia Martins Gomes Rodrigues licenciou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em julho de 1998. Exerceu advocacia e jornalismo até ingressar na magistratura judicial. Após voluntariado pela ONGD «Leigos para o Desenvolvimento» em S. Tomé e Príncipe, completou Mestrado em Estudos de Desenvolvimento no ISCTE. Atualmente, está afeta à Central Criminal e aos Juízos do Trabalho de Lisboa
fantasfilipa@hotmail.com

RESUMO

Do ponto de vista da equidade social, o mercado falhou. O capitalismo, inicialmente progressista e emancipador, evoluiu sem freio para a maximização do lucro, sacrificando a valorização do trabalho e prosseguindo a exploração ilimitada dos recursos. O Estado Social viria igualmente a falhar. A Sociedade da abundância para alguns traduz-se na Sociedade da escassez para a maioria.

Este crescente aumento das desigualdades acelerou a contestação ao pensamento hegemónico dualista. Massificaram-se estudos e experiências em torno de novos paradigmas de relações de produção, através da exploração de formas criativas de combinação dos factores *Estado, mercado e comunidade*, capazes de constituir alternativa viável à racionalidade capitalista vigente, imprimindo diversidade na economia. Esta tendência conduziu a diversas práticas solidárias responsáveis por novos modelos de Desenvolvimento sob a égide das abordagens local, comunitária e participativa.

Questionando incessantemente os pressupostos do pensamento, percebeu-se, não obstante, que as desigualdades e clivagens não decorrem apenas dos vieses na distribuição do crescimento económico. Resultam também, outrossim,

PALAVRA-CHAVE

ECONOMIA SOLIDÁRIA;
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL;
CONSUMO SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO;
DIVERSIDADE NA ECONOMIA;
CRESCIMENTO ECONÓMICO;
RESPONSABILIDADE SOCIAL;
COOPERATIVAS

da concentração de grupos sociais homogéneos. Ora, as práticas económicas solidárias, por conduzirem à mistura social, redundam em redes fortes de capital social, combatem isolamento, iliteracia, e outras vulnerabilidades, promovendo a emancipação, a participação e, nesta simbiose, o Desenvolvimento. Desde a responsabilidade social das empresas até às cooperativas, os modelos solidários entendem a produção e definem as necessidades com padrões culturais diversos, justamente desenvolvidos naquelas experiências. Perpassando alguns desses modelos e respetivas racionalidades, no presente trabalho, sinalizamos também quer os principais obstáculos com que se deparam quer algumas estratégias para ultrapassá-los. As incubadoras universitárias de empreendimentos solidários e a educação para a cooperação mais do que para a competição são alguns exemplos. Concluímos que a sustentabilidade imposta pela agenda do clima afasta este tema do tradicional enquadramento ideológico. Por outro lado, esta agenda tem sido promovida em boa medida pelas camadas jovens. Nestes dois fatores reside justamente a oportunidade para erguer e massificar a agenda da economia solidária.

KEYWORDS

SOLIDARITY ECONOMY;
SUSTAINABLE DEVELOPMENT;
SUSTAINABLE AND SOLIDARITY-BASED CONSUMPTION;
DIVERSITY IN THE ECONOMY;
ECONOMIC GROWTH;
SOCIAL RESPONSIBILITY;
CO-OPERATIVES

ABSTRACT

From a social equity perspective, the market has failed. Capitalism. Initially progressive and emancipatory, it evolved without restraint towards maximizing profit, sacrificing the work value and pursuing the unlimited exploitation of resources. The Social State would also fail. The abundance society for some turns into the scarcity society for the majority. This growing increase in inequalities accelerated the challenge to dualist hegemonic thinking. Studies and experiences have become widespread around new paradigms of production relations, through the exploration of creative ways of combining State, market and community factors, capable of constituting a viable alternative to the current capitalist rationality, imparting diversity to the economy. This trend has led to several solidarity practices responsible for new development models under the aegis of local, community and participatory approaches.

Incessantly questioning the assumptions of thought, it was realized, however, that inequalities and cleavages do not only arise from biases in the economic growth

distribution. They also result from the concentration of homogeneous social groups. Now, solidary economic practices, as they lead to social mixing, result in strong networks of social capital, combat isolation, illiteracy, and other vulnerabilities, promoting emancipation, participation and, in this symbiosis, Development. From the enterprise social responsibility to cooperatives, the solidarity models understand production and define needs with different cultural standards, precisely developed in those experiences. Going through some of these models and their respective rationales, in this work, we also highlight both the main obstacles they face and some strategies to overcome them. University incubators for solidarity enterprises and education for cooperation rather than competition are some examples. We conclude that the sustainability imposed by the climate agenda moves this topic away from the traditional ideological framework. On the other hand, this agenda has been promoted to a large extent by young people. In these two factors lies precisely the opportunity to raise and expand the solidarity economy agenda.

1. INTRODUÇÃO

"I only want you to love me!" O título reporta-se a um filme do alemão Werner Fassbinder que data de 1976, mas cuja saga se conserva intemporal. A película trata, entre o mais, da angústia de um funcionário que se vê impossibilitado, pela via do trabalho, de manter o nível de vida que o sistema lhe prometera. O que condiciona toda a sua interação familiar, social e psicológica. Desta forma, a fita alude ao relativismo da proposição de Max Weber, segundo a qual o trabalho enobrece o Homem, e convoca a necessidade de manter uma relação saudável com o trabalho. Relação que não deverá ser excessiva nem demasiado utilitarista. Mas também não deverá ser nula, como sucede frequentemente e em espiral ascendente em muitas sociedades do Mundo.

Com efeito, vem-se assistindo a um acelerado ritmo de crescimento do desemprego e da exclusão social. Circunstância que, aliada a uma determinada conjugação de oportunidades de mudança política (Eid, 2003), vem concorrendo para a procura de soluções alternativas de organização socioeconómica.

O momento actual encerra ainda alguma ambiguidade entre, por um lado, a hegemonia do mercado e do capitalismo de que são testemunho os oligopólios, os conglomerados e a especulação financeira, e, por outro, a constatação do seu fracasso, como projecto de sociedade (Maia *et al*, 2007).

Com efeito, face à concentração do capital em grandes fortunas, e para fazer face à concorrência e competitividade, as pequenas e médias empresas pagam salários baixos para aumentar a rentabilidade e os lucros e para criar mais emprego. Mas, deste modo, o trabalho vem-se tornando cada vez mais desqualificado, o que compromete a eficiência e resiliência das empresas e a produtividade e gera ciclos vicio-

sos de pobreza e exclusão (Singer, 2004).

Sente-se efetivamente que o capitalismo, na expressão que tem tido, está a esgotar as pessoas e a exacerbar desigualdades. Mas mais: sente-se que está a esgotar os recursos e esta é uma realidade que, apesar de constar da agenda de diversas instituições internacionais, (Maia *et al*, 2007) só recentemente vem captando a atenção e consternação merecidas.

É, pois, neste contexto, que, nas últimas quatro décadas, se vem assistindo a um renovado interesse pelos movimentos e práticas de economia solidária. Estes movimentos ficaram como que suspensos com a intervenção do Estado Social sobretudo durante o século XX e deles dão ainda testemunho os *Kibbutzim* israelitas, a resistir desde a Revolução Industrial.

O declínio do Estado Social, ao lado do fracasso do mercado, por um lado, e a agenda do clima, por outro, parecem agora legitimar a expectativa de que, desta vez, a Economia Solidária como projeto poderá vingar.

Posto que a estabilidade de recursos disponíveis e o bem-estar passam indubitavelmente pelo desenvolvimento económico (Estivill, 2003), a questão que se coloca é a de saber se desenvolvimento económico rima inelutavelmente com crescimento económico e ainda se este só é possível com a lógica capitalista e com a tirania da mão invisível que (não) regula o mercado.

No contexto da problemática da Economia Solidária, às questões da atualidade sobre se uma outra economia é possível e se um outro consumo é possível, afigura-se inelutável juntar a de saber se um outro trabalho é possível. Também este está em declínio, enquadrado em relações de amor-ódio, e vem vendo a sua produtividade comprometida ante a negação dos indivíduos em fazer mais para além do que lhes é imposto. Respira-se, a este nível, um ambiente

de desconfiança e de sentimentos de revolta pelas injustiças patentes na remuneração ou pelas desigualdades profundamente enraizadas um pouco por todo o Mundo.

A temática da revalorização socialmente útil do trabalho e das alternativas ao modelo social evoca o caso do Butão. Situado entre os gigantes Índia e China, uma economia mais pequena confere-lhe o estatuto de um dos países mais pobres do mundo, apesar de não haver fome nem analfabetismo nem exploração e de não existirem assinaláveis disparidades na distribuição da riqueza. Mas as aldeias auto suficientes, a valorização do trabalho, a ausência de marcada estratificação, a simplicidade Real e o indicador da Felicidade Interna Bruta explicarão talvez por que razão se encontra simultaneamente na escala dos dez países mais felizes do Mundo.

Este exemplo, com as suas lógicas diversas das que enformam boa parte do globo, ilustra a revisão de conceitos e paradigmas a que muitos investigadores se dedicam na atualidade. A problemática do trabalho em particular explicará, naturalmente, em boa medida, o ressurgimento do interesse pela Economia Solidária, já que, nesta, o trabalho assume-se como elemento central e como valor em si próprio, fazendo jus à máxima weberiana.

Permanecem, todavia, por compreender diversas manifestações e lógicas solidárias, cuja análise se mostra decisiva para “testar” o fenómeno, como alternativa de modelo de sociedade (ou mesmo de comodelo), e, por conseguinte, para multiplicar e consolidar os seus empreendimentos. Deste modo, com o presente artigo, pretende-se dar um modesto contributo no sentido da sensibilização para a urgência de pôr em marcha esse processo, apresentando algumas chaves para a compreensão abrangente do fenómeno *Economia Solidária*.

2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Na era que, para alguns, ficará recordada como a Terceira Revolução Industrial, vive-se o *déjà vu* do século XIX quando, em plena Primeira Revolução Industrial, grupos de operários reagiam ao que consideravam ser as injustiças contidas no sistema capitalista que se afirmava (Santos, s.d.).

Mais tarde, na sequência do estancar do crescimento económico que marcara os trinta anos gloriosos, que se seguiram ao final da Segunda Guerra Mundial, tornou-se evidente que o mercado falhara. Essa consciência, que sempre existiu, generalizou-se ainda mais a partir de meados dos anos 70, com as suspeitas, cada vez mais concretizadas, da insuficiência e dificuldade do Estado Providência, para regular o mercado e “tapar” as suas falhas, garantindo um mínimo universal de proteção social.

Desencanto com o Capitalismo

Em finais do Século XVIII, o pensamento liberal dominante expressava-se na economia com o capitalismo que rapidamente moldava toda uma sociedade e um sistema de valores. A Sociedade Moderna saída da Revolução Industrial, marcada pela produção massiva de mercadorias, trazia, pois, uma nova ordem social e com ela a promessa de um potencial organizador mais previsível e constante.

Porém, depressa as disparidades socioeconómicas tornaram claro que a economia de mercado não cumpriria tais promessas.

Com efeito, a lógica capitalista pressupõe a propriedade privada do capital e a maximização do lucro – retorno do capital investido - é dogma. Separação entre proprietários dos meios de produção e trabalhadores; a conversão do trabalho

em mercadoria; apropriação da mais-valia produzida pelo trabalho; e a produção em função do mercado caracterizam ainda a lógica capitalista (Arcoverde et al, 2006). Sob a égide do pensamento liberal, o capitalismo assentava no livre funcionamento do mercado, autorregulado através de uma mão invisível teorizada por Adam Smith. Esta lógica conduzia ao desenvolvimento de valores como o individualismo ou a competição, e à defesa do Estado mínimo (Singer, 2004).

Nesta confluência, o grosso das populações é excluído ou subsiste nas margens (Singer, 2004). Apesar das promessas de “derrame” do crescimento, através da mão invisível, esta exclusão e iniquidade são perspectivadas pela teoria pura capitalista como condição necessária ao crescimento da economia. E este é visto, contraditoriamente, como o único caminho possível para o progresso da Humanidade. Acreditava-se, por isso, e defendem muitos ainda, que se entrara num caminho de ida e sem volta.

O capitalismo teve, contudo, a sua faceta progressista. Muitos foram os direitos conquistados pelos trabalhadores e pelas mulheres, entre outros grupos (Singer, 2004). Mas, de facto, as promessas de derrame do crescimento não se concretizaram e a marginalização dos perdedores funcionou desde sempre como consequência, mas também como condição. Como observa Singer (2004), uma característica essencial do desenvolvimento capitalista, é que ele (os seus benefícios e externalidades positivas) não é para todos.

Isto mesmo foi de imediato constatado e as primeiras manifestações de Economia Solidária – que não de Economia popular –, remontam às lutas do movimento operário dos finais do século XVIII e princípios do século XIX. As primeiras Cooperativas que então proliferavam paulatinamente visavam precisamente a abolição da separação entre

propriedade e trabalho, segundo a tradição socialista. Então com muitas similitudes às Cooperativas, formavam-se também os Sindicatos (Arcoverde et al 2006).

Raízes da Economia Solidária

Assim, as primeiras cooperativas de trabalhadores foram fundadas em França, por volta de 1823, por operários que, após reação em vão à precariedade das respetivas condições de trabalho, decidiram fundar e gerir coletivamente as suas próprias fábricas (Santos, s.d.).

De 1826, data o conhecimento dos primeiros movimentos em Inglaterra, como resposta a semelhantes condições, provocadas pela conversão maciça de camponeses, pequenos produtores, em operários. Foi também neste país que surgiram as cooperativas que passariam a ser o modelo do cooperativismo contemporâneo — as cooperativas de consumidores de *Rochdale*, fundadas a partir de 1844. Este importante ícone do *movimento de raiz* visava procura coletiva de bens de consumo baratos e de boa qualidade para vender aos trabalhadores.

Às Cooperativas de consumo e de produção, no seu auge como movimento social no final do século XIX, juntaram-se as cooperativas de crédito. Alemanha, Itália e França foram os países pioneiros a este nível.

Destacam-se ainda as Comunas, que praticavam solidariedade simultaneamente na produção, no consumo e na poupança e em todas as áreas da vida social. A testemunhá-lo, sobrevivem ainda os *Kibbutzim* em Israel. Exemplo pouco multiplicado porventura, devido ao exponencial grau de confiança exigido para o seu funcionamento (Laville e Gaiger, 2009).

Pensamento contra-hegemónico

A prática cooperativa desenvolveu-se segundo a orientação do pensamento associativista, defendido por autores como Robert Owen, que participou diretamente na fundação das primeiras comunidades cooperativas. Estudiosos como Harold Laski, R. Tawney e G. Cole, Charles Fourier e Pierre Proudhon consolidaram a tradição intelectual associativa e inspiraram o estabelecimento das primeiras cooperativas de trabalhadores (Santos, s.d.).

O associativismo defende uma economia baseada em princípios de cooperação e mutualidade, desfavoráveis à centralização do Estado. Teoriza, assim, a preferência por formas de organização políticas pluralistas e federalistas, que atribuem o primado à sociedade civil. Os valores estruturantes deste pensamento remetem para princípios como autonomia, democracia participativa, igualdade, equidade e solidariedade. Valores que enformam a racionalidade operativa em postulados como: a abertura e carácter voluntário da inclusão; controle democrático por parte dos membros - "um membro, um voto" independentemente das contribuições de capital feitas por cada membro e da sua função na cooperativa —; participação económica dos associados; autonomia e independência em relação ao Estado e a outras organizações; compromisso com a educação dos membros da cooperativa — para lhes facultar uma participação efetiva; cooperação entre cooperativas, através de organizações locais, nacionais e mundiais; e contribuição para o desenvolvimento da comunidade em que está localizada a cooperativa (Santos, s.d.).

As cooperativas simbolizavam, assim, um ideal de transformação social, que não passava pela tomada do poder

político, sendo, ao invés, marcadas pela defesa do direito ao trabalho (Arcoverde *et al.*, 2006).

As práticas solidárias mereceram forte rejeição por parte do pensamento Iluminista, que as encarava como entrave à liberdade individual e como corpo estranho que negativamente se interpunha entre o indivíduo e a sua Nação (Arcoverde *et al* 2006).

Declínio do Movimento Cooperativo

A repressão ofuscou o movimento, legitimada pelo crescimento económico sem precedentes que se fez sentir e que prometia a Sociedade – capitalista - da Abundância. Com efeito, listas negras, *lock out* e despedimentos travaram essa revolução paralela (Singer, 2001).

Todavia, ciente das limitações do Mercado, ainda no século XIX, os poderes públicos inventavam o Estado do Bem-estar Social, mais tarde denominado Estado Providência. A proteção social era, aliás, bem vista pelo capitalismo, pois destinava-se a colmatar as suas lacunas, deixando-o intacto. Este novo modelo de Estado, criando a convicção de que eliminaria as injustiças e desigualdades, que despoletavam as forças contrárias e a inovação, em formas alternativas de organização económica, amorteceu assinalavelmente estes movimentos solidários que se desenhavam. O interesse dos políticos por esta forma humanizada de manter o sistema produziu progressivamente mudança no perfil dos quadros e contribuiu também para o esmorecimento da vertente solidária, reforçando a vertente social. Fortemente institucionalizada, a Economia Social funcionava como um prolongamento do Estado (França Filho, 2002).

As chamadas sociedades de socorro mútuo foram as que

primeiro traçaram a ideia de Proteção Social no século XIX, na Europa. Prestava-se solidariedade através dos mecanismos de redistribuição de riqueza, por parte do Estado.

Mais tarde, o sufrágio universal levou as classes desfavorecidas a reconhecer o Estado como defensor do interesse geral.

Esta trajetória foi mais expressiva na Europa Ocidental. Na América Latina, em países do Leste e nas ex-colónias africanas, a autogestão singrava, ainda que a diferentes velocidades (Laville e Gaiger, 2009). Na verdade, o capitalismo não era nem para todas as pessoas nem para todos os povos. Sobretudo, no tocante a estes últimos, em função da sua dificuldade em competir, resultante da respetiva posição geográfica, da falta de *know how* ou da ausência de poder de aquisição de matérias-primas (Singer, 2004).

Novo Despertar

A partir dos anos de 1980, as preocupações em torno da pobreza e da exclusão social aumentaram, em função do seu carácter estrutural e cumulativo. Com efeito, a globalização trouxe também a internacionalização da pobreza (Estivill, 2009). Esta circunstância, aliada ao princípio do fim do Estado Social, que se adivinhava desde finais de 1970, reacendeu o interesse sobre as práticas solidárias.

Vários fatores concorreram para a degradação crescente das condições de vida. Entre outros: as alterações dos modelos de desenvolvimento após os trinta anos gloriosos; as crises do Estado-Nação e do Estado-Providência; as crises setoriais e falências; a desestruturação económica de muitas economias locais; o desemprego; a pobreza e exclusão social; a ausência de respostas para as necessidades específicas dos mais novos e dos mais velhos; as disparidades e

intolerâncias culturais, com a marginalização ou descaracterização das identidades, dos valores e patrimónios locais; a homogeneização cultural; as questões ambientais; a desflorestação; a diminuição da resiliência face às alterações climáticas, ou o esgotamento dos recursos (Amaro, 2009).

As alterações dos meios e formas de produção, que normalmente despontam com os avanços tecnológicos, provocaram a caducidade das qualificações do grosso dos trabalhadores. O que explicará também, em parte, a dimensão do flagelo do desemprego.

O novo interesse pelas práticas solidárias assumiu uma particular importância nos anos de 1980, já que coincidiu com o forte esbatimento das formas tradicionais de solidariedade familiar e comunitária, a que se vinha assistindo, sobretudo na Europa.

Os movimentos neosolidários de meados e finais dos anos de 1980 coincidiram com um certo consenso acerca do novo modelo de Desenvolvimento – local, comunitário, participativo -, e com a valorização do capital social, pelos teóricos deste Desenvolvimento e pelos estudiosos do Novo Institucionalismo (Fraga e Lemos, 2005). Todas as ciências sociais o valorizaram, de resto. O que enriqueceu a sua solidez conceptual.

Estas considerações foram desenvolvidas por estudiosos como Pierre Bourdieu e James Coleman, sociólogos, que pretendiam perceber, entre outras, as razões da persistência das classes sociais, da desigualdade no acesso aos recursos (iniquidade). Supunham aqueles que o capital económico, categoria que consideravam a par do capital cultural e do capital simbólico, não era suficiente para explicar aquelas desigualdades. Nos seus estudos, viriam a concluir que o capital social é tanto maior quanto maior for

a extensão da rede de relações e a concentração de capitais de cada um dos elementos da rede (Fraga e Lemos, 2005). Ora, a concentração do capital social perpetua a segregação sócio-espacial. Deste modo, a conclusão final era a de que o capital social, porque tendente a concentrar-se, assumia um papel crucial na produção e reprodução das desigualdades (Fraga e Lemos, 2005).

No início do novo Milénio, já não restavam muitas dúvidas quanto às dificuldades do Estado Social e intensificou-se a repercussão institucional desta consciência. Debates que se multiplicaram sobre se “O Estado pode continuar a tomar conta de nós” espelham, a um tempo, descontentamento pelas políticas seguidas e consciência da urgência da intervenção da Sociedade Civil, na regulação do espectro socioeconómico.

Delimitação conceptual

Num exercício de simplificação, podemos tomar a economia, *strictu sensu*, como um “exercício coletivo voltado à promoção das condições de subsistência e de provisão das condições materiais para o exercício da cidadania” (Maia, *et al.*, 2007: 1).

Esta amplitude conceptual deixa margem para toda uma panóplia de manifestações que ainda se inscrevem na categoria económica. Por esta razão, a falta de legislação, de clarificação e de delimitação de categorias e de metodologias, são algumas das dificuldades apontadas no tocante às questões suscitadas (Quintela, 2009).

Para muitos estudiosos, permanece ainda pouco clara a definição de economia solidária e pouco sistematizado o respetivo modelo teórico. O seu reconhecimento e grau de im-

plantação varia de país para país, em função da conjugação de fatores históricos e culturais próprios. Sem embargo, o fenómeno verifica-se, com mais ou menos expressão, por todo o mundo, realçando o seu carácter universalista (Eid, 2003).

Frequentemente, a Economia Solidária está associada ou confunde-se com outras realidades como Terceiro Setor, Economia Social, Setor não Lucrativo, ou Economia Comunitária. Cada país ou região adota com mais ênfase um destes conceitos ou todos indiscriminadamente. Com efeito, todos se referem a uma forma de organizar o trabalho que não seja orientada pela racionalidade capitalista, *i.e.*, aludem a organizações situadas entre o Estado, o mercado e a comunidade (Ramos, 2011).

Não nos debruçamos sobre as noções de economia informal nem de economia subterrânea, porquanto, com estas, não subsistem confusões terminológicas. Não obstante, é de notar que muitos autores, como Singer (2001) ou França Filho (2002), defendem que a consolidação da Economia Solidária contribuiria para a erradicação destas formas parasitantes.

Terceiro Setor

Vêm fazendo caminho duas tradições. A saber, a anglosaxónica, que investiga as organizações de natureza jurídica privada, sem fins lucrativos, baseadas em atividades voluntárias, solidárias, que não distribuem lucros aos seus membros, e que normalmente designa o fenómeno por “Terceiro Setor” (Ramos, 2011). Em razão do último fator apontado, esta categoria, compreendida em rigor na aludida tradição, ignora as cooperativas e mutualidades, porque estas distribuem lucros à partida. Circunscreve-se, por isso, a Associações e Funda-

ções. França Filho alerta para as abundantes confusões terminológicas e recorda que na tradição anglosaxónica, o termo “Terceiro Setor” surge impregnado das ideias de filantropia e assistencialismo.

Por sua vez, a tradição francófona considera com mais expressão a economia solidária como uma forma distinta da capitalista de intervir na economia, nem pública, nem privada, de acordo com modelos e valores próprios e diferentes (Ramos, 2011).

Nesta tradição, a designação “Terceiro Setor” advém do facto de as organizações que compreende provirem de iniciativa privada, mas receberem financiamento e por vezes orientações do Estado ou serem instituições de administração privada, financiadas com apoios públicos, quotas, donativos ou beneficiando de voluntariado (Ramos, 2011).

Economia Solidária *versus* Economia Social

Com efeito, a designação ampla de economia social engloba duas realidades distintas. Uma, refere-se à atividade de suporte social e a outra reporta-se a um modelo de atividade económica e organizacional alternativa, que radica na necessidade de combater a exclusão, instrumental, como vimos, do capitalismo. Esta segunda forma arroga-se, assim, mais conforme ao respeito pelos Direitos do Homem (Ramos, 2011).

A economia solidária, rigorosamente compreendida, inscreve-se no segundo vetor. A impossibilidade de apropriação do excedente, a gestão democrática e participativa, a ênfase da qualidade dos produtos e serviços em detrimento da lógica do lucro, o investimento na formação, a aplicação dos excedentes na ação social e a autonomia financeira são os pontos de contacto entre a *economia solidária* e a *economia social* (Ramos, 2011). De notar que nem todas as organizações que se pautam por estes

princípios se reconhecem como integrando a economia social ou a economia solidária.

A economia solidária refere-se, pois, a outras formas de organização do trabalho que conjuguem solidariedade com utilidade. Neste sentido, além de absorverem o desemprego, contribuem para a revalorização do trabalho socialmente útil (como é o caso do voluntariado) e também o de fomentar a entreatajuda social, a mutualização e o mecenato - Ramos, 2011).

A apontada confusão terminológica entre as duas categorias radica na evolução histórica dos conceitos. Com efeito, conforme vimos com algum pormenor no ponto da evolução conceptual, as manifestações solidárias transfiguraram-se na sua maioria em mecanismos de apoio social devido, sobretudo, à intervenção do Estado, perdendo boa parte dos seus elementos característicos. Na verdade, a economia solidária tem raízes históricas que testemunham o seu carácter autónomo e diferenciado. Devido a fatores político-económicos, cedo esmoreceu, mas recentemente, regressou ao palco social. Economia solidária e social remetem, pois, para diferenciados universos históricos de manifestações.

Na verdade, a economia social (para muitos, versão deturpada da economia solidária ou patamar para o qual esta evoluiu a certa altura) prevaleceu como apêndice do Estado e muitas organizações, como mutualidades ou cooperativas, pouco se distinguem de empresas públicas ou privadas.

Destas características, demarca-se a economia solidária pela afirmação da dimensão política da sua ação. Segundo França Filho (2002), visa novas formas de regulação da Sociedade e também aqui se distingue com clareza da economia social.

Economia popular e outras práticas comunitárias

Por seu turno, a economia popular encontra no tecido social local ou comunitário e nas práticas de reciprocidade os meios necessários para a criação de atividades, as quais, embora de salutar, se esgotam em iniciativas pontuais e sem feição organizativa e estruturante.

Em muitos países do Terceiro Mundo, subsistem práticas de entreaajuda que tiram as pessoas da exclusão mais acabada. É o caso do *kixiquila*. A tradução do crioulo forro será partilha ou cooperativa. Um grupo de pessoas unidas por laços de confiança junta-se e, após sortear a ordem dos beneficiários, inicia a prática de, mensalmente ou com outra frequência, entregar ao beneficiário do mês, identificado de acordo com o sorteio inicial, uma parte do seu salário. Pessoas que se dediquem a atividades informais podem fazê-lo com frequência semanal.

Naturalmente que gera muitas vezes conflitos, em razão do incumprimento de um ou outro membro. No entanto, o saldo parece ser positivo, havendo mesmo funcionários públicos a testemunhar só tendo conseguido construir a sua habitação, através do dinheiro assim obtido.

Desenvolvimento Solidário

Paul Singer associa a noção de economia solidária ao conceito de desenvolvimento solidário, que define como “um processo de fomento de novas forças produtivas e de instauração de novas relações de produção, de modo a promover um processo sustentável de crescimento económico que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados da produção social e da

fruição dos resultados da mesma” (Singer, 2004: 7).

Com efeito, o desenvolvimento solidário tem que ver com “comunidades de pequenas firmas associadas ou com cooperativas de trabalhadores, federadas em complexos, entre outras manifestações, guiadas pelos valores da cooperação e da ajuda mútua mesmo quando competem entre si nos mesmos mercados” (Singer, 2004: 9).

Neste quadro, é frequente aludir-se à simbiose entre os conceitos (Ramos, 2011).

Responsabilidade Social das Empresas

Distinto de todos os enunciados, é ainda o conceito de Responsabilidade social das empresas, que se consolidou a partir do final dos anos de 1980, quando ficou patente que o Estado não poderia assumir sozinho a responsabilidade dos grandes problemas da sociedade. A globalização e a chamada economia paralela em muito contribuíram para esta incapacidade. É, pois, neste contexto que surge o interesse pela responsabilidade social das empresas (Ramos, 2011).

Não falta quem a perscrute por dois ângulos: aperfeiçoamento da gerência - agora mais desperta para outras questões -, e resposta a pressões para satisfazer e respeitar exigências sociais (Salmon e Cattani, 2009).

A Sociedade da Informação e do conhecimento, a globalização da informação, o incremento da sociedade civil e de organizações formais ou informais interessadas no ambiente, entre outros fatores, conduziu a uma Sociedade Civil consciente das questões ambientais, das alterações climáticas, do esgotamento de recursos, da poluição e da insustentabilidade ambiental do modo de produção das grandes multinacionais. Estas, para manterem capacidade

competitiva, lavam a imagem, desenvolvendo, a par das tais operações insustentáveis que visam a manutenção dos níveis de lucro, algumas atividades dirigidas às carências sociais ou ambientais.

O respetivo modelo teórico consiste na justa distribuição dos rendimentos, já que o lucro do capital implica uma série de custos sociais. Essas atividades seriam como que uma compensação por esses custos e integram cada vez mais as estratégias de *marketing* para implantação/manutenção no mercado.

Associações de consumidores, sindicatos, poderes públicos e *mass media* exercem essa pressão crescente, para assunção dos custos das externalidades negativas da atividade empresarial (Salmon e Cattani, 2009).

Mas no entender de muitos e sobretudo na América Latina, trata-se de “uma das mais demagógicas tentativas de se ocultar a exploração da força de trabalho, especialmente nos casos de subcontratação e terceirização” (Salmon e Cattani, 2009: 290).

Mais do que “figura modernizada do paternalismo com vocação filantrópica globalizada”, a Responsabilidade social das empresas coloca para os autores o problema da regulação de uma economia globalizada, assumida por empresas cada vez mais poderosas e concentradas (Salmon e Cattani, 2009: 291).

Não obstante, começa a ser objeto de negociações com os Sindicatos (Salmon e Cattani, 2009). Casos pontuais serão positivos, mas os autores salientam a urgência de legislar sobre esta matéria, a fim de democratizá-la e clarificá-la. Pois, em seu entender, “além dos problemas de estabilidade, de dependência e até de corrupção, a RSE consiste num poder discricionário e unilateralmente determinado (...), o risco mais grave é despojamento dos cidadãos do seu poder

de infletir as formas de redistribuição e de pesar no sentido do bem comum. Quando uma potência qualquer se encarrega de satisfazer o interesse geral sem haver controle democrático, então o espectro do despotismo esclarecido ressurge” (Salmon e Cattani, 2009: 291-292).

3. O PROJECTO ECONOMIA SOLIDÁRIA

A empreendimentos de economia solidária que vão existindo um pouco por todo o globo, recorrem sobretudo os desempregados, o setor público administrativo, responsável pela política social, como forma de aliviar os custos sociais sobre o erário público e “a sociedade civil”, em busca de resposta para os problemas sociais (Ramos, 2011).

Deste modo, a doutrina considera que cabe também à economia solidária promover a coesão social e a coesão económica, estimulando a produção de riqueza e promovendo uma cultura de participação cívica e novas formas de governança (Ramos, 2011 e Singer, 2001).

Ramos (2011) sustenta que são essencialmente três as correntes do pensamento que se destacam na abordagem teórica do fenómeno. Uma primeira corrente, de pendor eminentemente político, coloca a tónica no objetivo de supressão da exclusão social e de consolidação de respostas à crise do trabalho. Por seu turno, a tese económico-ideológica enfatiza que a economia solidária postula uma nova relação de produção. Finalmente, a corrente sociocultural defende que, como resposta à crise dos paradigmas dominantes, a economia solidária se distingue por ter o alcance de difundir valores instrumentais contra o individualismo (Ramos, 2011). Contudo, na realidade, poucos são os autores alheios a qualquer uma destas três sensibilidades.

Uma racionalidade específica

A racionalidade própria da economia solidária consiste na apropriação coletiva dos meios de produção, através da prática do trabalho associado e da autogestão. Diferentemente do que sucede no sistema capitalista, o excedente de produção acresce à remuneração dos trabalhadores e/ou figura como fundo de investimento (Laville e Gaiger, 2009).

O fator organizador dos empreendimentos é o trabalho. Aliás, o trabalho figura mesmo como a sua razão de ser e consiste no principal recurso produtivo. Laville e Gaiger (2009) observam a propósito que estes dois aspetos convertem as relações de igualdade, de democracia e de participação em algo natural.

A sua racionalidade específica é, pois, compreendida no quadro de valores que têm a ver com a qualidade de vida do grupo e com a garantia de melhorias e de segurança humana para a sociedade. Deste modo, a eficiência do trabalho serve de meio para a consecução de outros fins (Laville e Gaiger, 2009). A prática solidária contraria, assim, a racionalidade capitalista, na medida em que esta subordina aspetos sociais, culturais e éticos aos fins da lógica da acumulação.

Em síntese: nos empreendimentos da economia solidária, a produção de mercadorias é dirigida à satisfação de necessidades dos associados; a propriedade dos meios de produção é social, pertencendo a todos por igual; o controle do empreendimento e o poder de decisão cabe à sociedade dos trabalhadores em regime de paridade de direitos; a gestão do empreendimento pertence aos trabalhadores, a quem compete organizar o processo produtivo, operar as estratégias económicas e dispor sobre o destino do excedente produzido; e a

solidariedade é o critério da racionalidade equitativa económica nas relações internas (Arcoverde *et al.*, 2006).

A eficiência destas organizações evoca efetivamente uma racionalidade distinta, orientada para a satisfação das necessidades e para a realização das aspirações humanas, em harmonia com o meio ambiente. A baixa rotatividade é uma característica central (Laville e Gaiger, 2009). Por outro lado, o elemento participativo favorece a comunicação entre todos.

A obtenção de ganhos de produtividade que viabilizem a baixa dos preços, para enfrentar a concorrência sem prejudicar os trabalhadores, faz-se através da cooperação entre todos os envolvidos. Particularidade que, segundo muitos estudiosos, estimula francamente a inovação e aqui reside boa parte do segredo da produtividade. Esta racionalidade favorece ainda, entre o mais, a conservação e a segurança laboral. (Singer, 2004).

Nestas organizações, os cidadãos criam a sua própria fonte de trabalho, visando o acesso a bens e serviços de qualidade ao mais baixo preço possível, numa dinâmica de reciprocidade que articula os interesses individuais com os coletivos (Maia *et al.*, 2007).

No quadro traçado, bem se compreende que a inovação consista então precisamente num esforço coletivo de construção de uma nova racionalidade (Costa, 2007).

Mance (2005: 4) considera que o ciclo virtuoso gerado com os princípios de investimento do excedente e de autonomia se reproduz ecologicamente e “assegura sustentavelmente a sua expansão até um equilíbrio dinâmico de bem-viver das coletividades que dele participam”. Nesta reprodução consiste, no entender do mesmo autor, o **Paradigma da Abundância**. Pois, a economia solidária somente cresce

na medida em que distribui a riqueza, sendo que quanto mais se compartilha a riqueza, melhor se assegura o bem-viver das pessoas (Mance, 2005).

Ao contrário da economia de mercado, que cria necessidades com vista à adequação da oferta à procura, na economia solidária, a oferta vincula-se às necessidades e demandas reais, vividas localmente pelas populações. O motor da geração da oferta não é, pois, o capital investido, mas o desejo de atendimento das necessidades. A economia solidária consiste, assim, numa ação coletiva local de tentativa de autogeração de riqueza, para resolução das suas problemáticas sociais (França Filho, 2002).

Muitos autores acreditam que com a expansão da autogestão, se instalará um novo tipo de relação social de produção. O que acende em muitos a esperança de confronto e rompimento com o capitalismo (Arcoverde *et al* 2006; Singer, 2001; França Filho, 2002).

Paul Singer considera que “Se e quando a economia solidária, formada por empreendimentos individuais e familiares associados e por empreendimentos autogestionários for hegemónica, o sentido do progresso tecnológico será outro, pois deixará de ser produto da competição intercapitalista para visar a satisfação de necessidades consideradas prioritárias pela maioria” (Singer, 2004: 7). O mesmo autor considera que a economia solidária poderá almejar à combinação cada vez mais complexa de modos de produção, graças ao desenvolvimento da microeletrónica e da telemática. O que por si representa, na sua opinião, um fator forte de sustentabilidade.

De notar, que não se trata de partilha do emprego ou da conversão de pessoas com vista ao emprego no setor formal. Trata-se, outrossim, do desenvolvimento de um setor

específico, “orientado para os serviços e laços comunitários e guiado pela ética da utilidade social, capaz de contrariar as forças do mercado” (Kóvacs, 2002: 147).

A este propósito, Coraggio (2009) associa a economia solidária a uma economia do trabalho, atentas as formas de organização da produção coerentes com uma lógica reprodutiva da vida.

Segundo a economia do trabalho, a questão social não reside na busca pela recuperação do pleno emprego sob a direção do capital, para que todos possam ter renda e consumir o que a cultura do sistema capitalista decida produzir. Diferentemente, aqui, a questão social implica desenvolver outras formas de motivação e coordenação das atividades humanas, para que se alcancem outros produtos e resultados e para que se possa desfrutar, inclusivamente, do prazer que é trabalhar (Coraggio, 2009). O autor propõe, por isso, a crítica prática à estrutura de desejos que rege “o imaginário do consumo”. Em suma, a acumulação de riqueza será um meio e não um fim. Hinkelammert e Jiménez, (2009) falam, a este respeito, de uma “economia para a vida”.

Ainda a respeito da racionalidade específica da economia solidária, a doutrina frisa que a solidariedade como motor propulsor não se confunde com a solidariedade filantrópica, ética, altruísta em princípio, de cariz assistencialista. Pois, ressalvadas situações de emergência, esta conduz apenas a pequenas correções, pequenas cirurgias que mantêm vivo o sistema, criando relações de dependência. Diversamente, pretende-se aludir à solidariedade como partilha igualitária, como “princípio de democratização societário”, resultante de ações coletivas (Laville, 2009a: 148).

A solidariedade deve, pois, ser entendida como uma “proposição de forma coletiva de atuação, segundo a qual

“todos, independentemente da situação em que se encontram, podem e devem participar do esforço conjunto, contribuindo com o que estiver ao seu alcance para o bem-estar social” (Arcoverde *et al.*, 2006: 79). Os autores destacam a concepção política de solidariedade, onde se assume a economia social historicamente como proposta de transformação social desenvolvida dentro da tradição socialista.

O modelo teórico da economia solidária funda-se no pensamento cooperativo moderno, que emergiu no seio da revolução industrial no século XIX, como respostas à precariedade das respetivas condições laborais, com reflexos nas demais esferas das suas vidas. Pensamento que se funda no entendimento de que o homem pode aceder a outra forma de processar a economia, tendo por base o trabalho, a cooperação, desde a produção ao consumo, e a distribuição equitativa do excedente produzido. “Afasta-se, assim, da acumulação individual através da exploração e preocupa-se com o aprimoramento do ser humano” (Arcoverde *et al.* 2006: 82).

A proposta inovadora consiste em emprestar à esfera económica a igualdade e democracia por que se pugna no plano político e social. Neste sentido, é uma proposta integradora (Singer, 2001).

Referindo-se a eventuais conotações político-ideológicas, Singer (2001) esclarece que o socialismo *que interessa* consiste, do seu ponto de vista, na democratização de todas as instituições humanas. Já não é a luta pelo poder, sendo até que nenhuma luta, de resto, dará o poder definitivo a ninguém. Por seu turno, o comunismo, o que cria, é um vasto capitalismo de Estado. Prefere, por isso, que a oportunidade de autonomia coletiva e individual inerente às organizações de economia solidária possa coexistir com a oportunidade de optar pela condição de assalariado.

Do ponto de vista da viabilidade e eficiência, muitos investigadores destacam que esta lógica permite reduções avultadas de custos em estruturas de controle e supervisão, com estímulos à produtividade. Pois, no seu entender, o estímulo moral incrementa a capacidade produtiva. (Laville e Gaiger, 2009).

Uma lógica própria

A economia solidária é uma forma de organização do trabalho, que preconiza a reprodução do mesmo, sendo-lhe inerente uma forma diferenciada do processo produtivo, que não explora a força de trabalho, como sucede no capitalismo. A inovação apresenta-se, pois, como resistência aos valores centrais da modernidade capitalista. Destarte, os espaços da Economia Solidária representam laboratórios de prática e aprendizagem de um comportamento político inovador (Costa, 2007).

Com efeito, o comprometimento com o vínculo e segurança laboral conduz à criatividade na busca de alternativas em tempo de crise. O homem é preservado em detrimento do lucro. Por isso que autores, como França Filho (2002), veem nela uma nova forma de relacionamento entre economia e sociedade. Este autor salienta que um dos grandes traços característicos que conferem uma lógica distinta à economia solidária é a *hibridação de economias*. Ou seja, a possibilidade de combinação com economia mercantil (a economia solidária penetra no mercado sem abdicar da sua racionalidade e dos seus princípios), não mercantil (quando arrecada subsídios públicos, devidos pela utilidade pública que representa) e não monetária (quando se socorre de trabalho voluntário). França Filho (2001) considera que os três polos

se complementam e que esta complementaridade quebra o mito de que o progresso e o desenvolvimento económico são as únicas fontes de felicidade.

Como Laville e outros, entende que não há vantagens em opor Estado, mercado e economia solidária, podendo, antes, assumir uma função de ajuste dentro do sistema, bem como de plataforma intermediária de intervenção, “interligando diferentes espaços, combinando diversos recursos e racionalidades sociais, e diversidade de modos de hibridação” (Ramos, 2011: 8, citando Evers, 2000). Pode, assim, “reconciliar a justiça e o lucro” (Ramos, 2011: 8, citando também Azam, 2003).

Um Projecto social imanente

Um forte contributo da economia solidária foi a de reinventar a própria noção de trabalho, através da revalorização do trabalho socialmente útil, que não ocorre no contexto da relação estritamente salarial (Ramos, 2011 e Verenhitch, 2007). Os autores salientam que a sua lógica específica favorece a produtividade também porque os trabalhadores associados passam a ir além dos seus deveres específicos.

Neste quadro, Valentim Jr. (2008) entende que a economia solidária consiste numa ação coletiva que busca uma revolução cultural, com relações sociais e económicas mais civilizadas e solidárias e com o controle dos meios de produção pelos trabalhadores, através do trabalho coletivo.

Com efeito, a importância de várias formas de investimento socialmente responsável ultrapassa o crescimento da economia e do emprego, incentivando o exercício da cidadania, acautelando a dimensão ética dos negócios, participando no desenvolvimento sustentável e no reforço da

coesão social (Ramos, 2011). A organização cooperativa evita ainda o isolamento social e político, produzindo um efeito inclusivo das pessoas (Gaiger, 2011).

Neste contexto e secundando as posições enunciadas, Costa (2007) perspetiva a economia solidária como um projeto político de sociedade. A capacidade de produzir mudança a partir da livre associação depende das articulações entre os atores da economia solidária. Mas estes serão sempre atores da solidariedade democrática (Laville e Gaiger, 2009).

A economia solidária busca, dentro da realidade existente, formas alternativas de desenvolvimento económico baseado em valores mais humanos. O que atinge através da autonomia dos grupos e das práticas ambientalmente sustentáveis (Maia *et al.* 2007, citando Coelho, 2006). Representa, nesta medida, um modelo de ação, mas pressupõe agir de modo coordenado, ao contrário do que sucede no capitalismo (Godoy, 2010). O trabalho, o saber e a criatividade humana são os valores centrais (Araújo e Lima, 2006). Daí também a sua íntima ligação à expressão e desenvolvimento cultural.

Nesta confluência, a economia solidária contribui para a construção de Estados democraticamente fortes em que o respeito pelo ser humano e a justiça social são centrais. Valores que o capitalismo e as políticas neoliberais não apoiam (Araújo e Lima, 2006).

De facto, as práticas solidárias fomentam o respeito pela diversidade, solidariedade e complementaridade, em detrimento da competição e do egocentrismo. Do mesmo passo, promovem o respeito pela natureza e postulam a máxima consciência dos direitos e deveres individuais, advogando que a dignidade está acima de qualquer coisa (Mance, 2005). Deste modo, os avanços científicos são desejados,

mas submetidos sempre ao crivo dos valores ambientais, de inclusão social e de autogestão (Singer, 2004).

Admitindo uma pluralidade de princípios e de paradigmas do comportamento económico, na sua lógica intrinsecamente democrática, o fenómeno preconiza naturalmente, através da sua racionalidade específica, o aprimoramento de fatores como a sustentabilidade, meio ambiente, diversidade cultural, desenvolvimento local, competitividade, governabilidade, eficiência e uma outra mundialização.

A economia solidária harmoniza-se igualmente, de forma particular, com o movimento alter mundialização que pretende suscitar valores como a democracia, a justiça económica e social e a proteção do meio ambiente e dos direitos humanos. Tudo com o fito de promover a criação de condições para uma mundialização democrática, controlada e solidária. Sob inspiração do slogan “um outro mundo é possível” do Fórum Social Mundial de Porto Alegre, reforçou-se na revista *Movements* na Bélgica e na França em 2002 (Viveret, 2009). Busca lógicas económicas alternativas. Agrupa sensibilidades e culturas diversas e tem o alcance de sentar à mesma mesa progressistas muçulmanos e pacifistas israelitas, por exemplo (Viveret, 2009). O poder da forma assim criada e do discurso é igualmente promissor.

A propósito da sua expressão jurídica quase sempre associativa, Viveret (2009: 14) afirma que “se a forma associativa é uma das mais adaptadas à exigência democrática, isso se dá justamente porque ela se ajusta muito mais ao poder como criação do que como dominação”.

Caillé (2009) enfatiza que a prática solidária encerra um modelo de sociedade que rejeita o utilitarismo porquanto este secundariza a Natureza e o Ser Humano. A sua lógica

defende a felicidade do maior número, polarizando o debate entre egoísmo e altruísmo ainda que este último seja o egoísmo altruísta - a satisfação do contentamento dos outros como um interesse próprio (Caillé, 2009).

Empreendimentos Solidários

França Filho (2001) propõe uma tipologia de apreensão do fenómeno levando em consideração que estamos diante de um movimento multiforme de experiências e entende serem quatro as principais formas de manifestação da economia solidária. Do ponto de vista organizacional, a forma de expressão comum é o modo associativo, muitas vezes em registo cooperativo. São elas: o comércio justo – o qual se rege segundo a lógica da eliminação dos intermediários, aproximando produtor e consumidor e que implica opções políticas e consciencialização do consumo; as finanças solidárias - que permitem a democratização no acesso ao crédito e a utilidade social do investimento, destacando-se o caso das Cigales em França (poupança de proximidade aplicada em projetos locais); a economia sem dinheiro – que consiste na criação de formas alternativas de trocas ou intercâmbios económicos; e as empresas sociais *strictu sensu*, que não perseguem a maximização do lucro como critério principal, mas, antes, a satisfação de certos objetivos económicos e sociais, e a capacidade de dispor, pela produção de bens ou serviços, de soluções inovadoras para os problemas da exclusão e do desemprego.

Todas estas manifestações operam normalmente numa escala local e buscam a articulação em redes como modo de organização territorial, a fim de fazer face ao fenómeno da exclusão social. O autor menciona ainda diversos exem-

plos em França e na Alemanha (França Filho, 2001). Nas últimas duas décadas, surgiram algumas manifestações na Grécia, como resposta ao regime de austeridade.

Dado que os benefícios são repartidos entre os associados e não se restringem a ganhos monetários imediatos, a difusão dos empreendimentos tende a gerar um efeito direto sobre a distribuição da renda e da propriedade (Laville e Gaiger, 2009).

Por sua vez, Paul Singer (2004) apresenta o exemplo dos distritos industriais espanhóis e italianos. Nos vários distritos, é feita uma divisão de trabalho em que grupos de empresas se encarregam de diferentes etapas da cadeia produtiva. Em cada mercado, as empresas competem entre si, mas sem procurar destruir o concorrente para dominar o mercado. Todas sabem que o êxito de cada empresa depende do êxito de todas. O que permite a livre troca de informações e de ideias – condição básica para a ajuda mútua. As firmas não guardam segredos dos seus concorrentes, pois são membros da mesma comunidade de negócios (Singer, 2004).

Iniciativas de ONGs orientadas para projetos produtivos coletivos, cooperativas populares, redes de produção consumo-comercialização, instituições financeiras voltadas a empreendimentos populares solidários, empresas recuperadas por trabalhadores organizados em autogestão, cooperativas de agricultura familiar e cooperativas de prestação de serviços, são outros exemplos fornecidos, apesar de pouco investigados na maioria dos casos (Maia *et al.*, 2007).

Mas é o complexo económico Mondragon, no país basco, Espanha, aquele que continua a ser, para a maioria dos investigadores, o grande modelo de economia cooperativa. O complexo labora desde 1965 e pertence aos “trinta mil trabalhadores das suas cento e nove fábricas, da sua cadeia

de supermercados, do seu banco e da sua universidade” (Santos, s.d.: 4).

O autor atribui o sucesso deste exemplo mundialmente reconhecido a fatores como “a inserção das cooperativas em redes de apoio e o esforço para torná-las competitivas no mercado global”. As cooperativas de produção, consumo, crédito e educação que compõem o complexo estão ligadas através de laços múltiplos de mútua dependência. Assim, o banco cooperativo concede empréstimos e coordena, supervisiona e presta assessoria. A Caixa Popular faz monitorização constante do desempenho de cada cooperativa e emite recomendações. A universidade tecnológica ministra formação para tornar os trabalhadores flexíveis e mantê-los atualizados. Mais enfatiza que os órgãos de decisão do grupo são participativos. Por outro lado, o empreendimento tem vários mecanismos de apoio às cooperativas, destacando-se a distribuição dos lucros das cooperativas de maior sucesso pelas que atravessam dificuldades temporárias. Outro fator de sucesso e resiliência será a rotação de pessoal experiente (Santos, s.d.: 4).

Singer (2004) alude igualmente aos *kibbutzim* israelitas, apesar de algum declínio, já que resistem desde sensivelmente a Revolução Industrial.

Potencial da Economia Solidária

Por contraponto às das entidades públicas e privadas, as práticas solidárias distinguem-se, como vimos, pelo seu cariz local e pela proximidade com as populações. Esta sua lógica de ação permite a aquisição de um conhecimento maior dos recursos endógenos e favorece a criação de um capital de

confiança para mobilizá-los e potenciá-los (Quintela, 2009). O que contribuirá para a eficácia das iniciativas e para a resiliência das organizações.

Promovendo a participação através da liderança de instituições de base mais local, as organizações da economia solidária constituem-se “um veículo de expressão individual e grupal” (Quintela, 2009), facilitando o *lobby*. Contribuem, assim, como nenhuma outra, para a regulação social de determinado território. O que é decisivo em comunidades frágeis (Amaro, 2009).

Determinante, afigura-se ainda que a organização solidária, pela sua natureza, suscita o interesse por conceitos como a tecnologia social. Matéria que Renato Dagnino desenvolve no Dicionário da Economia Social (2009).

Costa (2007) e outros definem a economia solidária como instrumento de inovação, de resposta às necessidades materiais e de luta contra processos de exclusão social. Entende que tem potencial de emancipação, o que a torna viável, no sentido de garantir a reprodução social.

Transgênicos e agricultura orgânica versus técnicas químicas, educação democrática ou auto- educação *versus* educação à distância e desenvolvimento solidário são temas em que, não raro, entronca. O que reflete a sua vocação de busca por novas formas produtivas que garantam eficiência e progresso e simultaneamente respeitem a natureza (Singer, 2004).

A economia solidária, ainda que mais ou menos timidamente, vem-se constituindo em muitos lugares numa certa base para novas áreas de conhecimento científico multidisciplinar (Valentim Jr, 2008).

Assegurando um trabalho revalorizado e visando a satisfação das necessidades sociais, económicas e culturais, entre outras, promovendo o conhecimento e a criação de capital social, a economia solidária consiste efetivamente num ver-

dadeiro projeto abrangente de sociedade, a mover-se pela cidadania. Note-se que esta só é plena se existir acesso às oportunidades e liberdades económicas e políticas (Ramos, 2011). Desta forma, a economia solidária é também resposta ao défice democrático, resultante da ausência dessas oportunidades e liberdades, determinada pela iniquidade.

Salientando o seu potencial de modelo socioeconómico alternativo, Singer (2001) desmonta vários exemplos em que as práticas solidárias vêm já confrontando o sistema capitalista. É o caso da recuperação de empresas falidas pelos seus trabalhadores.

Eid (2003) aborda vários exemplos de sucesso no Brasil destacando-se, pela originalidade e potencial, a organização de incubadoras universitárias de empreendimentos da economia popular e solidária, que vem operando desde os anos 90.

Por seu turno, Mance (2005) destaca ainda a difusão de *softwares* livres e tecnologias livres e sustentáveis.

Na ótica de Santos (s.d.: 3), as características das cooperativas de trabalhadores têm potencial para responder com eficiência às condições do mercado global contemporâneo, por duas grandes ordens de razões. Por um lado, tendem a ser mais produtivas do que as empresas capitalistas, porque “os seus trabalhadores-proprietários tem maior incentivo económico e moral para dedicar o seu tempo e esforço ao trabalho, e porque, uma vez que os trabalhadores se beneficiam diretamente quando a cooperativa prospera, diminuem drasticamente os custos de supervisão, que, numa empresa capitalista, são altos porque a vigilância constante do desempenho dos empregados é necessária para assegurar a cooperação destes com a empresa”.

O segundo argumento tem a ver com a adequação das cooperativas para competir num mercado fragmentado e volátil

como aquele que caracteriza a economia global contemporânea. Citando também Piore e Sabel (1984) acerca da "especialização flexível" —, o autor confere que “as empresas aptas para competir num mercado altamente segmentado e em mudança, como o atual, são aquelas capazes de se ajustar com flexibilidade às alterações da demanda, motivar a participação ativa e inovadora dos trabalhadores no processo produtivo e de se inserir em uma rede de cooperação econômica formada, além do mais, por outras empresas pequenas e flexíveis e por instituições culturais, educativas e políticas de apoio — em outras palavras, formada numa economia cooperativa” (Santos, s.d.: 3). Acrescenta ainda que as cooperativas de trabalhadores geram benefícios não econômicos para os seus membros e para a comunidade em geral, que são fundamentais para contrariar os efeitos desiguais da economia capitalista.

Economia Solidária e Desenvolvimento

A economia solidária assume a sua preferência por uma base de ação territorial e de promoção do desenvolvimento local e sustentável, aproveitando recursos endógenos e sinergias com outras atividades econômicas. Neste sentido, autores como Ramos (2011) falam de “simbiose com o conceito de “Desenvolvimento Solidário” (Ramos, 2011). O que se reveste de grande importância, já que, a considerar-se inerente a este modelo Desenvolvimentista, a economia solidária faria mais parte da agenda dos projetos de Desenvolvimento do sistema das Nações Unidas ou da União Europeia (Relatório, 2011).

Em abono desta tese, Singer (2004) frisa que o desen-

volvimento solidário não visa a abolição dos mercados, que devem continuar a funcionar, mas sim a sujeição dos mesmos a normas e controles para que ninguém seja excluído da economia contra sua vontade. Para tanto, as empresas deveriam ser constituídas por uma pessoa, família, ou pessoas associadas para desenvolver atividades produtivas, todas com os mesmos direitos de participar. Seriam medidas para evitar perdedores do jogo do mercado.

O autor sublinha que, para tanto, o Estado já dispõe de instrumentos. A saber, impostos sobre renda e propriedade e transferência de recursos públicos sem diminuição dos incentivos para que os produtores se esforcem por oferecer aos consumidores a melhor qualidade, quantidade e preço (Singer, 2004). E adianta que este projeto não é impossível, visto que já existem órgãos de regulação da concorrência.

Efetivamente, a União Europeia expressou já em diversos documentos a sua convicção de que é possível criar emprego com esta lógica em setores como os serviços de proximidade, recuperação e reciclagem de materiais, reordenamento da fauna, reabilitação e proteção dos meios naturais, ecoturismo e recuperação do património urbano (Ramos, 2011). Desde 1995 que refere também Jazidas de emprego, que mais não são do que oportunidades tecnológicas e de necessidades de mercado não satisfeitas ou insuficientemente satisfeitas - serviços da vida quotidiana, culturais, de ambiente, entre outros-, diminuem a expansão urbana, a necessidade de uso de transportes, *etc* (Relatório, 2011).

A propósito da associação a Desenvolvimento Solidário, Singer trata o exemplo da Rede *Justa Trama* no Brasil. Diversos outros exemplos revelam que as práticas e a lógica de produção solidária concorrem ainda para melhorar a saúde mental de um modo geral. Já porque promove a inclusão de

peças portadoras de deficiências, já porque combate eficazmente a depressão em muitos segmentos populacionais (<http://www.fbes.org.br/campanhaes/index.html>).

Não se trata, pois, de perder eficiência. Trata-se de conseguir garanti-la por outras vias que não à custa da exclusão de pessoas (Singer, 2001).

Laville e Gaiger (2009), assinalam reiteradamente que a economia solidária é mais rica do que a sua face conhecida, pelo que se mostra imperioso aprofundar a investigação das suas múltiplas manifestações, acreditando que este será um poderoso contributo para o Desenvolvimento.

4. DIFICULDADES

Persistem obstáculos de natureza financeira, política, organizacional, legislativa e de qualificação dos recursos humanos, bem como outros que respeitam à fragmentação do setor e das suas instituições, a divergências internas ou a questões de identidade e de pertença.

Dificuldades intrínsecas

Muitos são os constrangimentos relacionados com a racionalidade, lógicas e instrumentos específicos da economia solidária. Alguns apontam, por exemplo, o particularismo do respetivo raio de ação, como podendo conduzir a hostilidades para com alguns interesses mais amplos da sociedade e alguma discriminação (Quintela, 2009).

A microdimensão de muitas organizações com a consequente fragilidade face ao mercado e o corporativismo de algumas bem implantadas representam outras das dificuldades identificadas (Quintela, 2009). A mesma autora alerta

ainda para a vulnerabilidade face ao contexto sociopolítico.

O facto de se dirigirem a populações carenciadas implica diversas fragilidades. Desde logo porque, atento o baixo nível de poder de compra dos visados, a procura será sempre incipiente (Quintela, 2009).

Não raro, as dificuldades prendem-se mais, contudo, com o universo em que se inserem. Questões como a ausência de identidade coletiva causam naturalmente constrangimentos. Acresce que muitos trabalhadores sentem a responsabilidade própria, inerente à lógica da repartição solidária como sufocante (Singer, 2004).

Marcante é igualmente o problema da mão-de-obra desqualificada (Ramos, 2011), devido às características dos voluntários e à instabilidade dos financiamentos. Com efeito, os empregos associados aos serviços de proximidade necessitam, na ótica de boa parte da doutrina, de ser valorizados pela via do estatuto laboral e pelo acesso a formação adequada (Ramos, 2011).

Noutra perspetiva, Godoy (2010) entende que o grande problema da economia solidária reside antes na comercialização. Pois, a mercadoria produzida apresenta um preço superior àquela que é produzida em grande escala. A consideração mais justa nas relações de produção implica um fator de produção, que resulta em custos adicionais, já que a mercadoria reflete o real valor do trabalho humano (Godoy, 2010).

Mas a verdade é que, como observa Godoy (2010), nem todos podem pagar o preço justo mesmo que tenham consciência do processo produtivo. Responsabilizar o consumidor pelas suas escolhas obscurece, em seu entender, as relações sociais estabelecidas no modo de produção hegemónico.

Outras sensibilidades enfatizam que a dependência do financiamento público pode pôr em causa a autonomia das

organizações e limita a capacidade de planeamento a médio e longo prazo (Ramos, 2011).

Algumas investigações de projetos concluem também pela dificuldade na aplicação dos princípios estruturantes da racionalidade solidária (Ramos, 2011). Um desafio será, por isso, pesquisar como convivem as redes com o dilema da representatividade e como constroem a democracia (Pauli, 2005).

Consistência Teórico-prática

A hegemonia da racionalidade científica, a legitimidade da propriedade privada, a soberania dos Estados, a relação vertical entre os cidadãos e o Estado, a crença no progresso infinito baseado na expansão da atividade económica e no avanço técnico representam os Dogmas da Modernidade (Costa, 2007, citando também Avritzer Santos, “Democracia e Governo”, 2011). Deste modo, o facto de contrariá-los não poderá ser isento de dificuldades.

Vive-se, com efeito, uma época de contradições, já que, a par do aumento do voluntariado, aumenta também a indiferença e o corporativismo (Estivill, 2003). O autor fala na necessidade de romper a opacidade, no que toca às magnitudes económicas e a declarações jurídicas.

Alguns investigadores consideram evidentes as lacunas ao nível do desempenho destas organizações (Quintela, 2009). A falta de coordenação, dispersão e ineficiência representa outro problema grave. Arcoverde *et al.*, (2006), alerta igualmente para o desfasamento que persiste entre o discurso e a prática e para o perigo da sua mistificação e utopia (Ramos, 2011).

Para muitos, falta esclarecer as relações de produção e de organização no trabalho, natureza, metodologia, concei-

tos e indicadores. Do mesmo modo, a troca de mercadorias é ainda um campo pouco explorado (Godoy, 2007). Por seu turno, as práticas de gestão em geral não possuem sistemas de avaliação da qualidade e satisfação dos utilizadores (Ramos, 2011).

Aprofundando o tema, Boaventura Sousa Santos (s.d.: 2) observa que, apesar de, por um lado, o número de cooperativas se ter multiplicado rapidamente, nem a prática cooperativa nem o pensamento associativo que lhe subjaz chegaram a ser predominantes. Nas suas palavras, "o associativismo nunca amadureceu até ao ponto de se converter numa ideologia coerente capaz de resistir aos ataques provenientes tanto das teorias do socialismo centralizado quanto do liberalismo individualista".

Nota ainda que a opinião prevalecente nas ciências sociais, desde o final do século XIX (citando Webb e Webb, 1897) tem tendido a ser a de que as cooperativas são intrinsecamente instáveis, por “estarem presas num dilema estrutural. Por um lado, segundo esta opinião, correm o risco de fracassar porque a sua estrutura democrática as torna mais lentas na tomada de decisões do que as empresas capitalistas e porque o princípio "um membro, um voto" as impede de alcançar o móvel de capitalização necessário para se expandir, porque os investidores — sejam eles membros ou pessoas externas a cooperativa — desejam ter uma intervenção nas decisões que seja proporcional à sua contribuição. Por outro lado, ainda segundo esta opinião, mesmo que as cooperativas consigam crescer e expandir-se, acabam por fracassar, uma vez que o crescimento feito à custa do sacrifício da participação direta dos membros da cooperativa — o que se torna difícil em uma grande empresa — e exigem, cada vez mais, investimentos consideráveis

de capital, que só podem ser obtidos apelando para investidores externos, cuja influencia desvirtua o espírito da mesma (...)” (Santos, s.d.: 2).

Sem embargo, o autor também considera que as práticas cooperativas das últimas décadas têm suscitado um “renovado interesse que desafia o prognóstico pessimista acerca da sustentabilidade dos empreendimentos solidários” (Santos, s.d.: 2).

Fragilidades Institucionais

Como ameaça, destaca-se a falta de reconhecimento que ainda impera. Muitas vezes, também por se pensar que as organizações pertencem ao Estado (Quintela, 2009).

A doutrina salienta ainda uma dificuldade estrutural que conduz frequentemente à utilização instrumental (isomorfismo organizativo) deste tipo de organização pelas entidades públicas, de que aquelas muitas vezes dependem excessivamente (Chanial e Laville, 2009).

Por outro lado, enfatiza-se aquilo a que chama *o drama da ineficácia da participação* (Quintela, 2009). A mesma investigadora salienta a forte fragmentação das iniciativas. Por vezes, a falta de ligação ao espectro nacional e o isolamento provocam clientelismo e falta de competição local estimulante (Quintela, 2009).

A competição *versus* cooperação está no cerne das grandes lutas políticas e resulta do confronto de valores e visões de mundo. Neste sentido, a defesa do modelo de desenvolvimento solidário dependerá da evolução do conhecimento, do profissionalismo dos ativistas, da transparência dos processos e da participação cívica.

Por outro lado, a capacidade de inclusão é menor do que

o ritmo de crescimento da exclusão social. Faltam recursos financeiros e quadros e é preciso cuidado para não se entrar no jogo da massificação na organização dessas experiências, para resolver no curto prazo o desemprego. O que para Eid (2003) seria a vontade das elites. Excesso de burocracia e lacunas na legislação serão outros dos aspectos a burilar.

Estivill (2003), por seu turno, parece apontar o dedo, entre o mais, à falta de coordenação, de uma ideia abrangente para os países e respetiva realidade específica, de projetos nacionais consistentes em que determinadas políticas e projetos não aparecessem desgarrados, em vez de concertados. O autor entende que às estratégias paliativas, emancipadoras, reprodutoras ou preventivas de combate à exclusão que vêm sendo seguidas, se deveria seguir uma estratégia concertada, holística e adaptada às diferentes especificidades. Citando também Daniel Defoe (1704), o autor salienta, a propósito da adoção isolada de determinadas estratégias, designadamente, paliativas, que, “se ajudamos os pobres, fazemo-los mais pobres e não vão trabalhar a troco de um salário”, realçando os efeitos negativos de dependência do assistencialismo (Estivill, 2003: 100).

Dedicando-se a esta problemática, Costa (2007) postula que o subdesenvolvimento não é criado por instituições fracas, mas por ambientes institucionais fracos. Onde o trabalho estiver dissociado do conhecimento, estará criado o bloqueio à inovação. O que apela vigorosamente ao profissionalismo dos atores.

O excessivo amadorismo, a inabilidade na gestão dos recursos humanos, o deficiente sistema de prestação de contas e de monitorização dos serviços são outras das fraquezas enumeradas (Quintela, 2009).

Fragilidades humanas

Noutra perspetiva, mais estreitamente ligada com o perfil das relações humanas, Jandir Pauli (Pauli, 2005), refere, na sequência de um estudo feito a partir do desempenho de várias redes no Brasil, que “o poder não é problematizado pelas teorias que fundamentam as redes de economia solidária porque as suas perspetivas adotam a ideia de possível simetria. Coexistem a vigilância hierárquica, a sanção normalizadora e o exame” (Pauli, 2005: 153). As práticas solidárias nas redes de economia solidária não estão isentas de relações de poder. O que implica assimetria e gera conflitos, resistências, coações e interesses. E conclui que um “*sistema autopoietico*” não consegue equilibrar conflitos, evitar resistências e estabelecer uma igualdade na divisão e distribuição de poder” (Pauli, 2005: 154). E o poder impõe uma disciplina. No entanto, o autor também considera que tal não obsta a que possa existir reciprocidade e solidariedade entre os seus membros, concluindo que o ideal normativo de solidariedade convive com práticas de poder.

Noutro prisma, eminentemente ligado à natureza humana, muitos investigadores observam que, quando a penetração no mercado é muito bem-sucedida, não raro, as cooperativas resvalam em empresas lucrativas (Quintela, 2009; Singer, 2001).

Singer (2004) recorda que muitas cooperativas de consumo e de comercialização agrícola passaram a ser administradas como firmas capitalistas por quadros contratados pela direção, abdicando da participação e do poder decisório dos sócios. Para alguns, subsiste, pois, o perigo de o fenómeno solidário se relacionar só com momentos de insegurança e de desamparo (Laville e Gaiger, 2009).

Por outro lado, associa-se amiúde a economia solidária a terceirização e a precariedade. Estudiosos dão conta do abuso das cooperativas por muitas empresas. Estas tomam as primeiras como intermediárias de mão-de-obra, de modo que, a coberto de legislação específica, encontram um meio legal para se desresponsabilizarem dos direitos básicos e encargos sociais com os trabalhadores: baixos salários, isenções fiscais e flexibilidade contratual (Ramos, 2011).

5. FATORES DE SUCESSO

Fidelidade a Princípios Estruturantes

É consensual, na doutrina, que as práticas solidárias devem ser orientadas e ligadas a capacidades, necessidades e demandas locais. Por outro lado, devem ser ambientalmente sustentáveis e organizadas com base em intenso diálogo e participação e apoiadas por sistemas financeiros, que não sejam um fim em si mesmos (Costa, 2007).

A inovação, por seu lado, deve emergir do diálogo, ser construída na diversidade e estar voltada para a realização humana (Costa, 2007). O modo específico solidário a este nível consiste na articulação entre necessidades e saberes (França Filho, 2002).

Ao nível estratégico, a doutrina enfatiza a organização em rede, considerando que a solidariedade económica em estratégias de rede tem-se mostrado a melhor forma de gerar soluções coletivas de sustentabilidade, para os empreendimentos de economia solidária. Isto, devido aos fluxos económicos que os permeiam e às cadeias produtivas em que estão integrados.

Ramos (2011) defende que as organizações de segundo

nível são imprescindíveis para garantir a sustentabilidade das de primeiro nível, embora advogue a urgência de um estudo mais aprofundado das primeiras a fim de poderem traçar-se as condições específicas de viabilidade em cada ponto territorial. O que parece legitimar a conclusão de que é urgente, como condição de pesquisa, que as experiências e as suas análises se multipliquem.

Gaiger (2011) propõe a massificação dos estudos e a análise comparativa entre tipos de organização e segmentos socioeconómicos, no sentido de discernir as suas racionalidades e formular tipologias que as elucidem (Gaiger, 2011). Bem assim, para investigar a fundo os rendimentos e benefícios individuais dos sócios para transparência e resposta à questão de saber se a economia solidária fosse um país, qual seria o seu grau de desigualdade (Gaiger, 2011).

Ainda a propósito do potencial da operação em rede, Mance (2005: 11) sustenta que “a forma de organização e gestão de uma rede de colaboração solidária tem de ser necessariamente democrática – quanto mais horizontal e participativa tanto melhor. Pois, quanto maior for a participação e envolvimento das pessoas, mais fortalecido estará o arranjo socioproductivo que se constitui com a participação de todos. É preciso, pois, assegurar às pessoas o direito de manifestar as suas posições, dialogar, decidir e participar solidariamente na execução dos projetos. Dependendo do grau de envolvimento da sociedade civil e do poder público na busca de soluções sustentáveis de desenvolvimento centradas na economia solidária, é possível elaborar-se Planos de Desenvolvimento, com abrangência local ou regional”.

A propósito do caso da Cooperativa de Mondragón, e ilustrando com esse exemplo, Boaventura de Sousa Santos (Santos, s.d.: 5) conclui que “o compromisso com a manu-

tenção dos trabalhadores e a capitalização das empresas a partir das contribuições dos trabalhadores e não de investidores externos podem agir como restrições virtuosas que obrigam as cooperativas à flexibilidade e à inovação”.

Abordando ainda o exemplo da indiana Kerala, que operou até aos anos 90, o autor elege a descentralização e colaboração entre cooperativas associadas em rede e o princípio de participação democrática no interior das cooperativas como os fatores de sucesso. Recorda a particularidade de este empreendimento ter surgido como resultado de um movimento democrático dos camponeses da região que procurava tornar efetiva a lei da reforma agrária de 1969.

A propósito destas matérias e citando também Hirschman (1984), Santos (s.d.: 6), salienta que a “transformação da energia emancipatória, que começa sob a forma de movimentos sociais e se converte em iniciativas económicas solidárias e vice-versa é um fenómeno comum às experiências cooperativas mais duradouras”.

Por seu turno, Arcoverde *et al* (2006) entendem que o desenvolvimento deste tipo de empreendimentos depende fundamentalmente de dois princípios: igualdade económica e igualdade no poder.

Noutra perspetiva, Godoy (2010) refere elementos históricos que mostram a relação entre o desenvolvimento das cidades e o aperfeiçoamento das trocas. Preconiza que as formas que a troca assume na cidade revelam estratégias de aproximação entre a mercadoria e o consumidor, tornando-se condição de eficácia e de reprodução social.

Para Ramos (2011), a economia solidária deve insistir numa perspetiva territorializada de ação e de promoção do desenvolvimento local e sustentável, aproveitando recursos endógenos. Em sentido semelhante, pronuncia-se Amaro

(2009). Com efeito, o aproveitamento deste tipo de recursos pode ser a grande chave para a criação da “marca” da própria cidade ou região que a União Europeia tanto vem enfatizando como catalisador de Desenvolvimento. Já porque cria oportunidades de negócio, já porque promove a coesão social através da criação de identidades (Relatório, 2011)

Araújo e Lima (2006) salientam que uma proposta integral deve promover a articulação com atividades económicas solidárias, como o comércio justo ou as finanças solidárias, e realçam o sucesso de muitos casos de microcrédito.

Reconhecimento Institucional

Estivill (2003) sublinha que o combate à exclusão social, que implica cada vez mais a economia solidária, se faz também pela via da pressão pelo respeito devido aos Direitos Humanos.

Singer (2004) apela ao reconhecimento institucional efetivo do papel dos empreendimentos solidários e defende algumas medidas de carácter legal. Entre outras, propõe que o novo conhecimento esteja disponível para todos (e ilustra com o caso do Linux *versus* Microsoft). Para tanto, a Pesquisa Científica para o Desenvolvimento deveria ser suportada por fundos públicos sugerindo, em alternativa, que o uso de novo conhecimento fosse objeto de pagamento de um prémio ao respetivo autor. Pois, na sua ótica, “a ética científica de conquistar conhecimento novo para a Humanidade deveria chocar-se com a sua comercialização” (Singer, 2004: 15).

O mesmo autor considera que “é indispensável aglutinar a economia solidária numa forte unidade nacional e quem sabe internacional” para que seja “possível competir com as empresas capitalistas” (Singer, 2001: 53).

Fatores de Sustentabilidade

Um quadro inovador, na perspectiva de França Filho (2004), deveria contemplar a presença de sistemas financeiros alternativos, como banco comunitários e cooperativas de crédito genuínas, que potencializassem o desenvolvimento das redes solidárias.

No que tange à operacionalização estratégica, Coraggio, Gaiger e outros (2009) defendem um sistema misto de diálogo, rejeitando quer a eleição apenas do mercado como fonte única de riqueza, quer a redução das demais instâncias económicas à condição de normas parasitárias (França Filho, 2002). O que implica perspetivar os três polos na sua complementaridade. França Filho (2004) salienta reiteradamente a propensão da economia solidária para interagir com os sistemas mercantil, não mercantil e não monetário, designando esta vocação de hibridação de economias.

Eid (2003: 20) enfatiza que a viabilidade dos empreendimentos dependerá sempre da adequação da oferta à demanda e “passará necessariamente pela articulação nos e com os movimentos sociais a nível local, regional, nacional e internacional”. A este nível, o autor menciona as políticas públicas, a ação sindical, as ONGs, as incubadoras, as instituições de apoio, os grupos de pesquisa, as associações de moradores, e as cooperativas urbanas e rurais que devem estar articuladas no sentido de se identificarem demandas para um empreendimento coletivo a ser formado. No entender do autor, somente após a construção mínima dessa viabilidade é que se deve decidir sobre a criação de uma cooperativa (Eid, 2003).

Mance (2005) recomenda rigor na elaboração do plano adequado de negócio que, sem abdicar dos princípios, dedique atuado tratamento aos fatores produtivos e de gestão empresa-

rial, à qualidade e à relação entre o custo e o preço, bem como à logística de comercialização. O mesmo autor reconhece, neste jaez, o carácter determinante do consumo solidário. Também Mance reifica as redes solidárias que, na sua perspetiva, devem integrar empreendimentos produtivos ou produtores individuais e familiares e organizações de comércio e serviço, visando atender às demandas de consumo final e de consumo produtivo (matérias-primas e materiais secundários), compartilhamento de infraestrutura e intercâmbio de produtos e serviços entre si.

Em matéria de comércio justo, valoriza o papel que uma adequada regulamentação legal pode ter. Em seu entender, os contratos entre produtor e importador devem ter longa duração; deve existir igualdade e ausência de trabalho escravo ou infantil; parte da renda deve reverter para os produtores que, organizados em cooperativas, a verterão, em parte, para o incremento da produtividade e das técnicas de produção, para torná-las independentes de financiamento dos bancos, canalizando a outra parte para a comunidade; o respeito pelo meio ambiente nas técnicas e nos produtos finais deve ser exímio, e clara deve ser a certificação com o selo comércio justo.

Investigando diversos empreendimentos, precisamente com vista a identificar fatores de sustentabilidade, Costa (2007) elege a adequação sociotécnica para construção de trajetórias de inovação mais eficazes, na resolução dos problemas fundamentais, enfrentados pelos grupos. Mas realça que a inovação em economia solidária não se limita à tecnologia. No contexto da racionalidade solidária, a inovação deixa de ter um carácter instrumental, não apontando apenas para um processo de redução de custos. No entender do autor, significa “uma nova sociabilidade, uma nova forma de interação das pessoas com o seu meio, um caminho para desenvolver a criatividade e essas coisas por si só, possuem valor porque ressignificam a

vida, melhoram a sua relação com o meio e exploram novas possibilidades de trabalho “(Costa, 2007: 167). E nesta reprodução, consiste também a sustentabilidade muito própria dos empreendimentos solidários.

Consumo Solidário

Na esteira da maioria dos autores citados, Mance (2002), repisa o carácter verdadeiramente determinante do consumo solidário, em matéria de sustentabilidade dos empreendimentos em apreço.

Distingue o consumo crítico do solidário, pois este último implica necessariamente - e aquele não - a aquisição de produtos e serviços, que sejam oriundos da economia solidária (Mance, 2002). “A difusão desse consumo solidário é que permitirá, pois, a difusão de excedentes que, reinvestidos coletivamente, permitem montar novos empreendimentos autogeridos, remontando as cadeias produtivas e expandindo as redes, diversificando as ofertas e ampliando o seu número de consumidores” (Mance, 2002: 4). Mais nota que o selo permite o conhecimento do público e parece acreditar que, se o consumo satisfizer o propósito de proporcionar ao consumidor melhor qualidade de vida globalmente considerada, o acréscimo de preço em relação à produção em escala não figura um constrangimento inultrapassável como auguram alguns estudiosos (Mance 2002).

Menos otimista, Godoy (2010) confere que o consumo solidário depende também do posicionamento crítico do consumidor, em relação à comparação de preços que fizer, o que pode afastá-lo dos produtos da Economia Solidária. Reconhece, no entanto, que a revelação do processo produtivo implicado em

cada mercadoria pode inverter o raciocínio do comprador. Especialmente se atentarem em que, na China, a mão-de-obra empregada tem remuneração inferior à de outros países e sem direito a cobertura de riscos, porque o empregador está livre dos encargos sociais, sendo que a média salarial chinesa é três vezes menor do que a brasileira. A cientista observa que a generalização de um consumo ético e solidário depende de uma discussão mais ampla sobre distribuição de riqueza. “O reconhecimento da força motriz do capitalismo, a exploração da mais valia, deve ser entendida como elemento central da concentração de riqueza, das desigualdades sociais espaciais que só podem ser revertidas com a justa remuneração da força de trabalho através de uma consciência coletiva de que a pobreza existe porque a riqueza está concentrada” (Godoy, 2010).

Entende que o consumo na economia solidária busca a apropriação/pertencimento do lugar, por comunidades que reproduzem as suas condições de vida, através de relações sociais baseadas na reciprocidade e na cooperação, sendo, por isso, possível um consumo organizado e consciente. A este nível, os grupos de consumidores poderão exercer pressões que exijam produtos de qualidade. Conclui, à semelhança de Araújo e Lima (2006), que, também por isto, a economia solidária contribui para a democratização da economia, engajamento da cidadania e integração social e cultural, ao estabelecer novos modos de regulação económica.

Singer acredita que a empresa socialista pode e deve criar o seu próprio mercado, através de empresas de consumo e enfatiza a reeducação da forma de consumir (Singer, 2001).

Com efeito, a solidariedade restrita apenas à esfera da produção não é suficiente para o estabelecimento e reprodução da Economia Solidária. As formas económicas distintas de troca é que podem implicar decisivamente a efetivação

dessa economia.

Nestes termos, o sucesso dos empreendimentos solidários depende da disseminação de práticas de comércio justo. Trata-se de garantir a troca através de um valor que remunere adequadamente a força de trabalho despendida de forma não precarizada, exercida com liberdade, equidade, segurança e proteção social (Godoy). Traduz, pois, um processo de intercâmbio de produção- distribuição-consumo, visando um desenvolvimento solidário e sustentável, que busca beneficiar os produtores mais desfavorecidos e possibilitar melhores condições económicas, sociais, políticas, culturais e éticas para produtores e consumidores.

A aproximação entre produtores e consumidores constitui-se uma das principais estratégias para o comércio justo (Cotera e Ortiz, 2009). A diminuição de intermediários diminui o custo da distribuição das mercadorias e possibilita o reconhecimento direto pelo consumidor do processo produtivo. Os ativistas propõem, por isso, a substituição da assistência pela promoção da solidariedade nas trocas económicas com o slogan “*Trade, not Aid*” - comércio, não assistencialismo (Cotera e Ortiz, 2009). Efetivamente, do *fair trade* internacional, o comércio justo estendeu-se para os mercados locais e constitui-se estratégia da produção local. Para tanto, é decisiva a consciência de um consumo solidário, que não se revele apenas como ato económico, mas também ético e político (Mance, 2009). Conclui este autor que “o consumo é um exercício de poder que tanto pode fomentar a exploração do trabalhador e a destruição progressiva do planeta, quanto pode realimentar a produção solidária” (Mance, 2009: 74).

Tecnologias Sociais

Recordando que, no contexto da economia solidária, a inovação tem um largo espectro, não se quedando pela tecnologia, Singer enfatiza a importância das cooperativas de segundo grau, bem como criação de crédito cooperativo em matéria de viabilidade (Singer, 2001).

E refere-se não apenas à criação de novas cadeias produtivas, como é o caso do algodão ecológico da Justa Trama no Brasil, mas tem em mente, sobretudo, a montagem de cadeias produtivas em iniciativas que congreguem produtores, fornecedores de insumos e serviços, bem como os consumidores. O mesmo autor em escrito de 2004 refere-se à evolução das redes de colaboração solidária.

Mance (2005) debruça-se sobre as várias tecnologias sociais que foram desenvolvidas no campo da economia solidária, algumas das quais inspiradoras de políticas públicas ou nelas incorporadas, destacando: “Redes de Economia Solidária, que têm por objetivo integrar empreendimentos solidários de produção, comércio, serviços e consumo bem como organizações sociais diversas, realizando reinvestimentos coletivos, fortalecendo e criando novas empresas, reorganizando solidariamente as cadeias produtivas; Organizações de Consumo Solidário:, que consistem em cooperativas de consumo ou grupos de compras solidárias que visam facilitar o acesso a bens de consumo com qualidade técnica, ambiental, social e ecológica, a preços melhores ao conjunto dos consumidores; Empreendimentos Solidários de Produção e Serviço, que têm por finalidade gerar postos de trabalho com distribuição de renda, atendendo inicialmente às próprias demandas de consumo local, utilizando preferencialmente insumos produtivos da

própria região; Fundos de Desenvolvimento Solidário, os quais recebem recursos de várias fontes, particularmente dos empreendimentos organizados em rede solidária, tendo por objetivo financiar atividades dos Bancos Comunitários e Cartões de Crédito Solidários relacionadas a microcrédito para produção e consumo; Bancos Comunitários, que podem ser organizados por associações de moradores, ONGs ou outras entidades comunitárias, tendo por objetivo fornecer microcrédito administrado pela própria comunidade, atendendo demandas de consumo e produção locais; Cartões de Crédito Solidário: instrumentos implementados pelos Bancos Comunitários como forma de ativar as vendas no comércio local e induzir o consumo dos produtos gerados na própria região e que tendem a famílias pobres no bairro, sendo que os empreendimentos convencionados devem, na medida do possível, comercializar os produtos do bairro e região; Bancos do Povo, que têm como objetivo fornecer microcrédito para pequenos empreendedores e prestadores de serviços, sendo que em geral constituem-se grupos de três ou quatro tomadores de crédito que assumem em conjunto a responsabilidade pelo pagamento e enquanto o primeiro não pagar o crédito recebido, não se fornece crédito ao segundo e assim sucessivamente; Bolsa de Negócios, que visa facilitar transações econômicas entre empresas solidárias, cruzando ofertas e demandas por insumos, produtos e serviços, remontando-se cadeias produtivas, viabilizando a produção sob demanda, evitando a evasão dos recursos gerados no interior das redes; Feiras de Economia Solidária, que têm como objetivo possibilitar a comercialização dos produtos solidários e a divulgação de serviços, facilitando o encontro direto entre produtores e consumidores; levar os produtos e ofertas de

serviços solidários aos diversos territórios e regiões; ofertar atividades de Educação Popular e promover manifestações culturais locais; Mostras de Economia Solidária: eventos semelhantes às feiras, mas com o objetivo principal de divulgar os produtos e serviços ao público em geral e fechar vendas para entregas posteriores; facilitar parcerias e contratos entre empreendedores de um mesmo setor ou cadeia produtiva; mapear empreendimentos, produtos e serviços; realizar atividades educativas para empreendedores e consumidores, *shows* artísticos e eventos culturais; Selo da Economia Solidária e Sistema Participativo de Certificação, que têm por objetivo identificar os produtos e serviços da economia solidária para os consumidores em geral, assegurando as qualidades técnicas, ecológicas e solidárias dos produtos e serviços; Catálogos de Produtos, Serviço e Comércio, para divulgação de produtos e serviços da economia solidária; divulgar os pontos comerciais solidários (lojas, feiras, mercados etc.); e levar informação adicional de campanhas de consumo solidário; Rede de Comércio Solidário: viabilizar o escoamento da produção do conjunto dos participantes da rede e dar suporte operacional às organizações de consumo solidário; Terminal Municipal de Economia Solidária, para abastecer as cooperativas de consumo e as lojas da rede de comercialização; interligar as lojas e cooperativas de consumo e produção aos entrepostos regionais de economia solidária, facilitando a circulação de produtos entre as diversas regiões; Entrepostos Regionais de Economia Solidária: para conectar os terminais municipais de comercialização num sistema logístico de armazenamento e distribuição, facilitando a circulação dos produtos entre as diversas regiões; Portal da Economia Solidária: sistema interativo na

Internet com a finalidade de divulgar produtos e serviços solidários; facilitar a reorganização das cadeias produtivas e a apropriação de tecnologias sustentáveis pelos diversos atores das redes; dar suporte à Bolsa de Negócios, oferecer serviços de Comércio Eletrônico para as redes de comercialização; divulgar a agenda da economia solidária; disponibilizar softwares solidários, materiais para qualificação técnica, ecológica e social dos empreendimentos e informações aos consumidores; Sistemas de Troca com Moeda Social/ Cartões Inteligentes: que visam ativar o intercâmbio local de produtos e serviços, como forma de geração de renda, valendo-se de moedas sociais criadas pelas próprias comunidades e grupos com a finalidade de dinamizar a produção, o comércio e o consumo entre os participantes; Incubadoras de Empresas Solidárias: são unidades que dispõem de instalações físicas e assessoria técnica voltadas ao nascimento e amadurecimento de pequenos empreendimentos solidários, desde a elaboração do projeto inicial até a sua consolidação, com incentivos e acompanhamento especializado em cada área; Complexos Cooperativos: integram empreendimentos autogestionários, com especialização setorial, para estreita cooperação entre si” (Mance, 2005: 7-9);

Há depois que “selecionar e adaptar os Instrumentos e Tecnologias Sociais a fim de potencializar as atividades projetadas com vista a promover o desenvolvimento local e sustentável, cabe selecionar e adaptar os instrumentos e tecnologias sociais mais adequados a cada situação concreta. Entre eles podem estar: linhas de crédito e programas de finanças solidárias: visando dinamizar as atividades de produção sob demanda e articular a logística regional para facilitar o escoamento e consumo da produção; associações ou cooperativas de compras, outras formas de aquisição cole-

tiva ou formas de agrupar as demandas de consumo final, como mercados e feiras solidárias, possibilitando conectar produtores, comerciantes e consumidores; associações ou cooperativas que integrem os produtores e prestadores de serviços (por ramos ou tipos de atividade), possibilitando que atuem como fornecedores de cooperativas de consumo e comércio local, facilitando a comercialização da produção, redução de custos pela compra conjunta de insumos, compartilhamento da logística de distribuição, *etc*; empreendimentos solidários: visando atender possíveis demandas permanentes desse território que ainda não sejam atendidas por produtores da região, valendo-se dos recursos geoestratégicos levantados no diagnóstico” (Mance, 2005: 10).

Relações pessoais fortes

Gaiger (2011) observa que, não obstante as dificuldades inerentes à condução de organizações autogestionárias de grande porte, a economia solidária não constitui uma alternativa restrita a pequenos empreendimentos. O autor observa que esta condição lhe retiraria oportunidades de crescimento e mesmo relevância. E observa, do estudo que efetuou a experiências brasileiras, que quanto maior o número de sócios, melhor se mostra o desempenho geral dos empreendimentos. Afirma o autor que estudos têm demonstrado que a baixa rentabilidade das atividades produtivas nem sempre se constitui em fator decisivo para que as pessoas desistam da experiência (Gaiger, 2011).

Mas a este respeito, Ramos (2011) nota que a adesão a um bem comum não basta para garantir a longevidade dos projetos. Àquela, deve somar-se um quadro de relações institucionais, assentes em regras fiáveis. Estas regras respei-

tam sobretudo a prestações, relações entre os membros e com clientes, recrutamento e formação, representação e expressão dos voluntários e assalariados e mobilização dos recursos.

“Associar os homens consiste menos em combinar os seus interesses com vista a um benefício máximo e mais em associar as paixões para atingir a harmonia (...), em fortalecer os sentimentos e laços de empatia que devem unir os Homens (...) ou em efetivar a Justiça, devolvendo novos laços de mutualidade ou de reciprocidade (...) (Chanial e Laville, 2009: 23, citando, também, Proudhon, Fourier e Saint-Simon).

Singer (2001) recorda, a propósito, que na experiência israelita dos Kibbutzim, cerca de um terço mantém-se autêntico e é a parte que se encontra em melhor condição económica. Noutros segmentos, em que o individualismo e o pensamento mesquinho mediu competências e níveis de esforço, o projeto soçobrou.

Nesta confluência, o autor considera que o planeamento dos empreendimentos, para ser resiliente, deve prever e contar com certo nível de egoísmo que sempre irá surgir. De resto, ou se mobiliza uma cooperação coletiva, envolvendo vários atores ou não haverá sucesso (Bocayuva, 2003). Nesse sentido, a solidariedade é fundamental, mas não apenas na operacionalização (de cooperativas, por exemplo), mas na sua expressão política e democrática, mais ampla (Bocayuva, 2003).

Políticas Públicas Favoráveis

A maioria dos autores, com maior ou menos ênfase, defende que os Estados devem promover políticas públicas adequadas. As relações de confiança mútua entre governos e sociedade civil e a implementação de políticas públicas de longa duração são, para muitos, essenciais à consolidação do capital social

(Fraga e Lemos, 2004).

Nesta senda, outros autores salientam a relevância da Educação de excelência e do estímulo à agilidade na identificação e resolução de problemas, no uso e análise de símbolos, na criação e manipulação da informação (Kliksberg, 1998).

Importa ter em conta que, desvincular a prosperidade social da acumulação de riqueza individual, implica um processo pedagógico-político que se constrói a cada dia (Godoy, 2010).

No mesmo tom, Araújo e Lima (2006) apelam a políticas públicas mais transparentes e que promovam a criação de uma democracia mais participativa e uma sociedade civil mais organizada, que contribua para o crescimento das variáveis macroeconómicas como o PIB. mas também para o desenvolvimento económico e melhoria dos indicadores sociais.

Singer apela, nesta matéria, ao rigor e à prospectiva, recordando que alguns países, ao melhorar o padrão de vida das classes baixas sem reduzir o padrão de vida das classes altas, provocaram excesso de procura e, por esta via, a explosão dos preços (Singer, 2001). O autor apela a mais confrontos com o capitalismo como estratégia.

Costa (2007), por seu turno, sublinha que são frequentemente escassos os recursos financeiros para capacitação, pesquisa e compra de equipamento e máquinas, de que os empreendedores podem lançar mão.

Afinando por idêntico diapasão, Gaiger (2011) considera que as políticas públicas devem promover a ativação económica dos setores sociais empobrecidos e não apenas melhorias no seu poder aquisitivo, pois só estas produzem impacto na equidade e no desenvolvimento social e económico (citando também Hespanha, 2005, Abramovay, 2004 e Kliksberg, 2002). Considera assim o autor que a política económica deve direcionar-se aos setores pobres, para induzir o crescimento

dos mesmos e provocar efeitos redistributivos diretos.

Ramos (2011) alerta para a urgência de profissionalizar os agentes de mudança, que são os empreendedores sociais e os microempresários. Efetivamente, ao nível do papel regulamentador, destaca-se a necessidade de rigor e profissionalismo, por banda de ONGs e de operadores do desenvolvimento, em geral, e da economia solidária, em particular. Na verdade, o excesso de amadorismo tem votado ao insucesso inúmeros projetos. Por outro lado, a viabilidade e o realismo dos mesmos impõem que os operadores e equipas de planeamento operacional e estratégico estejam constituídos em equipas multidisciplinares (Estivill, 2003).

Consciência Cívica

“Necessitamos transformar o capitalismo incorporado em nós”: é o alerta de Dowbor (2004: 145), no que é secundado pela doutrina em geral. Araújo e Lima (2006), por sua vez, elegem como desafio o financiamento da economia solidária e apelam a uma redefinição do papel do dinheiro, propondo o estímulo ao comércio solidário, (Araújo e Lima, citando também França Filho, 2004).

Secundando Polanyi e outros, Costa (2007) observa que “o comportamento económico interessado e utilitarista é produto da modernidade capitalista da sua instituição central - o mercado -, e, bem assim, da ideologia que o sustenta - a ideologia individualista burguesa calcada na maximização das vantagens pessoais” (Costa, 2007: 176). Em seu entender, não se trata de voltar a viver em moldes pré capitalistas de organização social, mas de reconstruir, a partir do debate político democrático, as diferentes visões do mundo que existem e que

devem ser reconhecidas como legítimas” (Costa, 2007: 179).

Se por *Sociedade civil* entendermos, *grosso modo*, o conjunto de ações coletivas voluntárias em torno de interesses, propósitos e valores, promovidas por organizações e estruturas formais ou informais, com um mínimo de organização ou referencial, facilmente constatamos que uma sociedade civil participativa constrói capital social, confiança e valores compartilhados, os quais são transferidos para a esfera política e ajudam a manter a sociedade coesa.

O que cada um de nós pode fazer

Apoiar iniciativas; procurar identificá-las na respetiva área de manobra; praticar o consumo solidário e colaborar na sua divulgação - formando, por exemplo, grupos de estudo e aprofundamento sobre economia e consumo solidário -, reduzir o consumo, reutilizar e reciclar, são alguns dos contributos que cada indivíduo pode dar.

Mance (2005: 5) resume as condições de viabilidade desta alternativa de desenvolvimento socioeconómico à “difusão do consumo solidário; reinvestimentos coletivos de excedentes e colaboração solidária entre os participantes”. Mostra, assim, ser tributário do princípio de que quanto mais se amplia o bem-viver de todos, mas se aprimora o de cada qual.

Paul Singer defende que é imperioso agir e não esperar que todas as dúvidas nesta matéria sejam resolvidas antes (Singer, 2004), parecendo convidar a um “mãos-à-obra” imediato.

6. OPORTUNIDADES

Chanial e Laville (2009), entendem ser esta [o momento atual] uma oportunidade histórica, considerando que “articulando solidariedade e autogoverno, dádiva e engajamento cívico, o associacionismo convida-nos a identificar o ideal democrático com o modelo de uma sociedade liberada de toda a forma de servidão, principalmente aquela das forças do mercado, como a estatal. Essa sociedade é, em suma, isenta de dominação. Mesmo que essa tradição política tenha sido historicamente derrotada na França, ela reencontra, no contexto do desmoronamento dos “socialismos reais”, da crise da social-democracia e de desgaste do acordo fordista, uma nova atualidade sob formas já em construção” (Chanial e Laville, 2009: 25).

Singer (2004), por sua vez, defende que estamos no meio de nova revolução industrial, a terceira, em virtude do avanço científico decorrente do primado da superioridade técnica, como modo de dominar o mercado (a concorrência que funciona como mola do capitalismo). Observa que a microeletrónica conduziu à desconcentração da empresa e esta deixou de ser tão hierárquica e burocrática e passou a ser em rede, pelo que os operários ganharam autonomia e poder de decisão (Singer, 2004).

Para o autor, a era de flexibilidade que o capitalismo atravessa favorece o desenvolvimento solidário. Pois, favorecendo as microempresas, torna-se mais fácil a cooperação e a participação e luta pela justa repartição (Singer, 2004).

Segundo a OIT/ONU, o trabalho decente é, em suma, um trabalho produtivo e adequadamente remunerado exercido em condições de liberdade, de equidade e de segurança, sem quaisquer formas de discriminação e capaz de garantir uma

vida digna a todas as pessoas que vivem do seu trabalho (*site* oficial). Tal normativo está, todavia, longe de ser a regra. Ciente disso, em janeiro de 1998, a OIT criou o Programa Step - Estratégias e Técnicas de Luta contra a Pobreza e Exclusão, com o fim de promover formas inovadoras de proteção social, designadamente, no campo da economia informal, com base em princípios de participação e organização. Mutualidades de saúde e microseguros foram duas das primeiras experiências (Estivill, 2003, prólogo).

Com efeito, o papel dos organismos internacionais aumenta e, com eles, o reconhecimento institucional da pertinência de políticas que favoreçam a criação de emprego, nomeadamente, os empreendimentos de economia solidária. Vários programas europeus visam a inclusão e a coesão. Repare-se, por outro lado, por exemplo, que é oficial a exigência que a UE impõe aos países de Leste para que respeitem os direitos humanos e das minorias, como condição de entrada. (Estivill, 2003, p. 68). O que não pode deixar de ter consequências a outros níveis.

Boaventura Sousa Santos considera que estamos numa fase radical do paradigma epistemológico da ciência moderna, pelo que “é bem possível que seja sobretudo o olhar que está a mudar (Santos, 2001: 143-144).

Campanhas contra multinacionais que não respeitam direitos laborais, possibilidade de impor a *taxa Tobin* (a onerar o *grande capital*), a massiva defesa de interesses coletivos ou difusos, a economia solidária a intervir no mercado oferecendo bens e serviços: todos estes fatores traçam um cenário que permite concluir que, doravante, o Estado Social já não roubará protagonismo ao mundo associativo (Estivill, 2003). Assim, para além do fracasso Estado/Mercado, também novas tendências e motivações, explicam a emergência da economia solidária e da luta contra a exclusão.

7. ALGUMAS REFLEXÕES FINAIS

Ao nível académico-científico, verifica-se que a noção de *Economia Solidária* se encontra satisfatoriamente delimitada das demais categorias periféricas.

Constata-se, porém, a fazer fé nos estudos citados, que persiste uma forte discrepância entre a prática e o discurso. Mais se verifica que a economia solidária é um fenómeno ainda muito desigual e frequentemente pontual, com diferentes níveis de implantação, consoante os países e, dentro de cada uma das Nações em que se pratica, conforme as regiões. Deste modo, ao lado de empreendimentos que resistem, desde a Revolução Industrial, concorrem múltiplas experiências, nomeadamente em estados latino-americanos, com diferentes níveis de implantação, dimensão e sustentabilidade, ao lado de casos verdadeiramente pontuais, noutros cantos do mundo. E aqui reside justamente um primeiro constrangimento, já que conceitualmente, a economia solidária pressupõe um determinado patamar quantitativo de operacionalidade, dele dependendo a respetiva sustentabilidade.

O momento atual, porém, é entendido, por muitos dos autores que citámos e secundamos, como uma era de viragem. O incremento da sociedade civil internacional e o reforço da consciência de direitos e deveres, a introdução de novas preocupações - designadamente, ambientais -, a consolidação de movimentos de resistência às externalidades negativas da globalização, o desencanto com o capitalismo, sobretudo, na versão hegemónica estaduniense, e o avanço tecnológico, entre outros fenómenos e questões, conjugam-se naquilo que para alguns consiste no curso de uma revolução científica.

Neste cenário, vários são os fatores que concorrem, entre o mais, para massificar o descontentamento com o para-

digma atual de crescimento, já que este parece obrigar à conformação com concomitantes fenómenos de exclusão. Consequentemente, concorrem no sentido da institucionalização das forças contrárias.

Contudo, porventura sugestionadas pelos modelos mentais inerentes ao capitalismo, que vem imperando hegemonicamente, as sociedades, de um modo geral, enfrentam ainda diversas dificuldades na construção de empreendimentos solidários sustentáveis e com potencial de impacto considerável na economia, *ie*, nas condições de vida das Comunidades.

A viabilidade dos projetos representa, pois, o grande desafio lançado aos partidários da economia solidária. As dificuldades a este nível prendem-se, essencialmente, com: a necessidade de aprimorar as técnicas; com o incipiente conhecimento geral acerca do tema; com os modelos teóricos, lógica, valores e mentalidade reinantes, com reflexo na lógica e no comportamento dos Executivos em geral; com a insipiência do reconhecimento institucional, ao nível do Estado-Nação e das instâncias supranacionais; e com a ausência de coordenação que permita criar linhas estratégicas e programas abrangentes.

Neste cenário, afigura-se urgente, em primeiro lugar, a multiplicação de experiências e a aposta na análise científica das mesmas. Só desta forma se poderão sistematizar, quer algumas proposições universais, quer as particularidades de cada contexto.

O incipiente conhecimento e sensibilização para estas questões clama pela sua massificação. Quer através da formação dos profissionais da economia solidária, para que sejam capazes de operar e sensibilizar a este nível, assertivamente, quer por via do *marketing* social que se ocupe da sensibilização massiva de questões como, por exemplo, o

comércio justo ou o consumo solidário.

Na verdade, a noção da responsabilidade social individual permanece ainda secundarizada por contraponto à responsabilidade social das empresas. Ora, na era em que o mercado ainda impera, o consumidor é quem mais ordena. Deste modo, reputa-se indubitável a pertinência de envidar esforços coordenados com os aludidos desideratos.

Outro dos constrangimentos apontados reside na ausência de políticas públicas favoráveis aos empreendimentos solidários. O Estado Social conta provavelmente últimos cartuchos, na sua versão dominante no pós-Segunda Guerra Mundial, mas apresenta ainda dificuldades na identificação de alternativas, qualquer que seja a ideologia dominante. Sem embargo, como vimos, estas dificuldades assumem diferentes dimensões nos vários países. Nas Nações ditas menos avançadas, as políticas sociais vão permanecendo por “imposição” dos fundos da Ajuda Internacional. Muitos autores consideram que, também ao nível interno, estas medidas são meramente paliativas e contribuem muito mais para manter o sistema e desincentivar a busca de alternativas.

Reputa-se que, a este nível, a doutrina tem uma responsabilidade grande na sensibilização de Executivos e de responsáveis de instâncias supranacionais. Destaca-se, a este nível, o papel das Universidades como incubadoras de sensibilidades.

Para além de políticas públicas que favoreçam a redistribuição de riqueza e o enquadramento jurídico adequado à consolidação de novos empreendimentos solidários, afigura-se que um trabalho mais profundo se torna determinante. Falamos na desconstrução de alguns modelos mentais que enformam o pensamento das gerações dos últimos cem ou cento e cinquenta anos.

Com efeito, aprende-se, por exemplo, na economia política, que os bens são escassos. Este paradigma da escassez justifica a competição e as regras impiedosas do mercado, que distinguem os vencedores, excluem os perdedores e encontram neste jogo de forças o coração do sistema. Convi-ria, pois, uma Educação mais democrática, potenciadora de tolerância plural, capaz de estimular a apreensão das diferentes ambiguidades da economia.

Não se olvida que, em particular, os recursos naturais são escassos e o estilo de vida atual está a esgotá-los a uma velocidade quase impossível de alcançar. Mas, noutra perspetiva, que é, no fundo, aquela a que se refere a economia política, as disparidades de renda ou riqueza forçam à conclusão de que os bens não são (tão) escassos: estão é mal distribuídos, pelo que se mostra legítimo equacionar, a par com o paradigma da escassez, um certo *paradigma da abundância*.

Aquilo que Mance (2005) e outros designam de *paradigma da abundância* tem, porém, um outro sentido atinente à racionalidade muito própria da economia solidária. Falamos da lógica da aplicação de uma grande parte dos excedentes de produção na reprodução organizacional, como garante da continuidade da atividade económica, e da parte restante pelos trabalhadores. De modo a que estes possam também investir-se no papel de consumidores e garantir a continuidade do crescimento. Neste cenário, concluem os autores que, quanto mais se divide a riqueza, mais riqueza se gera, num registo que acende no imaginário como que o milagre da multiplicação, através de uma outra mão invisível que não a de Adam Smith.

Outra chave de leitura para o termo paradigma da abundância, poderá incidir no seu sentido pejorativo, associado ao estilo consumista. Mas também nesta faceta o conceito

se legitima enquanto portador de crítica construtiva.

Nas abordagens às questões da Economia Solidária, constata-se que a maioria dos autores se posiciona político-ideologicamente. Cremos que se revela pertinente que os investigadores analisem o impacto destas estratégias. Importaria, pois, apreciar se, do ponto de vista do almejado reconhecimento por instâncias nacionais e supranacionais com vista à adequação de políticas, não seria mais eficaz apresentar um discurso mais despolitizado (ou mais politizado, num sentido mais criativo e inovador), menos conotado com ideologias no sentido clássico do termo e mais propenso a estabelecer relação entre a lógica da economia solidária e o porte argumentativo fundamentante dos Direitos Humanos. Apesar do carácter eurocêntrico que se atribui a estes direitos, a verdade é que muitas das suas proposições têm merecido acolhimento universal no fenómeno da altermundialização, que senta à mesma mesa israelistas, muçulmanos ou latino-americanos, na defesa de causas que muito têm a ver, direta ou reflexamente, com a criação de condições de viabilidade de práticas solidárias.

Procurando uma plataforma com mais potencial para reunir consenso, encontrando assim as vias que oferecem menos resistência (como aconselha o pensamento chinês), poder-se-iam derrubar algumas das barreiras que persistem e reforçar o poder criativo do discurso.

Por outro lado, importa tirar partido das linhas estratégicas e recomendações dos órgãos do sistema das Nações Unidas e da União Europeia que, direta ou indiretamente, apresentam estratégias que favorecem ou que se podem potenciar com os empreendimentos e com a lógica da economia solidária, Contribuir para uma maior coordenação entre eles está na mão de todos e de qualquer um dos responsáveis...

solidariamente. A agenda do clima e a oportunidade de voz que vem sendo dada aos jovens torna, mais do que nunca, viável a afirmação de uma agenda da economia solidária.

Mais programas executivos e operacionais do que a constante produção de linhas estratégicas, seria, porventura, mais curial. Um conhecimento massivo e imediato, sobretudo nas regiões de menor implantação e tradição neste particular mostra-se urgente e poderia ser alcançado precisamente no âmbito de projetos de desenvolvimento local. Na realidade, milhares de desempregados desconhecem como criar uma cooperativa, onde se dirigir, de que meios podem dispor, a quem se poderiam associar, *etc.* Neste sentido, a criação de postos de atendimento (centros de emprego alternativos), como terminal de redes de informação e coordenação a este nível, poderia ser uma opção.

Naturalmente que este tipo de empreendimentos deve integrar planos estratégicos, a operar num espectro territorial localizado. mas que, por seu turno, integre programas nacionais coerentes. Isto implica a concorrência e a coordenação de diferentes atores ou *stakeholders*: Administrações Centrais, Municípios, Empresas, ONGD's, entre outros.

Efetivamente, a dependência dos recursos e saberes endógenos revela a intrínseca ligação ao desenvolvimento local, comunitário e participativo.

Tratando-se, em muitos casos, de realidades novas, cumpriria que os projetos utilizassem ferramentas mais eficazes e transparentes, como matrizes de enquadramento lógico em cascata, e lançassem mão de processos de avaliação contínua, com os propósitos fundamentais de transparência e controle (protegendo as instituições e os projetos das tentações humanas) e de geração de conhecimento. Aspeto determinante da sociedade do conhecimento que é a nossa e que

assume viver também na economia do conhecimento. Esta parece, pois, ser a palavra e a ferramenta chave e será tanto mais eficaz quanto puder operar sobre realidades concretas. Nesta medida, torna-se urgente multiplicar experiências, sem, contudo, cair na massificação desregrada a que se refere Gaiger (2011).

Finalmente, os constrangimentos relacionados com o consumo sairiam bastante amenizados se as políticas públicas pudessem *poupar* a classe média. Pois, esta é, para já, a potencial consumidora com capacidade para ser crítica e solidária e, nesta medida, despoletar o desenvolvimento desta “outra economia”.

Naturalmente que a prática do consumo solidário implica uma certa mudança de hábitos, mentalidades, valores e pressupostos do pensamento. Mas, como diversos autores alertam, muitos dos valores egoístas serão menos inerentes à natureza humana do que ao estilo de vida imposto pela hegemonia do capitalismo. Neste sentido, a sociedade poderá rapidamente reaprender alguns valores e mostrar-se mais sensível às campanhas que alertam para que o consumo de cada um pode realmente mudar o mundo.

Numa era em que tanto se fala de Democracia e se pressionam as Nações que não aderem ao super-regime, conviria também apostar numa certa moderação dos discursos e enfatizar o carácter plural da economia solidária. *i.e.*, a sua capacidade (e necessidade?) de bom convívio com outros sistemas e com outras economias. Só assim se levará à economia a pluralidade que se exige nas esferas social e cultural.

No filme de Fassbinder, a que nos referimos no início do presente artigo, o Homem do capitalismo produzido pela Sociedade consumista procura o bem-estar material a qualquer preço, confundindo-o com o bem-estar afetivo, e a sua

busca revela-se num exercício de auto e hetero- destruição. A imagem do realizador data de 1976, mas conserva atualidade e remete-nos para questões como a relação que o Homem vem estabelecendo consigo mesmo, como indivíduo e enquanto espécie.

Com efeito, a linguagem, a criação de ferramentas e a verticalidade distinguem o Homem das restantes espécies animais. A linguagem servirá para unir, tornar coeso, encontrar a harmonia com o outro e unir esforços, enquanto a criação de ferramentas repousará no instinto de busca pelo bem-estar e na vocação, naturalmente sempre insatisfeita, de progresso, de alcance do conhecimento e de controle. Por seu turno, a verticalidade evoca a Dignidade e o seu caráter de – único - valor absoluto. Importaria talvez, em plena revisão de paradigmas ou revolução científica, aproveitar o ensejo para ponderar a coerência dos caminhos trilhados com a natureza do Homem. Harmonia, Progresso, Dignidade, Instinto de sobrevivência parecem menos condicentes com o Paradigma da Escassez e mais facilmente realizados no Paradigma da Abundância.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amaro, R. R. (2009). “Desenvolvimento Local”. In Cattani, A. D. et al. (orgs.). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Edições Almedina, SA e CES - Universidade de Coimbra, pp. 108-113.
- Araújo, V. e Lima, I. (2006). “Capitalismo Global e Economia Solidária: Debates e Desafios”. Grupo de Pesquisa: Socioeconômica Solidária e Desenvolvimento Local, UFSJ. Brasil.
- Arcoverde, A., Souza, I. e Fragoso, N. (2006). “Economia Social em Pernambuco: Alternativa de Emancipação Frente ao Desemprego e à Exclusão Social”. *Revista da ABET*, vol. VI, n.º 2. Julho/Dezembro de 2006, pp. 72-93. Acedido em: <https://periodicos.ufpb.br/>
- Bocayuva, P. (2003). “Transição, revolução social socialista e a economia solidária”. Núcleo de Trabalho e Renda da FASE Nacional, *Proposta*, n.º 97, Junho/Agosto de 2003, pp. 17-27. Acedido em: <https://fase.org.br/wp-content/uploads/2018/02/Proposta-Revista-Trimestral-de-Debate-da-Fase-n-97-2003-08.pdf>
- Cattani, A. D. et al. (orgs.) (2009). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Edições Almedina, SA e CES - Universidade de Coimbra. Acedido em: <https://financassolidarias.wordpress.com/wp-content/uploads/2012/09/dicionario-internacional-da-outra-economia1.pdf>
- Caillé, A. (2009). “Antiutilitarismo”. In Cattani, A. D. et al. (orgs.). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Edições Almedina, SA e CES - Universidade de Coimbra, pp. 16-20.
- Chanial, P. e Laville, J.-L. (2009). “Associativismo”. In Cattani, A. D. et al. (orgs.). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Edições Almedina, SA e CES - Universidade de Coimbra, pp. 21-25.
- Coraggio, J. L. (2009). “Economia do Trabalho”. In Cattani, António David et al. (orgs.). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Edições Almedina, SA e CES - Universidade de Coimbra, pp. 120-127.
- Coraggio, J. L. (1999). “Política social y Economía del trabajo: Alternativas a la política neoliberal para la ciudad”. *Miño y Dávila*, Madrid. Acedido em: http://www.coraggioeconomia.org/jlc/archivos_para_descargar/Políticasocial_yEdT.pdf
- Cotera, A. e Ortiz, H. (2009). “Comércio Justo”. In Cattani, A. D. et al. (orgs.). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Edições Almedina, SA e CES - Universidade de Coimbra, pp. 60-67.
- Costa, P. (2007). “Inovação em Economia Solidária: um desafio no campo político”, UFRGDS. Porto Alegre, Dezembro, acedido em www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/12413/000625990.pdf?sequence=1
- Dagnino, R. (2009). “Tecnologia Social”. In Cattani, A. D. et al. (orgs.). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Edições Almedina, SA e CES - Universidade de Coimbra, pp. 315-321.
- Dowbor, M. (2004). “Uma Outra Economia é Possível - Paul Singer e a Economia Solidária”, *Plural, Sociologia*, USP. S.Paulo, 11: 141-145, 2º semestre. Acedido em: [chrome://downloads/ Uma_outra_economia_e_possivel_Paul_Singer_e_a_econ\(1\).pdf](chrome://downloads/Uma_outra_economia_e_possivel_Paul_Singer_e_a_econ(1).pdf)
- Eid, F. (2003). “Descentralização do Estado, Economia Solidária e Políticas Públicas: construção da cidadania ou reprodução histórica do assistencialismo?”. *Anais do XI FIEALC – Federação Internacional de Estudos sobre América Latina e Caribe*. Osaka, Japão, Setembro. Acedido em: <https://base.socioeco.org/docs/descentralizacao-estado-economia-solidaria-e-politicas-publicas.pdf>
- Estivill, J. (2009). “Évolution des Modes et des Outils d’Observation de la Pauvreté aux niveaux Européen, national et territorial”. Paris, Outubro.
- Estivill, J. (2003). *Panorama da Luta Contra a Exclusão Social: Conceitos e Estratégias*. Bureau Internacional do Trabalho – STEP/Portugal. Versão 1. Acedido em: chrome://downloads/wcms_665985.pdf
- Evers, A. (2000). “Les dimensions sociopolitiques du tiers secteur. Les contributions théoriques européennes sur la protection sociale et l’économie plurielle”. *Sociologie du travail*, vol. 42, 4, 567-586.
- Fraga, R. e Lemos, L. (2004). “Migração cidade-campo e o capital social: estratégias para a revitalização do rural no município de Nova Friburgo”, UFRJ. 2004. Acedido em: <http://www.capitalsocialsul.com.br/capitalsocialsul/desenvolvimentoregional/Grupo%201/03.pdf>
- França Filho, G. de (2002). “Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: Traçando Fronteiras Conceituais”. *Análise & Dados*. Salvador - Bahia, Junho. Acedido em: <https://base.socioeco.org/docs/economiasolidaria-fronteirasconceituais.pdf>
- França Filho, G. de (2001). “A Problemática da Economia: Uma Perspetiva Internacional”. *Sociedade e Estado*, vol. 16 n.º. 1-2. Brasília, Junho/Dezembro. Acedido em: <https://www.scielo.br/j/se/a/FST4hjHPSxsS94wzxmH/Hjkn/?format=pdf&lang=pt>
- Gaiger, L. I. (2011). “Relações entre Equidade e Viabilidade nos Empreendimentos Solidários”. *Lua Nova*, São Paulo. Acedido em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n83/a04n83.pdf>
- Godoy, T. (2010). “A Esfera da Troca na Economia Solidária: Comércio e Consumo Solidário na Cidade”. GT 3, “Comércio e Consumo no Processo de Reprodução do Espaço Urbano”, UNESP. Rio Claro. Acedido em: <http://xiisimpurb2011.com.br/app/web/arg/trabalhos/78a457a435088e7f752b3979c920abd7.pdf>

Golub, P. e Maréchal, J.-P. (2009). “Bens Públicos Mundiais”. In Cattani, A. D. et al. (orgs.). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Edições Almedina, SA e CES - Universidade de Coimbra, pp. 37-42.

Hinkelammert, F. J. e Jiménez, H. M. (2009). “Economia para a Vida”. In Cattani, A. D. et al. (orgs.). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Edições Almedina, SA e CES - Universidade de Coimbra, pp. 139-144.

Heidrich, A. L. e Gomes, G. (2012). “Rede Justa Trama - Cadeia Produtiva do Algodão Ecológico: A Economia Solidária como Desenvolvimento Territorial”. UFRGS. Acedido em: <http://neaufrgs.files.wordpress.com/2011/05/rede-justa-trama-gomesheidrich1.pdf>

Kliksberg, B. (1998). *Repensando o Estado para o Desenvolvimento Social: Superando Dogmas e Convencionalismos*. São Paulo: Cortez Editora. Acedido em: <https://precog.com.br/bc-texto/obras/ue000149.pdf>

Krieger, M. e Johnson, G. (2006). “Economia Solidária: uma Perspectiva Crítica”. *Revista Electrónica Direito e Política*, vol. 1 nº 1. Itajaí, 3º quadrimestre. Acedido em: <https://pt.scribd.com/doc/75995286/Economia-Solidaria-2>

Laville, J.-L. (2009a). “Economia Plural”. In Cattani, A. D. et al. (orgs.). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Edições Almedina, SA e CES - Universidade de Coimbra, pp. 145-149.

Laville, J.-L. (2009b). “Solidariedade”. In Cattani, A. D. et al. (orgs.). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Edições Almedina, SA e CES - Universidade de Coimbra, pp. 310-314.

Laville, J.-L. e Gaiger, L. I. (2009). “Economia Solidária”. In Cattani, A. D. et al. (orgs.). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Edições Almedina, SA e CES - Universidade de Coimbra, pp. 162-168.

Leal, C. (s. d.). “Estratégias de Marketing Social”, Programa e Qualificação. Acedido em: chrome://downloads/Estrategias_de_Marketing_Social.pdf

Maia, D., Catin, N. e Filho, H. (2007). “As Alternativas propostas pela economia solidária, para o desenvolvimento económico e social, com sustentabilidade e geração de renda”. Uni – Facef. Acedido em: http://www.socioeco.org/bdf/_docs/alternativas_economia_solid_ria.pdf

Mance, E. A. (2009). “Consumo Solidário”. In Cattani, A. D. et al. (orgs.). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Edições Almedina, SA e CES - Universidade de Coimbra, pp. 74-79.

Mance, E. A. (2005). “A Revolução das Redes de Colaboração Solidária”. Encontro Internacional de Ecônomas Salesianas, Sevilha. Acedido em: https://solidarius.net/mance/biblioteca/A_Revolucao_das_Redes_de_Colaboracao_Solidaria.pdf

Mance, E. A. (2002). “Consumo Solidário”. Instituto de Filosofia da Libertação, Curitiba, Novembro. Acedido em: <http://www.solidarius.com.br/mance/biblioteca/consumosolidario.pdf>

Mascarello, M. (2010). “Economia Solidária: Embrião de uma Nova Sociedade”. Brasil.

Pauli, J. (2005). “O Poder nas Redes de Economia Solidária”. UFRGS. Porto Alegre. Acedido em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/7442/000544641.pdf?sequence=1>

Quintela, A. C. B. (2009). “Emergência de Organizações da Economia Social e Solidária de 2.º Nível como Estratégia Individual de Promoção da Sustentabilidade das Organizações de 1.º Nível. O Caso da ADL”. ISCTE – IUL. Lisboa, Setembro. Acedido em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/3744/4/master_ana_branco_quintela.pdf

Ramos, M. (2011). “Economia Solidária, plural e ética, na promoção do emprego, da cidadania e da coesão social”. *Laboreal* Vol. VII nº 1. Porto, Dezembro. Acedido em: <https://journals.openedition.org/laboreal/8366>

Salmon, A. e Cattani, A. D. (2009). “Responsabilidade Social Empresarial”. In Cattani, A. D. et al. (orgs.). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Edições Almedina, SA e CES - Universidade de Coimbra, pp. 289-292.

Santos, B. de S. (s. d.). “Produzir para Viver – Os Caminhos da Produção não Capitalista”. Acedido em: https://www.academia.edu/6352248/Boaventura_de_souza_santos_produzir_para_viver

Santos, B. de S. (org.) (2001). *Globalização: Fatalidade ou Utopia?*, Porto: Afrontamento.

Singer, P. (2004). “Desenvolvimento Capitalista e Desenvolvimento Solidário”. *Estudos Avançados*, vol. 18, n.º 51, São Paulo, Maio/Agosto. Acedido em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n51/a01v1851.pdf>

Singer, P. (2001). “Economia Solidária: Possibilidades e Desafios”. Núcleo de Trabalho e Renda da FASE Nacional, *Proposta*, n.º 88/89, Março/Agosto, p. 44-58. Acedido em: <https://fase.org.br/wp-content/uploads/2001/08/Proposta-Revista-Trimestral-de-Debate-da-Fase-n-88-89-2001-08.pdf>

Souza, J. (2007). “Economia Solidária, Redes e Trabalho Cooperativado”. PGDR – UFRGS. Porto Alegre, Junho. Acedido em: <https://neaufrgs.wordpress.com/wp-content/uploads/2011/01/economia-solidar3a1ria-redes-e-trabalho-cooperativado.pdf>

Valentim Jr., S. (2008). “O Movimento da Economia Solidária: A Emergência de um Movimento Social para a Humanidade”. PUCRS. Rio Grande do Sul.

Verenhitach, G. D. (2007). “Comércio Justo: O Terceiro Setor como Ator Social na Consolidação de Práticas Alternativas de Comércio”. UFSC, Florianópolis, Brasil. Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais – NPMS, 25 a 27 de abril; ISSN 1982-4602.

Viveret, P. (2009). “Altermundialização”. In Cattani, A. D. et al. (orgs.). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Edições Almedina, SA e CES - Universidade de Coimbra, pp. A 11-15

ECONOMIA SOLIDÁRIA E O DÉCIMO PILAR^{1 2}

Helena Santos³

¹ **Artigo submetido em 21 de Maio de 2024** e aceite, após revisão científica, em 18 de Julho de 2025.

² Por opção da autora, este artigo não obedece às normas do Novo Acordo Ortográfico.

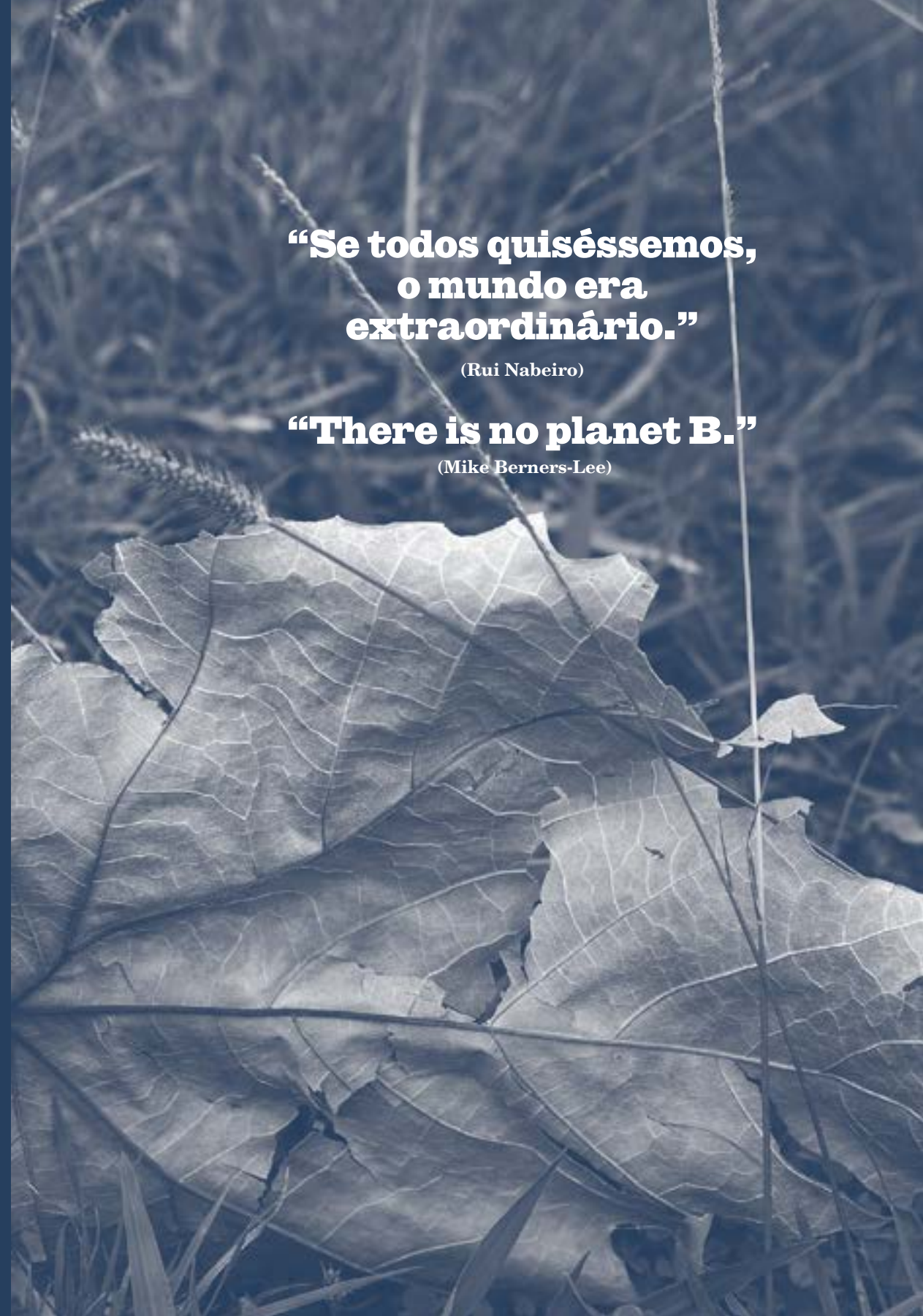
³ **Helena Santos** é licenciada em Psicologia (2002) pela Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa, mestra em Psicologia das Emoções (2012) pelo ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, e titular da pós-graduação em Desenvolvimento Comunitário (2023) e da pós-graduação em Economia Social e Solidária (2024), pelo IPPS - Instituto de Políticas Públicas e Sociais, do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa
helena.h.santos@iscte-iul.pt

**“Se todos quiséssemos,
o mundo era
extraordinário.”**

(Rui Nabeiro)

“There is no planet B.”

(Mike Berners-Lee)



PALAVRA-CHAVE
ECONOMIA SOLIDÁRIA;
MACARONÉSIA;
EMOÇÕES.

KEYWORDS
SOLIDARITY ECONOMY;
MACARONESIA;
EMOTIONS.

RESUMO

Este ensaio resulta de um trabalho académico, realizado no âmbito da pós-graduação em Desenvolvimento Comunitário em que numa reflexão sobre o conceito de Economia Solidária, a partir do conceito que nasceu das experiências da Macaronésia, senti que faltava algo que valorizasse e desse voz aquela que considero a principal característica intrínseca do principal protagonista da ação na Economia Solidária, as Emoções. Procurando uma renovação do paradigma associado à Economia Solidária, propôs a inclusão de um décimo pilar ao conceito de Economia Solidária da Macaronésia, que integrasse e valorizasse o papel das Emoções e do Afeto nesta economia alternativa, tornando este conceito mais abrangente e realmente qualificado.

Há muito que a Economia Solidária aflora a importância das emoções e dos afetos, pois estas são consideradas um recurso valioso na criação das relações produtivas entre os membros das comunidades que

põem em prática os seus princípios, mas sempre de forma implícita, não lhes dando a importância e o reconhecimento que senti que estas mereciam.

Este décimo pilar da emoção e afeto procura valorizar a dimensão emocional como um constituinte fundamental na construção das relações económicas, reconhecendo a importância que esta dimensão tem nas actividades que suportam a Economia Solidária, ao contribuir para o fortalecimento dos laços afectivos que tornam as comunidades mais unidas e coesas. Vamos resgatar a dimensão humana das relações económicas, valorizando não apenas o valor monetário das transações, mas também os valores, os sentimentos e as emoções que trespassam estas relações. São apresentados testemunhos, de quem abraçou a Economia Solidária como forma de vida, que apoiam de forma vivida e indutiva a importância das emoções enquanto pilar primordial da Economia Solidária.

ABSTRACT

This essay is the result of academic work carried out as part of a post-graduate course in Community Development in which, in a reflection on the concept of Solidarity Economy, based on the concept that emerged from the experiences of Macaronesia, I felt that something was missing that valued and gave voice to what I consider to be the main intrinsic characteristic of the main protagonist of action in the Solidarity Economy, Emotions. Seeking to renew the paradigm associated with the Solidarity Economy, I proposed the inclusion of a tenth pillar to the Macaronesian Solidarity Economy concept, which would integrate and value the role of Emotions and Affection in this alternative economy, making this concept more comprehensive and truly qualified. The Solidarity Economy has long emphasised the importance of emotions and affections, as they are considered a valuable resource in the creation of productive relationships between the members of

communities that put its principles into practice, but always implicitly, without giving them the importance and recognition that I felt they deserved.

This tenth pillar of emotion and affection seeks to value the emotional dimension as a fundamental constituent in the construction of economic relationships, recognising the importance that this dimension has in the activities that support the Solidarity Economy, by helping to strengthen the emotional ties that make communities more united and cohesive. Let's recover the human dimension of economic relationships, valuing not only the monetary value of transactions, but also the values, feelings and emotions that run through these relationships. Testimonies are presented from those who have embraced the Solidarity Economy as a way of life, supporting in a vivid and inductive way the importance of emotions as the main pillar of the Solidarity Economy.

1. Introdução

A ideia para a tese defendida neste ensaio adveio do seguinte provérbio chinês “Diz-me e eu esquecerei. Ensina-me e eu lembrar-me-ei. Envolve-me e eu aprenderei.” aludido por Leonardo Sousa¹ da Solidaried'Arte, Associação de Educação e Integração pela Arte e Desenvolvimento Cultural Social e Local, na aula do Seminário em Economia Social e Solidária, de 20 de março de 2023.

Reflectindo sobre a formulação vivida, experimentada e teorizada do conceito de Economia Solidária, de acordo com as experiências da Macaronésia:

“A Economia que reencontra a Vida nas suas várias dimensões, promovendo uma lógica de solidariedade sistémica com a Vida em todas as suas expressões (seres humanos, outros seres vivos e componentes abióticos) e tomando em consideração de forma integrada, as perspectivas económicas, sociais, culturais, ambientais, territoriais, científicas e políticas, em que ela se traduz.” (Amaro, 2009: 22). “Representa, pois, a reconciliação da economia com a Vida (e a Humanidade)” (Amaro, 2011: 166).

E olhando para esta nova visão ecocêntrica da economia, que parte de uma prática indutiva, assente no princípio da solidariedade (Amaro, 2009), ajuizada na realização e articulação de 9 pilares, dimensões ou projectos, e que é descrita como um projecto com fins sociais, de lógica emancipatória e de empowerment das pessoas, a partir de um projecto económico plural, centrado no princípio da reciprocidade, mas abraçando os princípios de mercado e da redistribuição, com um projecto cultural, que visa, pela economia, promover o respeito pela diversidade cultural e

os diálogos interculturais tão esquecidos pelo advento da globalização, e um projecto ambiental, que valoriza a Casa Comum, a Natureza, em detrimento de uma visão antropocentrista, promovendo um projecto de base comunitária/territorial, que contribui para o desenvolvimento local das comunidades de pertença, em que está enraizado, um projecto cognitivo de produção de conhecimento indutivo e de auto-aprendizagem permanente (que torna esta economia num conceito em permanente construção, inovação e revisão), com uma gestão inovadora, alternativa, própria, sem imitação, reforçada por um projecto político de democracia interna (em auto-gestão), externa (governança participativa no espaço público/comunidade) e em parceria com o estado (Amaro, 2009, 2011, 2016), e assente num projecto ético (e.g. justo, solidário e livre), senti que faltava algo para tornar este conceito mais abrangente e realmente qualificado, a inclusão de um décimo pilar.

Este novo princípio/pilar para a Economia Solidária deverá procurar responder e acolher os novos desafios civilizacionais, atinentes à promoção, integração e valorização do papel da Emoção e do Afecto (desenvolvimento da dimensão afectiva e emocional) nas relações económicas, promovendo a construção de laços de confiança, empatia e respeito mútuo entre as pessoas e valorizando a troca de valores, sentimentos e emoções, como parte fundamental das transações económicas.

2. A importância das emoções e dos afectos numa possível reformulação teórica do conceito de Economia Solidária da Macaronésia

Esta reformulação teórica proposta para o conceito de Economia Solidária é, na minha opinião, portadora de potencialidades muito interessantes, pois procura promover a importância da valorização da dimensão do cuidado emocional e afectivo, em todas as relações económicas, tendo por base a mobilização dos conhecimentos indutivos, que vêm dos ensinamentos da acção, das experiências vivenciais e de terreno, testemunhos experienciais na primeira pessoa, de quem abraçou a Economia Solidária como uma forma de vida (de construção prática), com vista a reconhecer que as trocas económicas são, antes de mais, trocas entre pessoas, que se relacionam num contexto específico.

Olhando para o principal protagonista da acção da Economia Solidária, o Ser Humano, há que ter em conta, na renovação do paradigma, um dos aspectos mais importantes, que torna o ser humano no que ele é, a emoção e o afecto, aceitando a oportunidade do que a sua contribuição pode trazer para a construção do conhecimento e argumentos científicos que validam esta economia alternativa.

As emoções/afectos desempenham um papel muito importante na tomada de decisões e na vida em sociedade, sendo parte integrante do ser humano e influenciando as nossas percepções, julgamentos e comportamentos. Olhando para a história da economia, no último século, é possível verificar que no capitalismo a razão é vista como a principal força motriz na tomada de decisões, em detrimento das emoções, e que a procura acérrima do lucro pode ser geradora de um desequilíbrio emocional que afecta o desenvolvimento hu-

mano². É, pois, necessário criar condições que favoreçam a expressão e a integração das emoções/afectos na economia.

Sendo a Economia Solidária uma alternativa ao modelo capitalista tradicional, procura promover uma abordagem mais equilibrada entre a razão e as emoções/afectos. A sua lógica económica subordinada aos valores da solidariedade, cooperação, auto-gestão e justiça social, vai permitir uma maior integração entre as dimensões emocionais/afectivas e racionais da vida económica. Assim, procura integrar as emoções e os valores humanos na lógica económica, promovendo uma abordagem mais humana e equilibrada do desenvolvimento económico, em que a razão passa a ser uma ferramenta ao serviço das emoções e dos valores humanos em vez de um fim em si mesma.

Já Damásio (2006) havia defendido que, na verdade, a mente humana e o cérebro humano resultam de um complexo trabalho de cooperação entre os processos emocionais e cognitivos.

“In fact, human minds and human brains result from a very complex cooperative working of both emotional and cognitive processes. We need both (Damásio, 2006: 7). The first is that sound, moral behavior of the sort that constitutes the solid grounding for the citizenship requires the necessary participation of emotion. There is solid evidence for that. The reason why this is so comes from the fact that emotions work as qualifiers for actions and for ideas (p. 9) (...) and the very grounding of what we recognize as social conventions and ethical rules has probably emerged on the background of social emotions and have long been present in evolution. (p. 10). That is solid evidence for the connection between emotion and the construction of a citizen” (p.11).

É, no entanto, essencial dar importância acrescida ao desenvolvimento pessoal de cada um dos actores da Economia Solidária, pois os valores por que esta se rege (e.g. solidariedade, criatividade, autonomia, auto-gestão, conhecimento) não são inatos à natureza Humana e muitas vezes contrários aos legítimos interesses pessoais (Amaro, 2022).

O 10.º pilar proposto procura, pois, promover a construção de relações económicas mais justas, equitativas e solidárias, baseadas na confiança, na empatia e no respeito mútuo entre as pessoas, o que requer uma abordagem que tenha, tanto em conta as dimensões racionais, quanto as emocionais, ao caracterizar o conceito de Economia Solidária. Além disso, destaca a importância de se reconhecer que a troca de valores, sentimentos e emoções são parte fundamental das transações económicas, o que pode contribuir para o fortalecimento de laços afetivos e para a construção de comunidades mais unidas e coesas, objectivo final da Economia Solidária, que não se preocupa apenas com o aspecto económico, mas com o desenvolvimento pessoal e emocional da comunidade envolvida em empreendimentos solidários³.

Já existem apontamentos embrionários sobre a importância da emoção e do afecto no conceito de Economia Solidária, mas ainda que assim seja, parece-me que estes merecem destaque como um dos seus pilares.

Essas insipiências embrionárias da importância das emoções e do afecto podem ser vislumbradas no facto de a Economia Solidária ser baseada em valores humanos e ter, como um dos seus atributos, a auto-gestão, em que todas as decisões são tomadas de forma democrática, valorizando a participação e a escuta ativa dos membros da comunidade, integrando diferentes perspectivas e valores, favorecendo o

desenvolvimento de soluções mais equilibradas e adaptadas às necessidades da comunidade. Ao mesmo tempo, promove a valorização e integração dos seus membros, através da comunicação de emoções e sentimentos, criando um ambiente de trabalho positivo, motivador e mais produtivo, ao mesmo tempo que a expressão de emoções ou afectos negativos, pode ser um facilitador na resolução de conflitos, promoção da cooperação, com a construção de relações baseadas na confiança, e resolução de problemas, permitindo que as pessoas criem assim laços mais fortes e significativos entre si⁴.

A Economia Solidária, ao valorizar a cooperação mútua⁵, o trabalho em equipa e as redes de solidariedade entre os membros da comunidade, estimulam a construção de redes e relações sociais e emocionais/afectivas mais saudáveis e solidárias entre as pessoas, contribuindo para o seu bem-estar emocional e psicológico⁶.

3. Os contributos das teorias do desenvolvimento e do pós-desenvolvimento

A Economia Solidária assenta o seu conceito numa fundamentação teórica e epistemológica explícita e rigorosa, acolhendo *inputs* das teorias de desenvolvimento alternativo (e.g. desenvolvimento comunitário/local, desenvolvimento sustentável), que procuram promover um desenvolvimento mais equitativo e sustentável, que leve em consideração a diversidade e fundamentação cultural e a autonomia local, numa construção Bottom-up, afectiva, vivencial e mobilizadora, que tem em conta os “ritmos e soluções, em função das lógicas culturais e dos contextos (...) de cada comunidade (...) oposto ao uniformismo dos modelos dominantes.” (Amaro, 2017: 99).

Uma das maiores contribuições destas teorias alternativas de desenvolvimento para a Economia Solidária é a ênfase na importância da participação comunitária democrática e da governança local, “exigindo metodologias participativas e uma lógica de «empowerment»” (Amaro, 2003: 59), que facilitam a coesão social, a co-responsabilização e as parcerias, ao defenderem a importância do envolvimento das comunidades locais na criação de políticas e soluções económicas, a fim de garantir que elas atendam às suas necessidades e valores, pressupostos que se vêm refletidos na abordagem económica da economia solidária que procura promover relações (afectivas e sociais), a cooperação e a solidariedade entre os membros de uma comunidade, a fim de criar alternativas económicas sustentáveis e justas (perspectiva anti-capitalista).

Outra contribuição importante das teorias de desenvolvimento alternativo para a Economia Solidária é a integração da “emoção (e as intuições, os sentimentos e as impressões) como vector de conhecimento científico, (...) em detrimento da visão racionalista” (Amaro, 2003: 63), “sublinhando a importância dos factores e das competências relacionais nos processos de desenvolvimento” (p. 64), a valorização da (...) “indução (aprendizagem a partir da prática) como construção autónoma de novo conhecimento” (p. 63).

As teorias de pós-desenvolvimento (e.g. *Buen Vivir*, Felicidade, Bem-Estar e Florescimento Humano) também fornecem importantes *insights* para a promoção da Economia Solidária, ao enfatizar a importância da qualidade de vida (e.g. bem-estar, felicidade), da sustentabilidade ambiental e da justiça social, em oposição ao foco exclusivo no lucro e na maximização dos recursos económicos.

A teoria do *Buen Vivir*, propõe uma visão de desenvol-

vimento que se concentra na “harmonia com a Natureza e com os outros que nos rodeiam (em comunidade), tendo o suficiente, (...) para viver e morrer com dignidade, e as suas competências, identidades e símbolos culturais reconhecidos e valorizados.” (Amaro, 2017: 95). Isto vai implicar uma economia que seja baseada em princípios de solidariedade, reciprocidade e respeito pelos direitos humanos e pelos ecossistemas naturais. A Economia Solidária está em consonância com esses princípios, uma vez que promove a cooperação e a solidariedade entre os membros de uma comunidade e incentiva práticas económicas sustentáveis.

Da mesma forma, as teorias da Felicidade e do Bem-Estar enfatizam a importância da promoção do bem-estar pessoal (material, subjectivo, espiritual e relacional) (Amaro, 2017), em vez de se concentrar apenas no crescimento económico. Essa abordagem propõe a criação de uma economia que esteja em sintonia com as necessidades humanas e que promova a felicidade, o bem-estar e a qualidade de vida. A Economia Solidária colhe frutos desta árvore conceptual, ao promover esses valores, fomentando soluções económicas adaptadas às necessidades e valores locais, promovendo a cooperação e a solidariedade, fortalecendo laços comunitários, criando um sentimento de pertença e de identidade colectiva e incentivando práticas económicas sustentáveis.

A teoria do Florescimento Humano enfatiza a importância da realização pessoal e do desenvolvimento humano (nas dimensões emocionais, psicológica e social), alcançado através da realização do potencial humano, contribuindo “para o bom funcionamento da sociedade como um todo, o que alude a um desenvolvimento integrado da pessoa e da sociedade para um funcionamento positivo entre ambos e

para um bem-estar colectivo”⁷ (Amaro, 2017: 97), em vez de se concentrar apenas no crescimento económico. A Economia Solidária compartilha desses valores, ao promover uma economia centrada nas pessoas, enfatizar a importância da qualidade de vida e da expressão saudável de emoções⁸, a participação democrática, a solidariedade e a cooperação, a valorização da diversidade cultural, a construção de relações baseada no respeito, apoio e confiança mútuas e a sustentabilidade ambiental, procurando criar soluções económicas mais justas e sustentáveis, que estejam em consonância com esses princípios e valores, proporcionando assim satisfação e significado pessoal aos seus actores e valorização, por parte da comunidade, que partilha os seus valores e objectivos.

4. As emoções e os afectos na Economia Solidária - o décimo pilar ?

É possível verificar, pelo exposto, que um dos aspectos mais interessantes da Economia Solidária é averiguar como esta lida com a parte emocional/afectiva dos seus membros. Ao contrário do modelo de economia de mercado capitalista, que muitas vezes valoriza a competitividade, a individualidade e a maximização do lucro, esta valoriza as relações interpessoais, a empatia, a colaboração, a “emancipação sociopolítica do indivíduo” (Leal e Rodrigues, 2018: 216) e a inclusão social. Nesse contexto, as emoções são vistas como um recurso valioso para a construção de relações mais saudáveis e produtivas.

Na Economia Solidária, as emoções positivas, como a alegria, a satisfação e o orgulho, são frequentemente experimentadas pelos membros, à medida que contribuem para a construção de algo significativo e valorizado pela comunidade.

Essas emoções positivas podem ser vistas como um fator de motivação, que impulsiona os membros a continuarem trabalhando juntos, em prol dos seus objetivos coletivos. No entanto, também enfrenta alguns desafios emocionais, como conflitos entre os seus membros, a necessidade de lidar com a incerteza financeira e a pressão para alcançar os objetivos coletivos. Nesses casos, é importante que os membros da organização solidária demonstrem capacidade de gerir essas emoções de forma construtiva, por meio de uma comunicação aberta, do trabalho em equipa e do respeito mútuo. Por tudo isto, a Economia solidária também pode ser vista como uma forma de promover a saúde emocional dos seus membros e da comunidade em geral⁹.

Apesar de todas estas contribuições, que afloram o papel das emoções/afectos na Economia Solidária, e que demonstram de forma inequívoca que as duas estão interligadas¹⁰, as contribuições das emoções/afectos para o conceito, do que entendemos como Economia Solidária, estão lá sempre de forma implícita, mas não têm o peso, a importância e o reconhecimento próprios na fundamentação teórica do conceito.

O 10.º pilar proposto enfatiza a importância de se valorizar a dimensão afetiva e emocional na construção das relações económicas e de reconhecer como estas podem influenciar todo o processo de aceitação, implementação e prossecução das actividades que suportam a Economia Solidária¹¹. Há que filiar a ideia de que esta economia não se limita apenas a uma troca de bens e serviços, mas sim a uma troca de valores, sentimentos e emoções, entre as pessoas¹², que se relacionam num contexto social, cultural e territorial específico, que devem ser valorizados e respeitados, contribuindo para o fortalecimento de laços afetivos e para a construção de comunidades mais unidas e coesas.

Este novo pilar pode ser constituído por várias práxis e valores, tais como:

- A Valorização das emoções das pessoas envolvidas numa relação económica¹³, pois estas podem influenciar a sua satisfação e bem-estar. A valorização da dimensão afetiva e emocional das relações económicas pode contribuir para a construção de relações mais gratificantes e significativas, que promovam o bem-estar, o desenvolvimento e a realização pessoal;
- A promoção de relações económicas baseadas na confiança¹⁴, na empatia¹⁵, na satisfação e no respeito mútuo, através da valorização das pessoas envolvidas, que sejam capazes de gerar benefícios para todas as partes envolvidas;
- A promoção de um ambiente de trabalho saudável, onde as pessoas se sintam seguras e apoiadas, para expressar as suas emoções de forma saudável e construtiva;
- A valorização do trabalho colectivo e da cooperação, como forma de construir relações económicas mais justas e solidárias;
- A criação de redes de colaboração e solidariedade entre os diferentes actores económicos, como forma de fortalecer a economia local e criar laços afetivos entre as pessoas¹⁶;
- A promoção da justiça social, da equidade, da diversidade e da inclusão, como forma de garantir que todos têm acesso aos recursos e às oportunidades necessários para uma vida digna, ao mesmo tempo que se valoriza a pluralidade de perspectivas e experiências presentes na sociedade;
- A valorização do trabalho e dos saberes tradicionais, como forma de preservar a cultura e as tradições locais e criar um sentimento identitário afectivo de comunidade.

5. Alguns testemunhos de actores e actrizes da Economia Solidária

Para ancorar esta reformulação, avanço com apoios indutivos, através de testemunhos de quem abraçou a Economia Solidária como uma forma de vida, recolhidos de uma forma ampla, em voarias fontes e dizendo respeito a vivências na Região Autónoma dos Açores, no Brasil e em algumas regiões de Portugal Continental:

Francisca Paulina:

... E aí eu gostei, achei que era melhor maneira de sobreviver, porque sozinha a gente não consegue nada, né. ... Encontrei num seminário um monte de louco sonhando igual a mim. Aí eu falei: agora tá bom, porque agora não é eu mais sozinha que tô sonhando, né. ... Aí eu já encontrei muita gente sonhando o mesmo meu sonho. E aí nós demos as mãos e caminhamos (TVOVO, 2019).

Shirley Silva:

... é muito bonito quando as pessoas se encontram e se reconhecem no fazer da outra o seu fazer também. E como isso é poderoso ... libertador, como isso encanta, né? Faz o brilho no olhar, faz a felicidade ... existem tecnologias sociais que estão disponíveis e que a gente pode trocar. Tem experiências, tem saberes ancestrais, saberes novo. Juventude, pessoas idosas, de todas as idades, trabalhando junta fazendo juntas e construindo um mundo novo, né. Então, conectar partes, tecer uma nova economia foi um desafio colocado para a rede brasileira de comercialização solidária, mas que não para nela. É de cada um de nós, né (TVOVO, 2019).

... a cultura que a gente acredita e que está exposta aqui nessa feira, é a cultura do cuidado, de quem fez produ-

tos, serviços, dando o melhor de si. A gente brinca, a gente não tem só coisas para comercializar, nós temos sonhos, ideias ... nós temos valores, é uma preocupação para que o melhor do ser humano, ele se desperte ao produzir o produto, ao comercializá-lo ... a relação aonde quem consome, não é um consumidor, é outra pessoa. É um ser humano que sonha junto contigo, e que quer se sentir bonito, que quer se sentir belo ... e que a partir daí ele vira um produtor ... ele produz uma necessidade, ele produz uma verdade ... ele consome um produto e junto dele fez um mundo novo ... então, quando a gente pensa numa economia solidária a gente pensa numa sociedade solidária. E uma sociedade solidária, ela precisa ser formada por uma cultura de solidariedade, e essa cultura da solidariedade, ela precisa ser experimentada (TVOVO, 2019).

Olívio Dutra:

... este cultivo significa protagonismo, participação, cidadania se realizando no quotidiano da vida das pessoas e não ocasionalmente ... e aí a política no verdadeiro sentido da palavra, construção do bem comum, com o protagonismo das pessoas (TVOVO, 2019).

Rosemary Gomes:

... essa diferença entre você estar trabalhando de forma privada ou com uma microempresa, e estar numa forma cooperativa, gerando renda para uma família ou para um conjunto de famílias. Então, esse é um diferencial ... a gente trabalha mais com o direito colectivo. Estamos preocupados mais com o direito da comunidade ... a gente foi modelo de organização social e que a gente também quer ser modelo de organização política, de política pública (TVOVO, 2019).

... a forma como eles coordenam essa questão da cultura e da juventude, porque a cultura é a que mais consegue, dentro dos vários temas da economia solidária, a questão da cultura é a que atrai os jovens. Então a economia solidária acaba vindo como uma experiência para essa juventude, com criatividade, com a questão da gestão partilhada, a questão da democracia interna. Atrair os jovens também que ficam muito sem opção nesse capitalismo, nessa forma de exploratório (TVOVO, 2019).

Irmã Lurdes:

... nós estamos numa rede globalizada e onde o desemprego está em expansão ... outra porque o jeito da humanidade trabalhar mudou ... nós trabalhamos de forma auto-gestionária, de onde pequenos grupos se organizam, produzem, fazem sua gestão e comercializam e sobrevivem dessa renda, sem ser patrão e sem ser empregado. Onde tem a auto-gestão colectiva de grupo (TVOVO, 2019).

Salete Carvalho:

... o brasil é o campeão mundial do consumidor de venenos ... e aí quem trabalha nessa perspectiva é um projecto de morte ... há um aumento gradativo de construção de uma nova cultura alimentar ... e aí a alimentação passa a gerar mais saúde.

Alisson Machado:

... na feira, a gente compra produtos, né? Uma questão de consumo de produtos, mas o que a gente consome mesmo, são relações, são relações com as pessoas, relação com os cuidados da terra, com o trabalho manual, que é outra lógica ... a gente consome os produtos, sim, mas antes, assim, é muito aconchegante porque a gente consome relações, relações com as outras pessoas. A gente

troca afecto, tu conversa com o produtor, ao produtor conta coisas (TVOVO, 2019).

António Gringo:

... discutimos ... de que a cultura, as manifestações artísticas deveriam estar presentes, porque a gente acredita que não há transformação real, profunda, completa sem a participação da arte ... nas instituições que fazem social ... a música, a arte ... é a forma mais concreta de reafirmar, consolidar, de tocar o imaginário e o coração das pessoas, para que criem uma formação e uma visão mais ampla do que significa a solidariedade, a cultura, a forma de se relacionar ... a troca de afectos. Acho que a arte dá esse complemento (TVOVO, 2019).

Linha grande/Quinta Dona Francisca:

... e não essa coisa que o agronegócio, esse processo de produção capitalista produz, que é produzirem alimentos, um produz e outro compra ... e as pessoas, não interagem na sociedade e aí a gente começa a ter esses conflitos sociais (TVOVO, 2019).

Rosalina et al.:

... que reconhecem o saber de cada uma a partir das habilidades e criatividade ... o bordado tem servido para criar amigas de confiança. Esse encontro das mulheres um “bordado-identidade”. Ao nos encontrarmos, usamos esses momentos para afugentar os maus pensamentos, afastar a depressão, as lembranças tristes. Também nos permite falar sobre as realizações e frustrações e afastar as dores da distância e da saudade ... é o espaço de trabalho que favorece a quebra do isolamento e cria novas possibilidades de vida tecendo novos fios, novos pontos e cores de alegria. Ao contar nossa história de vida descobrimos que em nos-

as vidas há muita coisa em comum e vamos construindo a solidariedade no cotidiano (Dubeux *et al.*, 2012).

Rosalina et al.:

... mais conhecimento que tem muito valor; reconhecimento e mais amigas; a me valorizar; a ser mais amiga e mais humana; ser mais comunicativa; ser mais segura; a socializar e a descontraír; a ser mais forte para enfrentar o mundo; desenvolvimento, sabedoria, qualidade e ter mais carinho ((Dubeux *et al.*, 2012).

Jaqueline:

.... Eu faço bordado e estar na associação me ajudava bastante num processo pessoal do qual eu estou me recuperando ((Dubeux *et al.*, 2012).

Fátima:

... o facto de estarmos juntas, reunidas, nos tem ajudado a conhecer as companheiras melhor, a nossa história de vida, e perceber a importância do que fazemos. Essas trocas de experiências entre nós têm nos ensinado muito, a cada uma de nós (Dubeux *et al.*, 2012).

Rosário:

... no beneficiamento do pescado aprendi a me valorizar mais como mulher e pescadora ... hoje eu mostro a minha cara e falo o que penso e sobre o que faço (Dubeux *et al.*, 2012).

Mariluce:

... e na APRR tenho aprendido a convivência colectiva e experimentado o exercício da partilha (Dubeux *et al.*, 2012).

Eliete:

... as pescadoras se tornaram mais independentes, elevamos a autoestima (Dubeux *et al.*, 2012).

Manuel:

... esta é a cara de uma nova economia, uma economia com outro rosto, mais humano, e também com outro nome, com outra proposta, com outros valores que ... tem com os outros a preocupação, a vida, é bem-estar, não apenas lucro ... com a força da união gere trabalho e renda ... e ajuda a transformar para melhor a vida de milhares de homens e mulheres, uma realidade que cada um traduz à sua maneira (Nova Consciência, 2013).

Rosalina:

... respeito aos outros, respeito à natureza, isso é economia solidária (Nova Consciência, 2013).

Raquel N.:

... eu comecei a acreditar em mim, comecei a acreditar que eu podia fazer alguma coisa de novo ... a gente vira um cidadão de novo (Nova Consciência, 2013).

Padre Constantino:

... consciência comunitária dentro da comunidade que era necessário não ficarmos reduzidos a uma visão redutora Era preciso passar para a intervenção na vida humana ... resposta insuficiente, particularmente ao nível do respeito pela dignidade humana, pelas pessoas ... procurava-se a definição das pessoas, através da forma como elas eram acolhidas ... uma outra linha identitária que era a responsabilização, que as pessoas que viessem solicitar apoio ... deveriam também tomar consciência, que eram as primeiras responsáveis pela sua vida ... linha identitária, capacitação ... quando não há dentes há uma falta de auto-estima ... trabalho colectivo em que toda a gente sente, ali com uma família, não há competitividade, há o sentido de servir os outros, com competência, dignidade, acolhimento, sabendo a importância que tem (SESS, 2023).

José João Rodrigues:

... nanoprodutor investe a sua vida ... para ganhar a vida ... pagar os custos do nanonegócio ... mas também para ganhar sentido para a vida ... um princípio que é fundamental ... na rede colaborativa não se pode estar pensando no que vai tirar das práticas colaborativas, mas tens que pensar o que é que vamos dar ... se todos estivéssemos interessados em dar todos ganhamos com isso .. o que vamos dar à rede colaborativa para elas não secarem, desaparecerem (SESS, 2023).

Leonardo:

... educarmos, inserimos, educarmos através da arte ... a capacidade das pessoas se descobrirem, descobrirem as suas potencialidades ... desenvolverem as competências que já tinham, mas acima de tudo descobrir as suas potencialidades e transformar essas potencialidades em competências para a vida ... as pessoas possam descobrir em si estas potencialidades, desenvolver estas suas competências, pô-las ao seu próprio serviço, do seu próprio processo de desenvolvimento ... as pessoas são os principais intervenientes ... do seu processo de mudança ... isto feito de uma forma solidária ... vão passando este saber ... aqueles que vão entrando ... é também solidária ... possam ser incluídas todas as pessoas nas nossas actividades ... participar em pé de igualdade ... tentamos que todos estejam em pé de igualdade ... para a vida, para a pessoas descobrirem-se a si próprias ... eu reconheço que houve uma mudança em mim, os outros que estão em cena comigo reconhecem essa mudança e o público reconhece essa mudança também ... e nós queremos que esse fim de história ... mas qualquer coisa de boa para a pessoa ... isto pode mudar tudo na nossa vida (...) a mercearia solidária e comunitária ... nesses bairros quando eles

são construídos não se deixa espaço para a comunidade, não se deixa espaço para haver um centro Este sentimento que existe nos nossos bairros ... um elementos identitário no próprio bairro, as pessoas não têm nada que as una ... tudo o que acontece de bom acontece fora do bairro ... a nossa acção tem sido arranjar elementos identitários, elementos que possam congregam as pessoas ... levar as pessoas a refletir sobre o bairro ... a necessidade de envolver as pessoas na decisão ... as pessoas têm coisas importantíssimas para dizer ... em que a população investe uma parte ... (...) dissemos sempre que sim, mas, temos que ouvir as pessoas ... o respeito pelo território e pelas pessoas que lá vivem já começa a ser tomado a sério, e ter isso em linha (SESS, 2023).

Carmen:

... porque é que as pessoas não podem ter o direito de escolher os produtos que mais lhe convêm ... porque é que as pessoas não podem escolher? ... elas são implicadas na mercearia, os produtos que temos na mercearia são indicados pelas pessoas do bairro ... mas perguntar-lhes o que é que eles querem fazer com isto, se é uma área que querem trabalhar ... termos valor associado ... dá dignidade às pessoas comprarem os produtos ... se as pessoas vão à mercearia e deixam lá dinheiro sabem que esse dinheiro será reinvestido em mais produtos para a mercearia ... quando falamos em dinheiro falamos numa solidariedade recíproca ... queremos que a população participe no parque infantil, se é uma necessidade, se não é ... podem fazer o bem, sempre com as pessoas e não para as pessoas ... as pessoas poderão decidir o que melhor se adequa às suas vidas ... as nossas respostas terão em conta aquilo que elas querem para as suas vidas (SESS, 2023).

6. Algumas notas finais

Acredito, por isso, que é uma reformulação do conceito de Economia Solidária que merece ser tida em conta, pelas potencialidades de valores humanos e emocionais que transporta e propõe, abrindo a porta a uma perspectiva de análise e prática inovadora, que não deve ser desaproveitada.

Pensar na dimensão emocional/afectiva, como um dos pilares constitutivos da Economia Solidária, tem sido uma motivação, uma emancipação e uma libertação, quer pelo gosto e interesse que tenho pela área das emoções/afectos (parte do meu percurso formativo tem sido dedicado a estas esquivas componentes do ser humano, que são tão importantes para entender a nossa vida emocional, psicológica, relacional e até a inteligência/racionalidade), quer pela possibilidade de sublinhar, de forma epistemológica, que as emoções podem ser factores úteis na compreensão das relações e dos comportamentos humanos que estão envolvidos na Economia Solidária e como podem influenciar, em última análise, os resultados e a eficácia das suas actividades económicas.

Nesse sentido, os contributos, as diferentes visões, as perspectivas alternativas, com origem nos mais variados lugares, desde os Açores, Portugal Continental e Brasil, foram completamente bem-vindos, pelo enriquecimento, diversidade e pluralidade que me facultaram na viabilização conceptual da reformulação do conceito de Economia Solidária, que aqui alavanquei, possa esta ter potencialidades para construir futuro e mobilizar novas compreensões e acções.

Parece-me, pois, muito interessante, positivo e frutífero adaptar uma epistemologia copulativa, que vai enfatizar a importância das relações interdependentes entre o ser humano, como actor-acção na sua globalidade, e os objetos

do conhecimento (pilares da Economia Solidária), e que a compreensão dessas relações é crucial para uma compreensão mais abrangente da realidade, já que na Economia Solidária a ênfase está na cooperação e na colaboração entre pessoas, em vez da competição, isso envolve uma compreensão mais profunda das relações entre os diferentes elementos envolvidos na criação e distribuição de bens e serviços.

Em suma, o pilar da emoção e do afeto na Economia Solidária pode ser visto como uma forma de resgatar a dimensão humana das relações económicas, valorizando não apenas o valor monetário das transações, mas também os valores, sentimentos e emoções que permeiam essas relações.

Que a ideia aqui expressa ajude a fortalecer e inspirar a disseminação do conceito de Economia Solidária, como alternativa à ideia de economia dominante, ou pelo menos como uma forma de resistência e transformação dentro do sistema de mercado capitalista e neoliberal, que tende ainda a colocar o crescimento económico acima do bem-estar das pessoas, das comunidades e do nosso planeta, oferecendo alternativas e soluções para os problemas sociais e económicos¹⁷, gerados pelo capitalismo desenfreado que hoje vivenciamos.

“Essa fome é insaciável, porque nunca matamos a fome de amor, de cooperação, de compaixão, valores que não conhecem limites. Podem sempre crescer mais e mais. Aqui reside o segredo de uma felicidade e de uma paz duradora.” (Leonardo Boff, 2020: 4)

NOTAS

- ¹ Entretanto, infelizmente, já prematuramente falecido. Aqui lhe prestamos homenagem, pelo seu empenhamento e trabalho realizado, no âmbito da Economia Solidária.
- ² “Numa economia de mercado capitalista, as trocas entre produtores e consumidores não são regidas pela benevolência e sim pelo interesse. Cada indivíduo busca empregar seu capital de forma que seu produto tenha o máximo valor possível, visando apenas o seu próprio ganho, sem buscar e sem saber se está promovendo o interesse público. A busca incessante do auto-interesse visando maximizar o prazer e fugir da dor é a essência do conceito liberal do homo economicus, que transbordou da ciência económica para as ciências sociais por meio da teoria da escolha racional” (Schmidt, 2018: 128). “(...) estado e mercado absorveram parte significativa das funções económicas, normativas e até mesmo emocionais da família e comunidade, com severas consequências” (Schmidt, 2018:150).³ Muitas vezes nas pessoas que estão em situação de empobrecimento e/ou exclusão, os sentimentos prevalentes são os de inutilidade, que provocam sofrimento psíquico, ao sentirem que estão a viver uma experiência humilhante, de perda progressiva da dignidade e sentido da vida. A Economia Solidária olha, pois, para os mais desfavorecidos sem estratificação, todos têm capacidades e competências próprias, que podem e devem ser direcionadas para projectos económicos alternativos ao modelo de mercado capitalista que os explorou, excluiu ou abandonou – transformação pessoal, social (Jané, 2010), relacional, afectiva e societal, por superação das desigualdades e exclusão social geradas pelo sistema capitalista.
- ⁴ “(...) teoria do capital social, que aponta a confiança interpessoal como uma das condições fundamentais dos comportamentos cooperativos” (Schmidt, 2018: 139). “O bem-estar e a felicidade estão profundamente vinculados ao convívio interpessoal, à vida comunitária” (Schmidt, 2018: 155). “Confiar nos outros é condição para colaborar. Em comunidades cívicas,

- com elevado estoque de capital social positivo, a reciprocidade e o associativismo favorecem a eficácia política e o desenvolvimento económico”. (Putnam, 1996, citado por Schmidt, 2018: 139).
- ⁵ “Estar com os outros e colaborar com os outros não é uma imposição externa, ela responde a profundos impulsos, pré-rationais. A sensação de prazer acompanha o respeito ao comportamento colaborativo, enquanto a repugnância acompanha o comportamento egoísta” (Schmidt, 2018: 137). Jesus e Tiriba referem que “Em todos os espaços e tempos históricos, para garantir sua sobrevivência enquanto espécie, os seres humanos trabalham em cooperação.” (Jesus e Tiriba, 2009: 80).
 - ⁶ “Os vínculos sociais têm a ver com o ser humano na sua integralidade. Quem interage com o ambiente e com outros “eus” não é uma mente racional: é o organismo como um todo” (Schmidt, 2018: 140). Já Damásio (1995), no seu livro “O Erro de Descartes”, apresentou evidências que confirmam que os nossos vínculos com outros humanos e com a natureza tem uma base emotivo-racional. Para sermos mental e fisicamente saudáveis necessitamos de vínculos sociais significativos (Schmidt, 2018: 141).
 - ⁷ Construção de uma sociedade mais humana, justa e sustentável, com relações económicas saudáveis, que colocam o ser humano, como pivô, no centro do desenvolvimento económico, em vez do lucro e da acumulação de riqueza.
 - ⁸ As emoções positivas são valorizadas e as negativas são geridas de forma saudável e construtiva, dentro de uma comunidade, que se torna mais coesa, colaborativa e resiliente.
 - ⁹ Estas relações afectivas são, pois, estendidas aos consumidores em geral, como força que alimenta os empreendimentos solidários. Amaro refere que “Era bom que cada vez mais cidadãos e cidadãs, quando são consumidores e consumidoras, não deixassem de se pensar como cidadãos e cidadãs, ou seja, fazerem do consumo um acto responsável.” (IMVF ONGD, 2016).

- ¹⁰ A componente emocional está sempre presente, pois as relações económicas mais não são que relações sociais, e, portanto, carregadas de sentimentos e valores.
- ¹¹ As emoções, tais como a confiança, o respeito e a solidariedade, podem influenciar a forma como as pessoas se comportam e comunicam num ambiente económico, o que, por sua vez, pode afetar o desempenho e a eficácia das actividades económicas.
- ¹² Não se deve esquecer que o ser humano é um ser racional, emocional e relacional e todos estas componentes têm peso nas suas decisões. As redes de contactos pessoais e profissionais, as relações de confiança e as redes de solidariedade podem ser fundamentais para o sucesso de uma actividade económica, uma vez que permitem a partilha de informações e recursos, a troca de ideias e o apoio mútuo.
- ¹³ As pessoas não são apenas actores económicos, mas seres humanos com necessidades, sentimentos e desejos, que precisam de ser atendidos.
- ¹⁴ Na Economia Solidária, a confiança e a credibilidade nas relações económicas, podem ser estabelecidas através da construção de laços afetivos e da partilha de valores (factores emocionais), que podem contribuir para a construção de relações económicas mais justas e solidárias.
- ¹⁵ Sendo a empatia a capacidade de se colocar no lugar do outro e sentir o que ele sente, é fundamental na construção de redes de colaboração e apoio mútuo, entre os diferentes agentes económicos.
- ¹⁶ As emoções podem influenciar a construção da colaboração e da solidariedade nas relações económicas.
- ¹⁷ Pode ajudar a combater a exclusão social, a pobreza, material e emocional, a desigualdade económica e a degradação ambiental, promovendo a autonomia das comunidades e fortalecendo as relações sociais, relacionais e culturais e a sustentabilidade ambiental e territorial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amaro, R. R. (2003). “Desenvolvimento - um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria”. *Cadernos de Estudos Africanos*, 4, 35-70.

Amaro, R. R. (2009). “A Economia Solidária da Macaronésia – Um Novo Conceito”. *Revista de Economia Solidária*, 1, 11-29.

Amaro, R. R. (2011). “Projecto ECOS - Proposta de um Referencial Conceptual e Metodológico para a Construção de um Indicador de Sustentabilidade das Organizações de Economia Solidária”. *Revista de Economia Solidária*, 3, 156-171.

Amaro, R. R. (2016). “A Sustentabilidade das Organizações de Economia Solidária - proposta de conceptualização e de avaliação”. *Revista de Economia Solidária*, 10, 98-123.

Amaro, R. R. (2017). “Desenvolvimento ou Pós-Desenvolvimento? Desenvolvimento e... Noflay!”. *Cadernos de Estudos Africanos*, 34, 75-111.

Amaro, R. R. (2022). “Desenvolvimento comunitário em Portugal: caminhos para o aprofundamento da democracia”. Em J. Estivill, & C. Balsa (Eds.), *Economia local, comunitária e solidária. O desenvolvimento visto de baixo* (pp. 191-282. Edições Húmus.

Boff, L. (2020). “Entre o Caos e a Ordem”. Entrevista “ECO A”, 4 de Outubro de 2020. Acedido em: <https://leonardoboff.org/2020/10/07/entrevista-entre-o-caos-e-a-ordem/>

Damásio, A. (1995). *O Erro de Descartes. Emoção, razão e cérebro humano*. Publicações Europa-América. Forum da Ciência.

Damásio, A. (2006). “Brain, Art and Education” [Apresentação oral]. UNESCO Conference on Arts and Education. Los Angeles, Califórnia. <https://www.sjsu.edu/people/kathie.kratochvil/courses/CA177/s0/Brain-Arts-Education-UNESCO-Conference.pdf>

Dubeux, A., Medeiros, A., Vilaça, M. e Santos, S. (2012). “A construção de conhecimentos em Economia Solidária: Sistematização de Experiências no Chão de Trabalho e da Vida no Nordeste”. Centro de Formação em Economia solidária – NE.

Instituto Marquês de Valle Flôr [IMVF ONGD]. (2016, Novembro 7). “Entre Consumo e Produção | Conversas sobre Economia Social e Solidária” [Vídeo]. YouTube https://www.youtube.com/watch?v=V_Q9WyTfsxM&list=PLvn_PfWZwxUawOVDmC0FUk8d_sao9qLJE&index=9

Jané, J. G. (2010). “A crise actual e as respostas da economia solidária”. *Revista Economia Solidária*, 2, 24-55.

Jesus, P. e Tiriba, L. (2009). “Cooperação”. Em A. D. Cattani, J. L. Laville, L. I. Gaiger & P. Hespanha (Eds.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Almedina.

Schmidt, J. P. (2018). “Bases Bio-psicossociais da cooperação e o paradigma colaborativo nas políticas públicas”. *Revista Dir. Gar. Fund., Vitória*, 19 (1), 123-162.

Leal, K. S. e Rodrigues, M. S. (2018). “Economia solidária: conceitos e princípios norteadores”. *Revista Humanidades e Inovação*, 5 (11), 209-2019.

Nova Consciência. (2013, Outubro 16). “Economia Solidária - Outra economia acontece” [Vídeo]. YouTube <https://www.youtube.com/watch?v=sfYAejvZmms>

SESS (2023) - Aulas do “Seminário II - Economia Social e Solidária e Economias Alternativas”, da Pós-Graduação em Economia Social e Solidária - IPPS - Instituto de Políticas Públicas e Sociais, do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa (ano lectivo de 2023-2024) - aulas gravadas em vídeo.

TVOVO. (2019, Maio 28). “Cultura de Afetos” – Documentário [Vídeo]. YouTube <https://www.youtube.com/watch?v=vhy77bkYzv4>

A MOEDA SOCIAL, COMO FORMA DE EMPODERAMENTO¹

Marisa Caetano Martins²

¹Artigo submetido em 20 de Abril de 2024 e aceite, após revisão científica, em 21 de Julho de 2025.

²Marisa Caetano Martins é licenciada em Ciência Política e Relações Internacionais, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa (2022), titular da Pós-Graduação em Desenvolvimento Comunitário, pelo IPPS - Instituto de Políticas Públicas e Sociais, do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa (2024), tem uma ampla experiência associativa e trabalhou no ACM - Alto Comissariado para as Migrações, de Portugal
marisa.caetano.m@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO;
ECONOMIA SOLIDÁRIA; EMPODERAMENTO;
MOEDA SOCIAL.

KEYWORDS

COMMUNITY DEVELOPMENT; SOLIDARITY
ECONOMY; EMPOWERMENT; SOCIAL
CURRENCY

RESUMO

Este artigo visa explorar a relação entre a Moeda Social, como iniciativa de Economia Solidária, e o Empoderamento, tema central no Desenvolvimento Comunitário. Apoiando-se em bibliografia existente sobre os temas, reflete-se sobre o potencial da primeira na melhoria das condições materiais das comunidades, no aumento da consciência crítica, sentimento de pertença e sensação de impacto na vida coletiva, na promoção de dinâmicas participativas e na criação de um sentido coletivo de mobilização, para a resolução de problemas comuns. Neste sentido, argumenta-se que a Moeda Social contribui positivamente para empoderar indivíduos, organizações e comunidades e, assim, para promover o desenvolvimento dos espaços físico e humano onde este sistema alternativo de trocas é adotado. Paralelamente, evidencia-se o vínculo entre a Economia Solidária, no âmbito das quais iniciativas com propósitos semelhantes aos da Moeda Social têm surgindo, e o Desenvolvimento Comunitário.

ABSTRACT

This article briefly explores the connection between Social Currency, a Solidarity Economy initiative, and Empowerment, a central topic in Community Development. Relying on the existing literature, it reflects on the potential of the former in improving the material conditions of communities, in increasing individual critical awareness, feeling of belonging and feeling of impact on collective life, in promoting participatory dynamics, and in creating a collective sense of mobilization to solve common problems. In this sense, it is argued that Social Currency contributes positively to empowering individuals, organizations, and communities, and thus to promote the development of the physical and human spaces where this alternative exchange system is adopted. At the same time, it becomes evident the link between Solidarity Economy, within which initiatives with purposes like those of Social Currency have emerged, and Community Development.

1. Introdução

O presente artigo une dois temas relevantes da Pós-Graduação em Desenvolvimento Comunitário, cruzando conteúdos da Economia Social e Solidária e do Desenvolvimento Local/Comunitário: a Moeda Social enquanto ferramenta de empoderamento. O objetivo é refletir criticamente sobre o modo como este meio de troca alternativo aos tradicionais pode atuar forte e positivamente sobre o desenvolvimento de uma comunidade através da autonomização e reforço identitário desta, tendo por base os conteúdos lecionados em aula, bem como o seu enriquecimento através de leituras complementares e da partilha de experiências por agentes ativos no campo da Economia Social e Solidária.

A escolha do tema prende-se com dois aspetos essenciais: a vontade de rematar a Pós-Graduação fazendo uma ponte entre os conteúdos lecionados na disciplina de Economia Social e Solidária e os referentes aos conteúdos do Desenvolvimento Local/Comunitário, convicta que estou do impacto de uma “outra Economia”, mais justa e “empática”, no desenvolvimento das comunidades, particularmente daquelas ostracizadas pelo sistema económico vigente; e o interesse pessoal que tenho vindo a nutrir pelo conceito da Moeda Social, dado o seu posicionamento não apenas “defensivo”, na resolução ou amenização de problemas económicos, mas também “ofensivo”, ao constituir-se como alternativa e, bem assim, resistência e questionamento face ao tipo de relações económicas dominante e à visão redutora e economicista da moeda, posicionamento que lhe confere uma dimensão que, para além de económica, é também política, social e cultural (Rigo & França Filho, 2021). É esta visão holística da moeda que eleva o meu interesse

pessoal no tema, dentro do conjunto das iniciativas de Economia Solidária, e é por isso que lhe dedicarei a reflexão que se segue, relacionando-a com o empoderamento comunitário, que tão presente tem estado nas minhas reflexões acerca do Desenvolvimento Comunitário.

Posto isto, o artigo dividir-se-á em duas partes, sendo a primeira dedicada a uma breve explicação dos conceitos de “Moeda Social” e de “empoderamento” e a segunda ao estabelecimento de uma relação entre os temas, argumentando-se a favor da relevância do primeiro para o alcance do segundo.

2. Moeda Social e empoderamento – uma breve contextualização teórica

Esta contextualização teórica está, por seu turno, dividida em duas partes, uma sobre o conceito de Moeda Social, e outra sobre o de *Empowerment* ou Empoderamento.

2.1. Moeda Social

A Moeda Social define-se como um sistema monetário – de troca e pagamento – alternativo (França Filho e Rigo, 2021) ao vigente, que é instituído e administrado coletivamente pelos seus próprios utilizadores, geralmente membros de uma comunidade, pautada pela existência de problemas socioeconómicos resultantes do sistema económico vigente. A sua circulação baseia-se na confiança mútua dos utilizadores e assume-se como um “exercício de vontade” (Soares, 2009: 255) destes, objetivando dinamizar as trocas e promover a circulação de riqueza dentro da comunidade (França Filho e Rigo, 2021; Menezes e Crocco, 2009; Rigo

e França Filho, 2017; Santos e Silva, 2014). Para alcançar essa finalidade, a Moeda Social funciona de forma paralela à nacional, consubstanciando-se em iniciativas que promovam a sua utilização local e não especulativa, dados, respetivamente, o seu enraizamento territorial (França Filho e Rigo, 2021) – e consequente ausência de valor fora da comunidade –, e o desincentivo à acumulação que as regras a si inerentes prescrevem (França Filho e Rigo, 2021; Primavera, 2004; Santos e Silva, 2014)¹.

Estas iniciativas – que podem assumir a forma de bancos do tempo, sistemas de crédito mútuo, moedas complementares ou moedas sociais locais (Primavera, 2004) – funcionam de acordo com regras estipuladas pelo grupo, pelo que são passíveis de discussão, mas Soares (2009) aponta para a existência de cinco princípios “imutáveis”² (p. 255), que considero fundamental ter em conta para poder desenvolver a reflexão da segunda parte do artigo: 1) democracia participativa, que se consubstancia na obrigatória cogestão da moeda pelos seus utilizadores; 2) continuidade das operações de intercâmbio, que é essencial, para que se deem oportunidades futuras de utilização da moeda; 3) confiança no grupo, sem a qual a moeda social enfrentará obstáculos à sua aceitação e consequente efetivação; 4) carácter de “serviço público” da moeda, dado esta servir essencialmente o “bem geral” da comunidade, através do favorecimento da produção e circulação de bens e serviços no território; e 5) atividade económica, tendo como finalidade principal o bem-estar, e não o lucro.

Do conjunto destes princípios, transversais ao carácter necessariamente local da Moeda Social, resulta que este sistema alternativo promove a chamada economia de proximidade, favorecendo o reconhecimento e circulação de competências e saberes locais, o fortalecimento de laços comunitários e das

respetivas cultura e identidade, e a criação de dinâmicas democráticas de controlo do dinheiro (França Filho e Rigo, 2021). Por isto, é incontestável que a Moeda Social detém um papel não apenas económico, mas também político, social e cultural, aspeto que aprofundarei na segunda parte.

Por agora, e sem pretensões de delinear em detalhe o percurso histórico da Moeda Social, refiro apenas que as primeiras experiências remontam aos anos 30 do século passado, com as experiências pioneiras, em alguns países europeus e nos EUA, de moedas complementares³, surgidas em resposta ao desemprego e à recessão económica então vividos (Santos e Silva, 2014), tendo-se espalhado, na década de 80, pelo Canadá, Reino Unido, Nova Zelândia e Austrália (ibidem). Nos anos de 1990, experiências deste tipo chegaram a outros países da Europa e à América Latina, e já no século XXI, a países como Portugal, Grécia e Espanha, essencialmente para fazer face às consequências locais da crise económica de 2008-2014 (França Filho e Rigo, 2021)⁴. Atualmente, os circuitos de troca com Moeda Social continuam a espalhar-se pelo mundo, tendo alcançado outros países da América Latina e alguns países africanos, como resposta alternativa às dificuldades socioeconómicas permanentes, enfrentadas por comunidades mais pobres (ibidem).

2.2. Empoderamento

O Empoderamento refere-se, segundo Rappaport (1981, 1984, citado por Menezes, 2010), ao “processo pelo qual os indivíduos, as organizações e as comunidades ganham mestria ou controlo sobre as suas vidas e participação democrática na vida das suas comunidades” (p. 44). Assim, o empoderamento

trata-se de um processo tridimensional, na medida em que se dá a três níveis, interligados (Zimmerman, 1995)⁵: individual, porque associado ao aumento da percepção de controlo, da consciência crítica, e da participação dos indivíduos, consistindo num empoderamento psicológico⁶; organizacional, porque ligado a estruturas e processos que propiciem a participação e a mudança na comunidade; e comunitário, na medida em que se dá também coletivamente, associando-se a esforços comunitários para melhorias da vida da coletividade⁷. Seguindo uma lógica semelhante, Friedmann (1996) fala em empoderamento individual, social e político, consistindo o segundo na obtenção de recursos diversos por parte da comunidade, e o último no acesso desta ao processo de tomada de decisão. Assim, e segundo Montero (2004), podemos associar este conceito aos de participação, consciência crítica, poder e controlo, cidadania, autonomia e compromisso comunitário, desenvolvimento e expressão das capacidades individuais e da identidade social.

Em virtude destas considerações, o conceito de empoderamento tem sido associado a processos de Desenvolvimento Local/Comunitário, enquanto a) enquadrado na metodologia de ação usada para alcançar o desenvolvimento; b) desígnio principal do desenvolvimento de uma comunidade. A propósito, Amaro (2009) situa o empoderamento como uma das implicações metodológicas do Desenvolvimento Local/Comunitário, o que tem como consequência não só a necessidade de se adotarem processos empoderantes, como também a inevitabilidade de, nessa circunstância, as comunidades serem não meros objetos de decisões impostas, mas atores da melhoria da sua própria situação (Breton, 1994). Afinal, um verdadeiro processo de Desenvolvimento de uma comunidade, porque mais profundo e duradouro, é

aquele pelo qual esta toma consciência de um problema e se mobiliza para o resolver, acabando por integrar essa “experiência” na sua própria identidade, com consequências positivas para o seu futuro.

3. Moeda Social: uma ferramenta de empoderamento

Definidos os conceitos-chave, procederei à reflexão que me proponho através do presente artigo. Neste sentido, procurarei estabelecer uma relação positiva entre a Moeda Social, iniciativa de Economia Solidária, e o empoderamento, simultaneamente processo e resultado do Desenvolvimento Local/Comunitário. Concretamente, procurarei refletir sobre o modo como a Moeda Social pode fomentar, por um lado, a percepção de controlo, consciência crítica e participação individuais, e por outro, melhorias concretas ao nível económico e, sobretudo, social, das comunidades como um todo, passando ainda por processos e estruturas de gestão coletivos e participativos, com impactos no restabelecimento de vínculos entre as pessoas e entre estas e os seus territórios. Desta forma, será ainda possível, como se verá, estabelecer uma relação mais ampla entre Economia Solidária e Desenvolvimento Comunitário, com a primeira a propiciar o segundo.

Argumenta-se que a Moeda Social constitui, nas suas variadas formas, uma ferramenta para o empoderamento dos indivíduos, das organizações, e das comunidades onde é adotada por três motivos essenciais: porque contribui para melhorar, ainda que nem sempre significativamente, as condições socioeconómicas das comunidades onde ela circula (Menezes e Crocco, 2009; Santos e Silva, 2014; Soares, 2009); porque permite realizar um exercício subversivo de

questionamento do funcionamento da economia, das relações de poder a ela associadas e do significado da moeda e do dinheiro (França Filho, 2008; Soares, 2009); e, finalmente, porque propicia o fortalecimento de relações sociais intracomunitárias (Soares, 2009; Prim *et al.*, 2017).

Em primeiro lugar, tratando-se a Moeda Social de um sistema alternativo de troca e pagamento, surgida geralmente em territórios empobrecidos, o seu objetivo está intimamente ligado a um sentido de transformação social (França Filho e Rigo, 2021). É, aliás, por isso, que o substantivo ‘Social’ é utilizado para caracterizar este tipo de moeda, dando conta de um comprometimento com o combate aos problemas socioeconómicos, que afetam as comunidades excluídas financeira, económica e socialmente. Neste sentido, as iniciativas ligadas à Moeda Social pretendem essencialmente promover a internalização da circulação da riqueza produzida na comunidade – trocar, produzir e consumir internamente –, o que contribui, à partida, para melhorar as condições materiais de vida dos seus aderentes. Assim, esta função da Moeda Social pode ser considerada de teor económico, mas também social, contribuindo para uma parte daquilo que Friedmann (1996) designou de empoderamento social: a obtenção de recursos pela comunidade, que está ligada a uma maior capacidade de as comunidades satisfazerem as suas necessidades básicas, e, desse modo, predispor-se à tomada de consciência para a necessidade de mudança. Quanto às outras faces do empoderamento social, serão abordadas adiante.

Apesar de nem sempre a Moeda Social impactar consideravelmente na economia local dos territórios onde é adotada – revelando-se por vezes insuficiente para aumentar o fluxo monetário em circulação, estimular significativamente

a produção, diversificar as atividades económicas locais, etc. -, a sua contribuição para a “refundação de uma outra economia” (França Filho, 2008: 124), verdadeiramente centrada no bem-estar humano e comprometida com o desenvolvimento das comunidades, é inegável, apontando-se geralmente casos bem-sucedidos de moedas sociais locais utilizadas em linhas de financiamento dos Bancos Comunitários⁸ ou em mercados locais de trocas, por exemplo.

É, contudo, importante referir que a Moeda Social, como refere Primavera (2004) não constitui apenas um “paliativo para a falta de liquidez da moeda” (p. 316, tradução livre), mas antes uma verdadeira rutura com o paradigma político, económico, social e cultural vigente, no sistema capitalista. Esta afirmação, já sustentada em parte pelos parágrafos anteriores, conduz-me aos seguintes pontos da reflexão.

Pese embora a evidente preocupação da Moeda Social com o desenvolvimento económico das comunidades, o seu objetivo é mais amplo e passa por “resgatar o sentido antropológico da moeda” (França Filho, 2008: 124), sendo este, para mim, o seu aspeto mais amotinador. Segundo a visão antropológica, a moeda tem origem nos sistemas de trocas recíprocas estabelecidos nas sociedades ancestrais e pré-modernas e, como tal, possui um valor intrínseco, que vai muito para além das suas funções instrumentais de medida de valor, meio de pagamento e reserva de valor, estando enraizada na realidade social como um todo, isto é, nas relações sociais e afetivas e nos valores culturais que enformam essa realidade (França Filho e Rigo, 2021; França Filho, 2008; Rigo & França Filho, 2017). Ao alicerçar-se em relações de confiança e consenso grupal, a Moeda Social resgata, portanto, esse enraizamento das trocas económicas na realidade social. Assim, como referem França Filho e Rigo (2021), “apreender

a efetiva potencialidade das moedas sociais implica rever o modo limitado como temos definido o dinheiro” (p. 41), o que se constitui como um exercício de questionamento da própria noção mainstream de economia, reduzida ao mercantil (França Filho, 2008).

A par com o questionamento do significado da moeda, a Moeda Social, em particular, e a Economia Solidária, em geral, permitem ainda refletir criticamente acerca das relações económicas tradicionais, vistas como um exercício de poder (Soares, 2009), em que predominam umas pessoas sobre as outras, o valor de troca dos bens sobre o seu valor de uso, o individual sobre o coletivo, o capital sobre as pessoas e o ambiente, o saber técnico sobre os conhecimentos e práticas tradicionais,... Ao assentar em entendimentos partilhados, nomeadamente morais, sobre o significado das trocas dentro do circuito monetário (Zelizer, 2011, citada por Pavan e De Souza, 2019), a Moeda Social permite aos seus utilizadores (que são também os seus administradores) “tomar uma posição” (Soares, 2009: 259), quanto mais não seja porque, como refere Soares (2009), estes, ao geri-lo, passam a “refletir sobre a “naturalidade” que lhe[s] é imposta acerca do dinheiro.” (p. 259). Para além disso, a utilização da Moeda Social abre caminho a uma noção diferente do económico, a uma desmistificação da moeda oficial (ibidem), e a uma desconstrução das relações económicas tradicionais, ao resgatar o predomínio do valor de uso dos bens sobre o seu valor de troca, ao assentar numa lógica coletiva, ao ter em conta valores culturais, sociais e ambientais e ao fazer circular saberes e bens e serviços geralmente “desconsiderados pela estética hegemónica” (Santos e Silva, 2014: 211).

Deste modo, este exercício subversivo, permitido pela Moeda Social, também contribui significativamente para o

empoderamento individual e comunitário das comunidades que a adotam: individual, porque fortalece a consciência crítica, participação individual, perceção de controlo e auto-estima, por parte dos utilizadores da Moeda Social, que passam a deter uma visão crítica da economia e a verem-se como atores com (consciência do seu), poder para desafiar a visão hegemónica da moeda, em particular, e da economia, em geral; e comunitária, na medida em que “o pleno conhecimento das [...] funções de uma moeda social possibilita que coletivos a utilizem como instrumento político e de pressão popular” (Santos e Silva, 2014), a favor de uma economia que esteja verdadeiramente ao serviço do bem-estar humano.

Em terceiro lugar, e de modo estreitamente relacionado com o resgate do sentido antropológico da moeda, a Moeda Social caracteriza-se ainda pelo seu impacto positivo na densificação das interações sociais, que, por sua vez, pode propiciar o reforço de capital social (Pavan e De Souza, 2019) no seio das comunidades. Putnam (1993, 1995, 2000, citado por Menezes, 2010) define este conceito como o resultado da existência de redes sociais densas, de uma confiança interpessoal generalizada e de normas de reciprocidade. No caso da Moeda Social, para além desta resultar de um desejo e mobilização coletivos, ela tem na sua base um processo comunitário, em que a gestão da iniciativa é partilhada e em que a sua efetivação depende de uma relação de solidariedade, reciprocidade e confiança entre os membros (França Filho, 2008; Prim *et al.*, 2017). Como tal, a Moeda Social, devido à sua própria lógica de funcionamento, apresenta um grande potencial de aproximação e de reforço de laços de confiança e reciprocidade entre as pessoas, com impactos positivos, por sua vez, no reforço da ação coletiva e do acesso das pessoas a capital material e imaterial (conhecimento, informação, etc.)

(Pavan e De Souza, 2019). Assim, e recorrendo à perspetiva de Zelizer (2011), as Moedas Sociais acabam por apresentar um propósito mais social que económico, porque ligado fortemente à integração e à interação sociais (relembrando o significado antropológico da moeda!). Desta forma, propiciam também o empoderamento comunitário e individual, ao possibilitarem a criação de “espaços” de proximidade onde o contacto com o outro é não só um facilitador da ação coletiva em prol do bem-viver comunitário, mas também de uma aprendizagem e reconhecimento individuais, que podem ajudar a fortalecer sentimentos como a autorrealização, a identidade e a pertença (Kleba e Wendausen, 2009: 739).

É claro que esta perspetiva comporta algumas implicações, nomeadamente o facto de, assim entendida, a Moeda Social parecer pressupor a existência prévia de laços de confiança dentro da comunidade, onde é adotada, sem a qual a experiência parece ser inviável. Contudo, numa nota pessoal, parece-me relevante referir que, sendo esta iniciativa geralmente uma resposta a situações de crise ou contextos empobrecidos, o seu surgimento pode encontrar impulso no elevado espírito de colaboração e mobilização coletiva, que, por vezes, advém de situações de escassez e dificuldade em satisfazer necessidades básicas.

Finalmente, importa abordar em mais detalhe as estruturas e processos que enformam as iniciativas de Moeda Social, de modo a perceber se, na esteira do que afirma Menezes (2010), também o processo que conduz ao empoderamento por via dessas iniciativas, é, ele próprio, empoderante (p. 46). Ou seja, se o contexto de funcionamento das iniciativas de Moeda Social se pauta por oportunidades, normas e valores que favorecem de facto o empoderamento das pessoas e das comunidades⁹, onde as iniciativas se desenrolam.

Sobre este aspeto, argumento que a Moeda Social propicia, na sua base, o empoderamento organizacional, para usar a expressão de Zimmerman (1995), ao funcionar segundo uma lógica de democracia participativa. A condição de “desmercadorização” da Moeda Social (França Filho e Rigo, 2021), que se explicou acima, permite a sua utilização como um bem comum e, como tal, esta só faz sentido se baseada num controlo democrático (ibidem), que se traduz numa gestão coletiva da sua circulação e, bem assim, em deliberações conjuntas entre os vários elementos do grupo que a utilizam. Só desta forma, para recorrer à visão de Arnstein sobre a participação (1969), a Moeda Social “possibilita que os cidadãos atualmente excluídos dos processos políticos e económicos sejam deliberadamente incluídos no futuro.” (p. 216, tradução livre). Ora, o empoderamento organizacional, propiciado pelas iniciativas de Moeda Social, empoderamento esse que é também político, dado que pressupõe o acesso dos cidadãos ao processo de tomada de decisão, é inseparável do empoderamento individual e comunitário. Uma vez garantida a possibilidade de participação nas decisões que envolvem a comunidade, estimulam-se, por um lado, o sentimento individual de capacidade para decidir e para ter impacto na vida da comunidade, a consciência crítica face às formas de participação política e económica tradicionais e a vontade de participação individual; e, por outro, a ação coletiva, que é inerente a processos de gestão verdadeiramente participativos. No caso concreto da Moeda Social, sendo que esta é percecionada como um “bem comum” (pois não existem incentivos para a acumulação e controlo individual deste recurso, antes pelo contrário), a sua gestão não pode resultar senão de um conjunto de deliberações necessariamente coletivas, com impactos na vida de toda a comunidade.

Fazendo ainda uma ligação com os temas mais gerais da Economia Solidária e do Desenvolvimento Local/Comunitário, é interessante observar o modo como a Moeda Social se alinha com a visão segundo a qual o local se torna um “espaço privilegiado de resistência” (Albagli, 1990, citada por Menezes e Crocco, 2009: 377) aos problemas da globalização, neste caso ligados aos “poderosos interesses do capital” (Menezes e Crocco, 2009: 377), sendo esta a visão que anima o conceito de Desenvolvimento Local – um conceito que assume uma multiterritorialidade ao incluir, para além dos níveis supra e transnacional, o nível infranacional (Amaro, 2003).

4. Conclusão

O presente artigo teve como objetivo estabelecer uma relação entre dois temas trabalhados ao longo da pós-graduação em Desenvolvimento Comunitário: a Moeda Social, iniciativa concreta da Economia Solidária, e o Empoderamento, tema central no Desenvolvimento Local/Comunitário. Concretamente, procurou compreender-se de que modo a primeira pode impulsionar processos e resultados empoderantes para as pessoas, as organizações e as comunidades, segundo os tipos de empoderamento definidos por Zimmerman (1995) e Friedmann (1996).

Concluiu-se que, pela própria lógica de funcionamento da Moeda Social – sentido de transformação social, enraizamento na realidade social e estruturas e processos democráticos e participativos -, ela apresenta de facto uma grande potencialidade de empoderamento individual, organizacional e comunitário, ao estimular: 1) a consciência crítica, sentimento de pertença e sensação de controlo e de possibilidade de gerar impacto; 2) a participação das pessoas na sua gestão e, como

tal; 3) a mobilização coletiva para a resolução de problemas ou potenciamento de oportunidades que afetem uma comunidade em geral.

É claro que a Moeda Social, por si só, não é suficiente para garantir o pleno empoderamento das comunidades, do mesmo modo que não o é para solucionar todos os problemas socioeconómicos que afetam as comunidades ostracizadas no sistema capitalista. No entanto, refletir sobre ela é também incentivar à reflexão sobre um conjunto de outras iniciativas de Economia Solidária que, estando mais ou menos relacionadas com a Moeda Social, apresentam lógicas e/ou propósitos semelhantes – Bancos Comunitários, Mercados Locais, trocas diretas, etc. - e que, no seu conjunto, permitem conceber alternativas ao sistema dominante e mesmo olhar a Economia “com outros olhos”, formando pessoas e comunidades mais autónomas, conscientes e combativas.

NOTAS

¹ Para cumprirem a função essencial de fazer circular a riqueza na comunidade, as moedas sociais estão geralmente associadas a mecanismos de desincentivo à acumulação, tais como a ausência de juros cobrados pelo seu uso, a aplicação eventual de juros invertidos por entesouramento e, sobretudo, o seu controlo social (França Filho e Rigo, 2021). Por outras palavras, não têm valor de reserva, ao contrário das moedas oficiais (Primavera, 2004; Santos e Silva, 2014).

² “Santos e Silva (2014) qualificam mesmo estes princípios de condicionantes para que redes de troca como a Moeda Social detenham de facto um carácter contra-hegemónico e emancipatório (que especificarei adiante). E acrescentam ainda um sexto ligado à “valorização dos saberes e fazeres locais” (p. 228).

³ As moedas complementares são moedas paralelas à oficial, que têm relação de paridade com esta e que detêm mecanismos de câmbio que garantem a sua convertibilidade. Para serem consideradas moedas sociais, devem ser emitidas por instituições democráticas ou circularem de acordo com princípios democráticos. Se tal não acontecer, a moeda mantém o seu carácter complementar, mas não social (França Filho e Rigo, 2021).

⁴ Estas experiências não são, contudo, exclusivas do pós-crise. No caso de Portugal, por exemplo, a primeira experiência, em suporte físico e de base regular, remonta a 2006 (Mercado da Granja do Ulmeiro), havendo mesmo indícios da sua utilização já em 2003 (sistema trocal do Porto), embora em formato virtual e a intervalos irregulares (Santos e Silva, 2014).

^{5a}“Não existe uma definição consensual de ‘empoderamento’, havendo

inclusive autores que o associam maioritariamente a um processo individual, cooptado pelas noções individualistas de progresso (Roso e Romanini, 2014), e que por isso entendem ser preferível falar-se em ‘conscientização’, termo associado a Paulo Freire. No entanto, por uma questão de simplificação conceptual e relação com a segunda parte do trabalho, optei por recorrer à perspetiva tridimensional de Zimmerman (1995), que creio oferecer as bases para se poder entender o empoderamento na sua forma mais completa.

⁶ Zimmerman (1995) distingue ainda três níveis do empoderamento psicológico: intrapessoal, interaccional e comportamental (ver pp. 587-590).

⁷ A propósito da nota de rodapé 5, importa referir que a noção de ‘empoderamento comunitário’ também está associada a tentativas de evitar associar o termo ‘empoderamento’ a um processo meramente individual (Roso e Romanini, 2014).

⁸ Os Bancos Comunitários integram-se nas iniciativas de Finanças Solidárias e a sua ação centra-se em práticas de microcrédito alternativas, na promoção de feiras locais de *prossumidores* (produtores e consumidores, em simultâneo), em ações de capacitação em Economia Solidária e no recurso a uma moeda local (França Filho e Junior, 2009). Estas iniciativas resultam de dinâmicas associativas locais e estão orientadas para a geração e ampliação de riqueza no território. ¹

⁹ Silva e Martínez (2004, citados por Menezes, 2010) qualificam um contexto onde existam oportunidades, normas e valores empoderantes, como contexto empoderador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amaro, R. R. (2003). “Desenvolvimento — um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria”. *Cadernos de Estudos Africanos*, 4, 35–70. <https://doi.org/10.4000/cea.1573>

Amaro, R. (2009). “Desenvolvimento Local”. In Cattani, A. *et al.* . *Dicionário Internacional da Outra Economia*, 108-113. Coimbra: Edições Almedina, SA.

Arnstein, S. R. (1969). “A Ladder Of Citizen Participation”. *Journal of the American Planning Association*, 35(4), 216–224. <https://doi.org/10.1080/01944366908977225>

Breton, M. (1994). “On the meaning of empowerment and empowerment-oriented social work practice”. *Social Work with Groups*, 17(3), 23–37. https://doi.org/10.1300/J009v17n03_03

França Filho, G. (2008). “Considerações sobre um marco teórico-analítico para a experiência dos Bancos Comunitários”. *Gestão Social. Práticas em Debate, Teorias em Construção*, 117-128. Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social, Universidade Federal do Ceará/Campus Cariri.

França Filho, G. e Junior, J. T. S. (2009). “Bancos Comunitários de Desenvolvimento”. In Cattani, A. *et al.* (orgs.). *Dicionário Internacional da Outra Economia*, 31-36. Coimbra:

Edições Almedina, SA. e CES - Universidade de Coimbra.

França Filho, G. e Rigo, A. S. (2021.). “Moedas sociais: contextos, conceitos, potencialidades e desafios”. *Espiral*, 5, 38-51.

Friedmann, J. (1996). *Empowerment: Uma Política de Desenvolvimento Alternativo*. Oeiras: Celta Editora.

Kleba, M. e Wendausen, A. (2009). “Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política”. *Saúde e Sociedade*, 18 (4), 733-743. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902009000400016>

Menezes, I. (2010). *Intervenção comunitária: Uma perspetiva psicológica*, Porto: Legis Editora

Menezes, M. S. e Crocco, M. A. (2009). “Sistemas de moeda local: uma investigação sobre seus potenciais a partir do caso do Banco Bem em Vitória/ ES”. *Economia e Sociedade*, 18(2), 36, 371-398. <https://doi.org/10.1590/S0104-06182009000200006>

Montero, M. (2004). *Introduccion a la psicologia comunitaria: desarrollo, conceptos y procesos*. Buenos Aires: Editorial Paidós.

Pavan, H. e De Souza, B. (2019). “A Experiência da Moeda Social “La Turuta” - Catalunha: Uma Análise de seu Circuito e de seus Impactos no Desenvolvimento Local”. <https://www.researchgate.net/publication/330486545>

Prim, M. A., Aguiar, R. R. S. de e Dandolini, G. A. (2017). “Banco de Palmas: um caminho para o Empoderamento Comunitários através da Inovação Social”. *Produção Em Foco*, 7(1), 64–78. <https://doi.org/10.14521/p2237-5163.2017.0011.0005>

Primavera, H. (2004). “Moneda Social 1”. In Cattani, A. (org.). *La Otra Economía*, 307- 317. Buenos Aires: Editorial Altamira.

Rigo, A. S. e França Filho, G. C. de. (2017). “O paradoxo das Palmas: análise do (des)uso da moeda social no “bairro da economia solidária.” *Cadernos EBAPE.BR*, 15(1), 169–193. <https://doi.org/10.1590/1679-395141258>

Roso, A. e Romanini, M. (2014). “Empoderamento individual, empoderamento comunitário e conscientização: um ensaio teórico”. *Psicologia e Saber Social*, 3(1), 83-95.

Santos, L. L. dos e Silva, B. C. da. (2014). “Mercados de trocas e moedas sociais em Portugal continental: os desafios de uma cultura de emancipação social”. *Otra Economía*, 8 (15), 210-219. <https://doi.org/10.4013/otra.2014.815.08>

Soares, C. (2009). “Moeda Social”. In Cattani, A. et al.. *Dicionário Internacional da Outra Economia*, 255-259. Coimbra: Edições Almedina, SA.

Zelizer, V.A. (2011). *Economic lives: how culture shapes the economy*. New Jersey: Princeton University Press.

Zimmerman, M. A. (1995). “Psychological Empowerment: Issues and Illustrations”. *American Journal of Community Psychology*, 23(5), 581-599.



APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DO INSTITUTO “VOZ POPULAR”¹

Margarida Vale²

¹ Artigo submetido em 20 de Abril de 2024 e aceite, após revisão científica, em 22 de Julho de 2025.

² Margarida Vale é licenciada em Economia, em 2018, pela Faculdade de Economia, da Universidade do Porto, mestra em Gestão e Administração de Empresas (especialização em Estratégia e Empreendedorismo), em 2020, pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais, da Universidade Católica Portuguesa, e titular da Pós-Graduação em Desenvolvimento Comunitário, em 2024, pelo IPPS - Instituto de Políticas Públicas e Sociais, do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, sendo actualmente Mentora Pedagógica na Associação Teach For Portugal e Teaching Assistant de Empreendedorismo Social, na CLSBE - Católica Lisbon School of Business & Economics, da Universidade Católica Portuguesa
sandramargaridavale@gmail.com

PALABRAS CHAVE

ECONOMIA SOCIAL; ECONOMIA SOLIDÁRIA;
DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO;
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

KEYWORDS

SOCIAL ECONOMY; SOLIDARITY ECONOMY;
COMMUNITY DEVELOPMENT;
SUSTAINABLE DEVELOPMENT.

RESUMO

Este artigo analisa o Instituto “Voz Popular”, uma organização de referência para o Desenvolvimento Comunitário e Economia Solidária. Partindo dos conceitos fundamentais dessas abordagens, são estabelecidos critérios de análise para avaliar a eficácia do Instituto “Voz Popular” enquanto promotor de desenvolvimento. De seguida, o Instituto é caracterizado à luz desses critérios, onde se detalham as suas diversas iniciativas comunitárias, numa lógica de Economia Solidária, como a Rádio Comunitária, a Padaria São Rafael e o Banco Comunitário. Por fim, conclui-se que o Instituto “Voz Popular” desempenha um papel determinante, como proposta de Economia Solidária, na promoção de uma abordagem inclusiva e sustentável para o desenvolvimento local da sua região.

ABSTRACT

This article examines Instituto “Voz Popular”, a prominent Community Development and Solidarity Economy organization. Drawing from the foundational concepts of these approaches, the article establishes analytical criteria to assess Instituto “Voz Popular”’s effectiveness as a promoter of Community Development. Subsequently, the Institute is characterized within these criteria, detailing its various community initiatives, from a Solidarity Economy perspective, such as Rádio Comunitária, Padaria São Rafael, and Banco Comunitário. Ultimately, it is concluded that Instituto “Voz Popular” is crucial, as a Solidarity Economy proposal, in promoting an inclusive and sustainable approach to local development in its region.

1. Introdução

A Economia Solidária e o Desenvolvimento Comunitário surgem como alternativas transformadoras aos modelos económicos convencionais, priorizando a solidariedade, a participação e a autonomia das comunidades. Este artigo explora o Instituto “Voz Popular” como um estudo de caso exemplar dessas abordagens.

Inicia-se com uma breve apresentação dos conceitos-chave, incluindo Desenvolvimento Comunitário, Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável, contextualizando assim o quadro teórico que orienta a análise. Em seguida, estabelecem-se critérios de análise baseados nessas teorias, destacando a importância da participação comunitária, autonomia e cooperação, na avaliação de iniciativas como o Instituto “Voz Popular”.

Posteriormente, o Instituto “Voz Popular” é caracterizado, à luz desses critérios, destacando as suas diversas atividades, que promovem a participação ativa da comunidade, a valorização de recursos locais e a cooperação solidária. Ao explorar exemplos concretos, como a Rádio Comunitária, a Padaria Comunitária e o Banco Comunitário, é examinada a capacidade do Instituto em promover uma abordagem integrada para o Desenvolvimento Comunitário.

Por fim, evidencia-se que o Instituto “Voz Popular” demonstra como a Economia Solidária e o Desenvolvimento Comunitário podem ser implementados efetivamente, fortalecendo laços sociais de comunidades, promovendo a inclusão e melhorando a qualidade de vida de todos os que nelas habitam.

Do ponto de vista metodológico, depois de uma pesquisa bibliográfica básica, para situar os principais conceitos,

recorreu-se à gravação da aula da Pós-Graduação em Desenvolvimento Comunitário, em que o Instituto foi apresentado por um dos seus responsáveis, e à consulta de documentos disponíveis na internet e do *site* correspondente¹.

2. Breve apresentação dos conceitos de referência

O Desenvolvimento Comunitário contempla um processo de mudança, centrado numa comunidade (por conseguinte, em proximidade), que visa dar resposta às suas necessidades fundamentais, que se encontram por satisfazer, a partir, preferencial e fundamentalmente, das suas capacidades e recursos. Assim, o Desenvolvimento Comunitário implica uma metodologia e pedagogia de participação e autonomização (empowerment) da comunidade, com o apoio de recursos exógenos de variados tipos, desde que fertilizadores dos endógenos, numa perspetiva integrada e multidimensional, o que exige uma lógica de trabalho em parceria, ou seja, de articulação com instituições e serviços da comunidade, com impacto tendencial em toda a comunidade, e segundo uma grande diversidade de ritmos, lógicas, processos e resultados, em função das características e especificidades de cada comunidade (Amaro, 2023).

O Desenvolvimento Comunitário parte da comunidade, que explora diferentes papéis (Ferreira, 2024):

- O de atenuar as falhas do Estado e do mercado;
- O de resgatar os “Comuns” no território e no imaginário coletivo;
- O de imaginar futuros alternativos, em autonomia e num processo de emancipação;
- O de inovar e (re)inventar práticas;
- O de criar espaços económicos alternativos e plurais;
- O de “democratizar a Democracia”;

- O de democratizar o conhecimento plural.

Quando se afirmou no século XIX, como resposta aos problemas provocados pelas novas realidades do capitalismo e da economia de mercado nascentes, a Economia Social, inicialmente com um grande peso da base operária, cooperativa e mutualista, procurava conjugar três projetos (Amaro, 2016a: 9-10):

- “Um projeto económico, implicando a capacidade de produzir bens ou serviços, de satisfazer necessidades, de (eventualmente) criar empregos, gerar e distribuir rendimentos e/ou poupanças, em dinheiro ou em géneros, e de realizar investimentos, de diversos tipos;
- Um projeto social, pela finalidade de combater as desigualdades sociais e as situações de pobreza, exclusão social e outras formas de desfavorecimento e/ou de marginalização;
- Um projeto político de democracia interna, capaz de conjugar, nas suas organizações, duas das conquistas mais importantes da Modernidade europeia, a Economia e a Democracia, o que as empresas capitalistas não tinham conseguido, nem pretendiam, aplicando um dos princípios mais importantes da Economia Social de base operária (e depois da Economia Solidária), o da Solidariedade Democrática.”

Para Laville e Gaiger (2009: 162), a Economia Solidária é “um conceito com aceções variadas que giram ao redor da ideia de solidariedade, em contraste com o individualismo utilitarista que caracteriza o comportamento económico predominante nas sociedades de mercado. O termo foi cunhado na década de 1990, quando, por iniciativa de cidadãos, produtores e consumidores, despontaram inúmeras atividades económicas, organizadas segundo princípios

de cooperação, autonomia e gestão democrática (...). Essas atividades apresentam em comum a primazia da solidariedade sobre o interesse individual e o ganho material, o que se expressa mediante a socialização dos recursos produtivos e a adoção de critérios igualitários. A solidariedade é promovida entre os membros das iniciativas e expressões da Economia Solidária, que estabelecem entre si um vínculo social de reciprocidade como fundamento das suas relações de cooperação.”

O Desenvolvimento Sustentável ou Sustentabilidade Integrada articula diferentes dimensões (Amaro, 2016b: 105-106):

- A Segurança Económica;
- A Coesão Social;
- A Diversidade Cultural e o Diálogo Intercultural;
- A Preservação e Valorização ou Segurança Ambiental;
- A Coesão Territorial;
- A Aprendizagem Permanente e Capacidade Crítica;
- A Governança Partilhada, Participada, Integrada e Multiterritorial;
- A Nova Ética.

Segundo Amaro (2016b: 108), o conceito de Economia Solidária, como conceito de Economia Alternativa, centra-se nos seguintes princípios basilares: no valor de uso, em detrimento do valor de troca; numa solidariedade sistémica, em detrimento da competição; numa visão multidimensional e substantiva do processo económico, em detrimento de uma visão economicista, desenraizada da sociedade e dos ecossistemas; numa perspetiva ecocêntrica, em detrimento de meramente antropocêntrica.

3. Critérios de análise

Tendo em conta todos estes pensamentos e reflexões, para mim, um bom projeto tem de:

- Ter uma participação comunitária ativa;
- Ser autónomo, mas procurar relações de cooperação com o meio;
- Potenciar os recursos e capacidades endógenos, valorizando-os;
- Criar espaços económicos alternativos, que satisfaçam as necessidades sentidas;
- Promover uma coesão social e territorial;
- Servir-se da e em democracia.

4. Caracterização do Instituto “Voz Popular”, à luz dos critérios de análise selecionados

Assim sendo, considero que o Instituto “Voz Popular” é um projeto que reúne estas características. Este Instituto apresenta diversas iniciativas comunitárias e solidárias: a Rádio Comunitária “Voz Popular”, a Padaria Comunitária “São Rafael”, o Banco Comunitário de Desenvolvimento “Jardim Botânico”, o Telecentro Comunitário, o Cineclube e o Centro Comunitário de Economia Solidária “Paul Israel Singer”.

Todas as iniciativas do Instituto “Voz Popular” demonstram uma participação comunitária ativa. Desde a criação da Rádio Comunitária “Voz Popular”, em 2000, até à formação de grupos produtivos como a Padaria Comunitária “São Rafael” e o Banco Comunitário de Desenvolvimento “Jardim Botânico”, os moradores da Comunidade São Rafael são envolvidos em todas as etapas, desde o planeamento até à implementação.

A comunidade é envolvida, mas também capacitada, por via, por exemplo, do Telecentro Comunitário “Voz Po-

pular”. Aqui, são oferecidos diversos cursos de formação e capacitação:

- Informática Básica com Software Livre (Linux): Atende a diversas faixas etárias, desde crianças até idosos, promovendo o uso de tecnologias livres e acessíveis;
- Rádio Comunitária (Webradio, WebTV): Capacitação em radiodifusão comunitária, aproveitando os recursos *online*, para alcançar um público mais amplo;
- Criação de Websites, Blogs e Redes Sociais: Desenvolvimento de habilidades essenciais para a comunicação e presença *online*;
- Edição de Áudio: Capacitação em ferramentas de edição de áudio, útil para produção de conteúdo para rádio e outras mídias;
- Gestão de Projetos: Capacitação em gestão de projetos, promovendo habilidades de planeamento e organização.

As iniciativas também demonstram um equilíbrio entre autonomia e cooperação com o meio. Embora sejam projetos comunitários autónomos, o Instituto “Voz Popular” procura parcerias estratégicas com organizações governamentais, académicas e da sociedade civil, para fortalecer e expandir as suas atividades.

A título de exemplo, o Telecentro Comunitário “Voz Popular” é uma iniciativa que promove o acesso gratuito à informática e à Internet, utilizando *software* livre na Comunidade São Rafael. O Telecentro recebeu apoio inicial da Fundação Cultural de João Pessoa, da Prefeitura de João Pessoa e do Ministério da Cultura do Governo Federal. Estes recursos foram fundamentais para adquirir os primeiros computadores e iniciar as operações do Telecentro na comunidade. O Telecentro recebeu suporte da Incubadora de Empreendimentos Solidários, da Universidade Federal

da Paraíba (UFPB), e da Secretaria de Ciência e Tecnologia, da Prefeitura Municipal de João Pessoa. Estas parcerias demonstram o envolvimento conjunto, em parceria, de instituições académicas e governamentais, na promoção da inclusão digital e tecnológica.

Outro exemplo de cooperação é a parceria estabelecida com a Incubadora de Empreendimentos Solidários da UFPB, que foi fundamental para o crescimento e fortalecimento da Padaria Comunitária São Rafael. Esta parceria permitiu a aquisição de equipamentos, que conseguiram melhorar as operações da padaria.

O Instituto “Voz Popular” valoriza e potencializa os recursos endógenos da Comunidade São Rafael, como a mão de obra local, habilidades artísticas, conhecimentos tradicionais e empreendedorismo comunitário. Isso é evidente na criação de iniciativas como a Padaria Comunitária, o Banco Comunitário e o Cineclube, que utilizam os recursos comunitários para promover o desenvolvimento local.

O Cineclube prioriza a exibição de filmes e documentários da produção cinematográfica brasileira, incluindo produções independentes e regionais. Isso destaca o compromisso em valorizar e promover a diversidade cultural e artística do Brasil. As sessões do Cineclube ocorrem uma vez por mês, nas ruas da Comunidade São Rafael. Este formato ao ar livre parece proporcionar uma experiência única de cinema comunitário, permitindo que os moradores desfrutem de entretenimento cultural, no seu próprio bairro.

À data, este Instituto tem diversos planos ao nível da energia limpa, para uso na comunidade, com a instalação de uma usina fotovoltaica, a criação de uma cooperativa de crédito de energia solar solidária, a criação do fundo de créditos solar solidário, a construção de um biodigestor de

esgoto humano, captação de águas da chuva e a construção de um compostor comunitário. Isto representa muito bem o espírito empreendedor da comunidade, bem como o respeito e valorização do meio ambiente.

As atividades do Instituto, como a Padaria, o Banco Comunitário e os cursos oferecidos pelo Telecentro, representam a criação de espaços económicos alternativos, que satisfazem as necessidades locais de emprego, rendimento e desenvolvimento económico.

A Padaria Comunitária São Rafael é focada na promoção da Economia Solidária e no Desenvolvimento Comunitário sustentável. A padaria visa, não apenas a obtenção de rendimentos para os moradores da Comunidade São Rafael, mas também demonstrar que é possível promover o desenvolvimento económico dentro da própria comunidade, sem a necessidade de migrar para outras áreas urbanas.

Inspirado na experiência pioneira do Banco Palmas em Fortaleza, o Banco Comunitário de Desenvolvimento “Jardim Botânico” é parte de um movimento mais amplo de bancos comunitários no Brasil. O Banco Comunitário de Desenvolvimento “Jardim Botânico” é uma iniciativa importante para promover o desenvolvimento económico e social da Comunidade São Rafael, utilizando uma abordagem baseada na Economia Solidária e na participação comunitária. O Banco Comunitário opera como uma rede solidária e associativa, sendo propriedade e gerido pela própria comunidade. Isso garante que as decisões e ações do banco estejam alinhadas com as necessidades e prioridades locais. O Banco Comunitário introduziu uma moeda social chamada “Orquídea”, que foi lançada oficialmente durante um evento importante da comunidade. O uso de uma moeda local promove o fortalecimento da economia local e a circulação

de recursos dentro da comunidade. A “face” destas moedas representam figuras, objetos ou acontecimentos ilustres para a Comunidade, fortalecendo a sua identidade cultural e o conhecimento da comunidade sobre as suas raízes.

Todas as iniciativas do Instituto “Voz Popular” contribuem significativamente, como pudemos ver através dos inúmeros exemplos enunciados, para promover a coesão social e territorial na Comunidade São Rafael. Através da participação ativa dos moradores em projetos comuns, estas atividades fortalecem os laços comunitários e promovem um sentimento de pertença e identidade.

Por fim, o Instituto “Voz Popular” opera de maneira democrática, envolvendo os membros da comunidade na tomada de decisões e na gestão das iniciativas. Além disso, as suas atividades visam servir a comunidade como um todo, promovendo o desenvolvimento coletivo e a melhoria da qualidade de vida dos moradores.

5. Conclusão

Em suma, o Instituto “Voz Popular” representa um exemplo notável de Desenvolvimento Comunitário e Economia Solidária, reunindo uma variedade de iniciativas que atendem às necessidades da Comunidade São Rafael, de forma participativa e inclusiva. As atividades do Instituto demonstram uma participação comunitária ativa, capacitando os moradores e fortalecendo os laços sociais. Ao mesmo tempo, procura parcerias estratégicas com organizações governamentais e académicas, para ampliar o seu impacto.

Além disso, as atividades do Instituto “Voz Popular” contribuem para a coesão social e territorial, ao fortalecerem os laços comunitários e promoverem um sentido de pertença e identidade. Operando de maneira democrática, envolvendo os membros da comunidade na tomada de decisões e na gestão das iniciativas, o Instituto promove uma visão de desenvolvimento que serve toda a comunidade, melhorando a qualidade de vida dos moradores de São Rafael.

Dessa forma, o Instituto “Voz Popular” destaca-se como um modelo inspirador de como a Economia Solidária e o Desenvolvimento Comunitário podem ser implementados de forma eficaz e transformadora, promovendo uma abordagem inclusiva e sustentável para o desenvolvimento local.

NOTAS

¹ <https://institutovozpopular.webnode.page/>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ferreira, B. (2024). Capítulo 6 - *Principais relações e interações entre o Desenvolvimento Comunitário e a Economia Solidária*. [PowerPoint de apoio à disciplina de Seminário I - Economia Solidária e Debates Concetuais, lecionada no IPPS/ISCTE-IUL].

Amaro, R. R. (2016a). “Nota Editorial”. *Revista de Economia Solidária*, 10, pp. 8-17. https://base.socioeco.org/docs/miolo_res_10.pdf

Amaro, R. R. (2016b). “A sustentabilidade das organizações de economia solidária - Proposta de conceptualização e de avaliação”. *Revista de Economia Solidária*, 10, pp. 98-123. https://base.socioeco.org/docs/miolo_res_10.pdf

Laville, J.-L. e Gaiger, L. I. (2009). “Economia solidária”. In Cattani, A. *et al. Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Almedina e CES - Universidade de Coimbra.

BIBLIOGRAFIA NÃO PUBLICADA

Amaro, R. R. (2023). Capítulo 1 - “Desenvolvimento Comunitário ou Desenvolvimento Local?” (capítulo, na preparação de um novo livro sobre os Caminhos do Desenvolvimento Comunitário em Portugal).



COOPERATIVA “LARGO RESIDÊNCIAS” - UMA EXPERIÊNCIA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO/LOCAL¹

Ângela Noiva²

¹ Artigo submetido em 27 de Maio de 2025 e aceite, após revisão científica, em 21 de Julho de 2025.

² Ângela Noiva é licenciada em Política Social, pelo ISCSP - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, da Universidade de Lisboa (1989) e titular da Pós-Graduação em Sociologia, pela mesma instituição (1993), e da Pós-Graduação em Economia Social e Solidária, pelo IPPS - Instituto de Políticas Públicas e Sociais, do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa (2025). É actualmente Subdirectora-Geral do Ensino Superior, em Portugal
angela.noiva.goncalves@gmail.com

PALAVRAS CHAVE

ECONOMIA SOLIDÁRIA;
DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO/LOCAL;
O ESPAÇO/TERRITÓRIO;
USO DE BENS COMUNS URBANOS;
TERCEIROS LUGARES.

KEYWORDS

SOLIDARITY ECONOMY;
COMMUNITY/LOCAL DEVELOPMENT;
SPACE/TERRITORY;
USE OF URBAN COMMONS;
THIRD PLACES.

RESUMO

Tendo por motivação inicial uma aula ministrada por Marta Silva, presidente da Direção da Cooperativa “Largo Residências”, o presente artigo analisa as atividades da Cooperativa no desenvolvimento territorial dos espaços onde atua, presentemente nos Jardins do Bombarda, em Lisboa, destacando o seu papel inovador na interseção entre a Economia Solidária e o Desenvolvimento Comunitário/Local. Tendo por objetivo a promoção da inclusão social e da coesão territorial, por meio de atividades de cultura, a Cooperativa atua diretamente nas comunidades, “na Rua”, promovendo a capacitação dos mais vulneráveis e a participação ativa e democrática, na gestão do uso de espaços públicos devolutos, na perspetiva dos “Baldios Urbanos”. Apoiando-se em práticas de economia plurais autossustentáveis, em redes de colaboração territorial e numa estratégia política de defesa do direito à cidade, integra ainda plenamente o princípio económico da reciprocidade, apontando um modelo alternativo ao paradigma neoliberal.

ABSTRACT

Based on a lecture given by Marta Silva, president of the board of the "Largo Residências" Cooperative, this article analyses the Cooperative's activities in the territorial development of the spaces where it operates, currently in the Bombarda Gardens in Lisbon, highlighting its innovative role at the intersection between the Solidarity Economy and Community/Local Development. With the aim of promoting social inclusion and territorial cohesion through cultural activities, the Cooperative works directly in the communities, "on the street", promoting the empowerment of the most vulnerable and active, democratic participation in the co-management of the use of vacant public spaces, from the perspective of "urban wasteland". Based on self-sustaining plural economic practices, territorial collaboration networks and a political strategy in defence of the right to the city, it also fully integrates the economic principle of reciprocity, pointing to an alternative model to the neoliberal paradigm.

«Las ciudades son organismos que han vivido siglos. Si excaváramos en su suelo encontraríamos sobre puestas calles, casas, teatros, circos y edificios públicos. Si profundizáramos en su historia, veríamos como la civilización de la ciudad, su industria, su genio, han crecido y madurado lentamente por acción de todos sus habitantes antes de llegar a ser el que son. Y todavía hoy, el valor de cada casa, de cada taller, de cada almacén, sólo es producto del trabajo acumulado de millones de trabajadores sepultados bajo tierra y no se mantiene sino por el esfuerzo de las legiones de hombres que habitan aquel punto del globo (...). ¿Quién tiene derecho a apropiarse de la más pequeña parte de este terreno, o el último de los edificios, sin cometer una manifiesta injusticia? ¿Quién tiene derecho a vender a quién sea la menor parcela del patrimonio común?»

(Piotr Kropotkin, La conquista del pan, 1892, citado em Acedo, 2018, pág. 40)

1. Introdução

Este artigo resulta dos contactos estabelecidos com Marta Silva, a presidente da Direção da Cooperativa “Largo Residências”, aquando de uma aula de apresentação do seu percurso e das suas actividades, no âmbito da Pós-Graduação em Economia Social e Solidária, do IPPS - Instituto de Políticas Públicas e Sociais, do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, e do consequente desafio, para uma análise fundamentada da sua identidade como organização de Economia Solidária e promotora de Desenvolvimento Comunitário. Procurando responder a esse desafio, diligenciou-se para conhecer melhor as suas dinâmicas, através

de uma visita aos seus espaços e da leitura de vários documentos e testemunhos das suas actividades. Todas as frases indicadas são da autoria de Marta Silva, retiradas da gravação da aula referida.

Dessas pesquisas, assentes em observação não participante e recolha documental (incluindo a gravação da aula e da apresentação de Marta Silva), resultou este artigo, que, para além desta Introdução, contém mais três pontos.

No segundo, procede-se a uma muito breve apresentação da Cooperativa, nos seus traços essenciais.

No terceiro, analisam-se as suas características, como organização de Economia Solidária e promotora de Desenvolvimento Comunitário, nos seus territórios de referência, partindo da clarificação dos conceitos correspondentes.

No último ponto, apresentam-se algumas reflexões finais, à guisa de síntese.

2. A Cooperativa cultural e social “Largo Residências” - uma breve apresentação

A cooperativa “Sou Largo” CRL - **Largo Residências** tem como **Missão** o desenvolvimento local, através de actividades culturais e de economia social e solidária, que promovam a criação artística, o envolvimento e a inclusão social, de maneira autossustentável.

Tem por **Objetivo** a promoção de actividades de criação, programação, formação e investigação em várias áreas do sector cultural e criativo, nomeadamente: a promoção de projetos culturais participativos e/ou comunitários, tendo como públicos prioritários as populações em situações de vulnerabilidade, contribuindo para a inclusão e a coesão social do território onde atua; o desenvolvimento de ativi-

dades da economia solidária, que contribuam para a sustentabilidade social e económica da Cooperativa e para a promoção da economia e empregabilidade locais; a participação na criação de redes de colaboração territorial e programas de desenvolvimento de base local, com entidades multisectoriais¹.

Desde 2024 que desenvolve as suas atividades no espaço exterior do antigo Hospital Miguel Bombarda, onde criou o Centro Cultural e Comunitário Jardins do Bombarda, tendo passado entre 2011 e 2022, pelo Largo do Intendente, e, de outubro de 2022 a outubro de 2023, pelo Quartel do Largo do Cabeço de Bola, sempre na freguesia de Arroios, Lisboa.

Nos **Jardins do Bombarda** oferece espaços com os seguintes usos e serviços: jardins e zonas de estar e lazer; espaços de trabalho; restaurante/bar; acolhimento de atividades culturais; residências artísticas e sociais, com alojamento; espetáculos; promove a cultura, a inclusão social e a participação num ecossistema territorial, intergeracional e multicultural; fomenta a empregabilidade através de espaços de trabalho permanente, que acolhem inúmeros projetos socioculturais e inúmeros trabalhadores; promove a circulação de pessoas, bens e serviços, que dinamizam a economia local.

Reconhece-se nos valores da “Cidadania, Sustentabilidade, Criatividade, Comunidade, Multiculturalidade, Inclusão Social, Ecologia, Justiça Social, Acessibilidade, Regeneração Urbana, Solidariedade, Bem-Estar, Felicidade e Amor”. (*Página eletrónica da “Largo Residências”*: <https://largoresidencias.com/>)

3. A presença de Economia Solidária e de Desenvolvimento Comunitário/Local na Cooperativa Largo Residências – aspetos mais interessantes e inovadores

Um aspeto preponderante da apresentação de Marta Silva, ao descrever o caminho percorrido desde 2011, foi a temática do *espaço/território*.

Atualmente nos “Jardins do Bombarda”, que se trata de um espaço privilegiado, numa zona relativamente central da cidade de Lisboa, que estava abandonado, desde que o Hospital Psiquiátrico Miguel Bombarda fechou definitivamente, em 14 de fevereiro de 2012, e que a Cooperativa “devolveu” e “oferece” à Comunidade, no espaço maior da cidade de Lisboa.

Para além das peripécias e estratégias relatadas com vista à “angariação” de um espaço para exercerem as suas atividades, o que pretendemos realçar é a sua importância determinante. De facto, se até um determinado patamar concetual do desenvolvimento, a questão do espaço (território) era uma variável abstrata, a partir da reconstrução pós II Guerra Mundial percebe-se que o mesmo deve ser valorizado e tido em conta como variável concreta.

Esta não neutralidade do espaço, tão visível nas inúmeras iniciativas levadas a cabo pela “Largo Residências”², conduz-nos a práticas de desenvolvimento comunitário, de base indutiva, de que destacamos do **relato de Marta Silva**: a participação e o envolvimento ativo com a comunidade (e não para a comunidade³), numa visão integrada das várias dimensões da vida, incluindo a capacitação e autonomização⁴; a articulação com a administração pública, central e local, nomeadamente da cultura e do urbanismo; a flexibilidade constante, na adaptação aos diferentes te-

territórios onde se localiza, procurando um relacionamento o mais próximo possível⁵; a aprendizagem e avaliação contínuas, sempre com um sentido de enraizamento na comunidade (ESTAR NA RUA e não no gabinete), na dor, na alegria, no reconhecimento do próximo⁶; a multiplicidade de competências (técnicas, relacionais e éticas) tão visíveis em Marta Silva⁷.

Ou seja, o desenvolvimento comunitário e a procura do bem-estar e do bem-viver, a acontecer num território inserido, na imensidão da cidade de Lisboa⁸.

Como refere Rogério Roque Amaro: “É essa íntima relação com o seu território de referência e com as comunidades que lá vivem ou trabalham ou que por lá passam, que faz da LARGO uma organização profundamente enraizada, dando contributos notáveis para a construção ou reconstrução das identidades locais e para a animação do espaço público, tornado “espaço comunitário” ou, como costumam designar, “terceiro lugar”, com usos comunitários, entre o público e o privado. Na verdade, co-construindo “baldios urbanos” (...).” (Amaro, 2025: 227)⁹.

Este aspeto prende-se com o tema dos Comuns¹⁰ e a sua ligação ao Desenvolvimento Comunitário e aos valores da Economia Solidária¹¹, cuja ênfase é colocada na gestão e na utilização de recursos comuns e não tanto na sua posse e que neste projeto aparece revigorada¹².

Foi com os estudos da economista Elinor Ostrom¹³ que, em 1999, foi retomado o debate sobre os Comuns: “*Ostrom has analyzed how self-organized communities could produce collective rules around shared and scarce resources for efficient and sustainable management.*” (Eynaud and Laville, 2017: 16); esta autora demonstrou que um conjunto

de comunidades, em diversas geografias, conseguia gerir de forma eficiente os bens comuns, baseadas em processos e valores cooperativos definidos, aceites e praticados por todos, de forma coletiva, colocando em causa o tradicional dualismo da gestão privada/pública e abrindo a porta a um terceiro modelo.

“É nesta encruzilhada que a redescoberta dos Comuns abre um outro caminho e modelo de futuro, que aponta para uma Governança Partilhada e Participativa (sobretudo a nível local), como alternativa aos modelos exauridos do século XX, com novas formas de propriedade, utilização e gestão comunitárias a assumirem um novo protagonismo”. (Amaro, R. R., 2018: 9).

Estes Comuns, atualmente, não se reduzem aos tradicionais recursos naturais (pastagens, florestas, pontos de água), mas aos novos Comuns, designadamente “*cultural commons, medical and health commons, neighborhood commons, infrastructure commons, global commons, and urban commons.*” (Eynaud and Laville, 2017: 19). Ou como apelida Rogério Roque Amaro: “os Comuns imateriais (...) “o conhecimento, em geral”, o “conhecimento dos mais velhos”, a “cultura”, os “saberes e valores dos imigrantes”, o “*software* informático”, entre outros” (Amaro, 2018: 9).

Prosseguindo ainda com Philippe Eynaud e Adrien Laurent, sobre os pontos de contacto entre os Comuns e a Economia Solidária, relacionando-os com os estudos de Ostrom (versus Hardin): “*Pour les théoriciens de l’économie solidaire, l’enjeu est identique. Ils voient dans les organisations de la société civile les acteurs intermédiaires indispensables (hors Etat et hors marché) pour favoriser le développement d’une économie plurielle dont la vocation est la démocratisation de l’économie.*” (Eynaud et Laurent, 2018: 14).

Neste contexto, o que prevalece é a diversidade institucional, através das formas híbridas da economia, a diversidade das partes e o coletivo heterogéneo de atores : “*Enfin, les organisations de l’économie solidaire reposent sur une diversité de financements publics, marchands et volontaires qui leur permet de pratiquer une hybridation de leurs ressources.*” (Eynaoud et Laurent, 2018: 19).

Estas reflexões fazem-nos entrar em um outro aspeto bastante inovador da Cooperativa “Largo Residências”, que é o seu financiamento e a proximidade aos princípios acima expostos.

Com efeito, da descrição de Marta Silva¹⁴ e da consulta à respetiva página eletrónica, encontramos uma multiplicidade de projetos, inerentes a uma cooperativa do ramo cultural, nomeadamente: culturais, sociais, territoriais e económicos, materializados em exposições, espetáculos, cinema, concertos, festivais, *workshops*, conferências, espaços de trabalho, residências artísticas, etc. etc.

Ancoradas no projeto cultural, a sua matriz original, foram relatadas atividades de apoio social de base solidária e não assistencialista (como por exemplo o apoio a pessoas marginalizadas das comunidades, onde tem atuado, designadamente “trabalhadoras do sexo” e pessoas sem abrigo) e ainda atividades educativas e formativas (antes de serem cooperativa); foi transmitido um sentimento de forte enraizamento territorial, em todos os espaços de atuação ocupados (Intendente – onze anos, Quartel - um ano e Bombarda – desde há quase dois anos), numa lógica de intervenção comunitária já abordada em cima; ao utilizarem espaços públicos devolutos e em mau estado de conservação, contribuem para o seu usufruto pela comunidade, “oferecem-nos” à cidade e aos seus habitantes (incluindo a vizinhança

próxima, com quem reúnem frequentemente), “retirando-os” da especulação capitalista imobiliária, “através da co-utilização e da co-gestão alternativa”¹⁵ e em articulação com entidades da sociedade civil.

Embora não referido explicitamente por Marta Silva, Rogério Roque Amaro adiciona (com toda a propriedade, obviamente) ao percurso da Cooperativa (antes Associação) a dimensão cognitiva, por via de um conjunto de registos documentais (escritos e audiovisuais) de descrição e sistematização das atividades desenvolvidas e do cruzamento da ação cultural de inúmeras entidades com a comunidade local, com o fito da investigação-ação, “em que se faz para aprender e se aprende para fazer.” (Amaro, 2025: 229).

No que diz respeito ao projeto político, reproduz-se a afirmação de Marta Silva de que “*a rua é o lugar mais democrático que existe; o trabalho na rua é por excelência o contexto ideal de parceria e relação*”, demonstrando uma estratégia direta e política de cidadania e ainda o mote “Tomando as Ruas, Rompemos o Silêncio” utilizado em manifestações reivindicativas, relativas a políticas para a cidade¹⁶.

Trata-se de intervenção política, relativa ao direito à cidade, ao problema da privatização desenfreada dos espaços, incluindo os públicos, e da relação que pretendem que a Cultura tenha na construção coesa das cidades¹⁷. Também neste âmbito, realça-se a passagem do modelo de Associação para o modelo de Cooperativa, implicando desde logo uma obrigação maior de envolvimento dos cooperadores, na vida e nos órgãos sociais, sem descurar o ecossistema e a comunidade em que se integra.

Conforme afirmado por Rogério Roque Amaro: “as decisões de gestão interna envolvem normalmente toda a direção e a assembleia geral, mobilizando também frequen-

temente os/as trabalhadores/as (mesmo quando não são cooperadores/as), enquanto que as decisões relativas ao conjunto do ecossistema e às dinâmicas no espaço público e no território à volta, quer no Largo do Intendente, quer depois no Quartel do Largo do Cabeço da Bola, quer agora nos “Jardins do Bombarda”, são alargadas à participação das entidades parceiras e da Comunidade envolvente.” (Amaro, 2015: 237).

Quanto ao projeto económico¹⁸, foi referido amiúde o propósito de manterem a máxima autonomia financeira, através de geração de receitas próprias (que, no limite, dessem cobertura às despesas com recursos humanos)¹⁹. As receitas próprias advêm do aluguer de espaços para alojamento e atividades culturais e artísticas, de um bar e um restaurante e de uma loja.

A pluralidade das vias económicas, através de receitas de mercado²⁰ e de recursos públicos²¹, enquanto mobilizadores de práticas de economia solidária (a reciprocidade²², como princípio basilar desta economia, aliada a princípios políticos democráticos, permite manter uma dinâmica participativa e a margem de manobra essencial, na relação com poderes públicos) coloca a Cooperativa num modelo económico alternativo ao paradigma neoliberal²³.

Prosseguindo com Rogério Roque Amaro: “Ao assumir um projeto económico plural, a LARGO promove e pratica uma das conjugações mais importantes do conceito e das práticas da Economia Solidária – a dos três princípios económicos, mas subordinados ao que define a sua identidade, o de Reciprocidade.” (Amaro, 2025: 233).

4. Algumas reflexões finais

Em resumo, a Cooperativa Largo Residências tem práticas de economia substantiva, na senda de Polanyi, dado que encastra as relações económicas na sociedade, ao integrar as dimensões acima referidas²⁴, o que lhe permite alavancar projetos culturais também substantivos, de ação social não assistencialista, territoriais, democráticos e plurais²⁵. Rogério Roque Amaro confere-lhe o estatuto de “uma Cooperativa Integral, e não apenas Multisectorial, uma vez que, operando, é certo, em vários sectores, o faz de uma forma integrada e sistémica” (Amaro, 2025: 231).

Para além disso, “(...) é um exemplo de um Comum no seu funcionamento e dinâmica e no ecossistema que enquadra, na medida em que se assume como uma co-atividade e um “agir comum”, envolvendo os parceiros e a Comunidade.” (Amaro, 2025: 242).

Do que foi dito, resulta um alinhamento com os princípios e valores da Economia Solidária²⁶, ressaltando um projeto alternativo e de inovação constante, que cria e experimenta instrumentos e conceitos de gestão. Este projeto também poderá ajudar a compreender em que medida um bem comum urbano pode ser o veículo para o desenvolvimento de uma rede de economia solidária num território local.

Resta manter a utopia de que não enviesará para caminhos de empresarialização.

NOTAS

¹ A Largo Residências tem o reconhecimento da União Europeia como um exemplo de vanguarda, na forma como usa a arte no estabelecimento de parcerias criativas com outros sectores da sociedade e na forma como define o seu estilo de residências artísticas, abertas à comunidade; em 2019 integrou o ranking das cinco maiores cooperativas do ramo da Cultura, contribuindo para a respetiva criação, com distinção da CASES; em 2021, foi distinguida com o Prémio da Acesso Cultura, na categoria da Acessibilidade; parte das atividades culturais e artísticas que desenvolve têm o apoio do Município de Lisboa, da Direção-Geral das Artes, da Fundação Calouste Gulbenkian e da Fundação La Caixa. Em junho de 2023 obteve um voto de louvor por parte do Município de Lisboa, pelo “trabalho cultural e desenvolvimento local” realizado com “vantagens para os territórios e para as suas populações”

² A própria escolha do nome (LARGO) sempre como referência ao Largo do Intendente, onde “a utopia começou”

³ “Não era um iluminado que lá chegava e dizia o que se devia fazer, a comunidade é que tinha que se envolver”

⁴ “Não existe a perspetiva do nós e o eles; isso é eternamente assistencialista; se queremos entender uma trabalhadora do sexo, uma mãe solteira, um imigrante, então eles têm de fazer parte do grupo”

⁵ “Transformámo-nos em Cooperativa após dois anos a trabalhar na rua, a conhecer muito bem a comunidade, cada pessoa de per si, a vizinhança, as coletividades existentes há largos anos, a associação do Bangladesh que já lá estava, os vizinhos proprietários – uma panóplia urbana todos eles à margem de qualquer coisa”

⁶ “O bairro do Intendente era super intergeracional – novos, velhos, sozinhos ou não, famílias monoparentais, casais novos, etc. etc. e era a *dark zone* da cidade, com muitas feridas; o grupo trabalha com as pessoas, não em função do que fazem ou estão, mas em função do que são”.

⁷ Esta multiplicidade de dimensões alargou o conceito de desenvolvimento comunitário inicial de base tridimensional (vertentes económica, social e cultural) e da mera parceria entre as populações e os poderes públicos

⁸ Maité Juan descreve uma experiência similar sobre o Ateneo Popular Nou Barris, em Barcelona (Juan, 2017: 56-75)

⁹ Esta perspetiva já tinha sido iniciada quando estavam no Intendente, em que um conjunto de vizinhos, todos com profissões diferentes, se juntaram para pensar o seu “bairro”, o espaço público, conjuntamente (relatado por Marta Silva).

¹⁰ Trata-se de bens pertencentes a uma comunidade (Baldios), geridos coletivamente, por “Assembleias de Compartes”, muito frequentes no Norte e Centro de Portugal até meados do século XX, tendo subsistido muito residualmente, dado que foram “apropriados” por interesses capitalistas ou pelo próprio Estado. A tese de Garrett Hardin, “Tragédia dos Comuns”, celebrou-se pelo facto de defender a ineficiência da propriedade e da gestão comunitárias, as quais levariam ao fim ou à destruição dos recursos comuns, em favor da sua privatização ou nacionalização, reduzindo a análise à dicotomia prevalecente no século XX: mercado ou Estado; capitalismo ou socialismo. (Amaro, R. R., 2017: 9).

¹¹ Para aprofundamento teórico desta ligação veja-se Eynaud and Laville (2017: 12-29).

¹² Para Marta Silva “ter a perspetiva dos Comuns é sinal de que 1 + 1 é mais do que 2!”.

¹³ Primeira mulher Nobel da Economia, em 2009, por via da sua investigação sobre este tema.

¹⁴ “Pretendemos utilizar a arte nos processos de mudança e aprendizagem: é a perspetiva da filosofia artística, que serve para aprender seja o que for: português, matemática, etc., e para nos encontramos com a vida”

¹⁵ Rogério Roque Amaro integra-os no conceito de “Terceiros Lugares” (Amaro, 2025: 228)

¹⁶ A primeira ocorreu em 30 de setembro de 2023, na Avenida Almirante Reis, a reclamar por mais habitação, mas também por espaços para estar e trabalhar (Silva e Costa, 2025: 16).

¹⁷ Nas palavras de Marta Silva, “a cooperativa começou a responder a outras metas, não só habitação, mas também a opinar sobre a tipologia do território, que ainda está por definir; nos territórios não contam somente as casas para viver, mas também o direito aos passeios, à rua, à cultura; as pessoas que vivem nos territórios é que melhor podem falar sobre o que lhes faz falta; a cooperativa tem grupos de trabalho coletivos, de acordo com cada *expertise*; sentimos que as políticas públicas não souberam responder àquilo que a cooperativa faz”.

¹⁸ Para detalhes sobre o projeto económico veja-se Amaro (2025: 231-235

¹⁹ Trata-se de uma característica fundamental da Economia Solidária, por oposição, por exemplo, à Economia Social, em que a dimensão económica não existe ou é descurada ou mimetiza as organizações do Estado ou as empresas (isomorfismo institucional).

²⁰ Venda de bens e serviços (bar e restaurante, alojamento para turismo (2/3), loja, aluguer de espaços individuais e coletivos para atividades artísticas e culturais).

²¹ Programas vários de apoio financeiro (BIP-ZIP, CML, DG Artes, IEFP), mobilizando o princípio da Redistribuição - um Estado Central e Local que tributa primeiro, para, a seguir, redistribuir, com o fito da justiça social, cultural, territorial ou ambiental.

²² Assente no trabalho voluntário, como pilar existencial, mas também de prestação de serviços gratuitos a quem mais necessita (1/3 das unidades de alojamento são gratuitas para residências artísticas e pessoas com dificuldades económicas, nomeadamente refugiados) e de partilha e ajuda mútua a outros coletivos, a atuar no mesmo espaço

²³ Foi ainda relatado por Marta Silva (para fazer face a despesas de instalação nos “Jardins do Bombarda” e dado terem um tempo diminuto - no Intendente e no Quartel tinham tido tempo suficiente para angariar verbas), o lançamento de uma campanha para “Investidores Sociais” (não de empreendedores sociais), na base de um contrato de mútuo (com definição de duração e juros), celebrado com entidades e pessoas com capacidade de se envolverem no espaço e de o usar, não lhes sendo, contudo, conferido direito a voto na Cooperativa; nas suas palavras: “não eram proprietários; era dos Comuns”.

²⁴ A dimensão ambiental não foi acentuada por Marta Silva, parecendo menos proeminente (não significa inexistente); a dimensão ética é também uma preocupação, de que é exemplo a transparências nas contas.

²⁵ Sabemos que, muitas vezes, a economia de mercado, com a sua visão única do lucro, destrói estes projetos em vez de os escorar e apoiar.

²⁶ Surge a partir de 1980, em geografias e culturas distintas, nomeadamente na América Latina (de base mais popular), na Europa (essencialmente latina e numa base mais erudita) e na Macaronésia, tentando dar resposta aos amplos problemas económicos, sociais, ambientais, culturais, territoriais, políticos, cognitivos, tecnológicos e éticos, que desde finais do século XX, colocam em causa a sustentabilidade e a dignidade da vida na Terra; é uma resposta às crises dos sistemas capitalistas dos últimos 50 anos e dos seus Estados-Providência e à crise dos Estados Socialistas; tenta colmatar as falhas económicas, sociais e democráticas da Economia Social. As três correntes surgem praticamente em simultâneo. (Amaro, 2025: 222).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Acedo, I. M. i (2018). “Commons & Coops. Hacia el autogobierno del común”. *Revista de Economía Solidária*, n.º 12. ACEESA - Associação Centro de Estudos de Economia Solidária do Atlântico, pp. 38-67.

Amaro, R. R. (2017). “Nota Editorial”. *Revista de Economía Solidária*, n.º 11. ACEESA - Associação Centro de Estudos de Economia Solidária do Atlântico, pp. 9-11.

Amaro, R. R. (2018). “Nota Editorial”. *Revista de Economía Solidária*, n.º 12. ACEESA - Associação Centro de Estudos de Economia Solidária do Atlântico, pp. 7-11.

Amaro, R. R. (2025). “Uma Experiência de Economia Solidária, A Economia do Futuro”. In Silva, M. e Costa, J. L. (Coordenação Editorial) – *Tomando as ruas, rompemos o silêncio*. Lisboa: Largo Residências.

Eynaud, P. et Laurent, A. (2018). “Articuler communs et économie solidaire: une question de gouvernance?”. *Revista de Economía Solidária*, n.º 12. ACEESA - Associação Centro de Estudos de Economia Solidária do Atlântico, pp. 12-37.

Eynaud, P. and Laville, J.-L. (2017). “Joining the commons with social and solidarity economy research: Towards the renewal of critical thinking and emancipation”. *Revista de Economía Solidária*, n.º 11. ACEESA - Associação Centro de Estudos de Economia Solidária do Atlântico, pp. 12-29.

Juan, M. (2017). “Communs culturels, espaces publics alternatifs et économie solidaire. Revisiter Polanyi au prisme des institutions culturelles citoyennes”. *Revista de Economía Solidária*, n.º 11. ACEESA - Associação Centro de Estudos de Economia Solidária do Atlântico, pp. 56-75.

Silva, M. e Costa, J. L. (Coordenação Editorial) (2025). *Tomando as ruas, rompemos o silêncio*. Lisboa: Largo Residências, 1ª edição.

Páginas eletrónicas:

<https://largo-residencias.com/>



GRUPOS COMUNITÁRIOS DE LISBOA - CAMINHOS ‘COMUNS’ PARA UMA CO-GESTÃO DEMOCRÁTICA DA CIDADE¹

Rogério Roque Amaro² | Bárbara Ferreira³

¹ Por opção do autor e da autora, este artigo está escrito não respeitando as regras do Novo Acordo Ortográfico.

Foi publicada uma versão mais comprimida e com algumas alterações, em inglês, em: Amaro, R. R. and Ferreira, B. (2024). “Community Groups in Lisbon - ‘Common’ paths to democratic co-management in the City” in Esteves, A. M. et al. (eds.). Solidarity Economy - Alternative Spaces, Power and Politics. New York and London: Routledge, pp. 190-205.

² Professor Associado Jubilado do Departamento de Economia Política, da Escola de Ciências Sociais e Humanas, do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa
rogerio.amaro@iscte-iul.pt.

³ Doutoranda em Sociologia Económica, no ISEG - Universidade de Lisboa e docente convidada do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, Professora Auxiliar Convidada no IPPS - Instituto de Políticas Públicas e Sociais, do ISCTE-IUL
bmfas1@iscte-iul.pt.

PALAVRAS CHAVE

GRUPO COMUNITÁRIO;
DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO;
GOVERNANÇA LOCAL PARTILHADA E PARTICIPATIVA;
COMUNS.

KEYWORDS

COMMUNITY GROUP;
COMMUNITY DEVELOPMENT;
SHARED AND PARTICIPATORY LOCAL GOVERNANCE;
COMMONS.

RESUMO

Neste artigo, o autor e a autora apresentam, a partir das suas experiências, vivências e reflexões com os 26 Grupos Comunitários da Área Metropolitana de Lisboa, alguns aspectos da sua história e as suas principais características, acções conjuntas e conquistas, procurando abordá-los, enquanto expressões práticas dos conceitos de Desenvolvimento Comunitário e de Governança Local Partilhada e Participativa, ou seja, de co-gestão da Cidade, a partir de dinâmicas participativas, ao nível de bairros. Procuram também apresentar as suas lógicas, enquanto experiências de um Comum imaterial urbano, ou seja, uma espécie de “Baldio” imaterial urbano, no quadro do regresso do tema e da importância dos Comuns.

ABSTRACT

In this article, the authors present, based on their experiences and reflections with the 26 Community Groups of the Lisbon Metropolitan Area, some aspects of their history and their main characteristics, joint actions and achievements, seeking to approach them as practical expressions of the concepts of Community Development and Shared and Participatory Local Governance, that is, of co-management of the City, based on participatory dynamics, At the level of neighbourhoods. They also seek to present their logics as experiences of an immaterial urban Commons, i.e. a kind of immaterial urban “Baldio”, within the framework of the return of the theme and the importance of the Commons.

1. Introdução

Este texto tem, como principais objectivos apresentar e caracterizar os Grupos Comunitários de Lisboa como experiências que, desde 1993: vêm construindo performances de um novo Comum Urbano; têm tentado afirmar-se e concretizar-se como Novos Actores Colectivos de uma praxis de Co-gestão Democrática da Cidade; assumem-se já como expressão inovadora de uma Governança Local Partilhada e Participativa da Cidade de Lisboa.

Desse ponto de vista, é sobretudo um texto de base indutiva, que procura dar conta de experiências práticas, que se vêm desenvolvendo desde há 30 anos, em 20 bairros de Lisboa (dos quais 16 em bairros de Habitação Social), exprimindo o que se tem vindo a aprender com essas práticas. Mas é também um texto de cariz teórico, de sistematização conceptual, que procura “devolver” àquelas práticas os ensinamentos que elas proporcionam, de forma a inspirá-las e fecundá-las ainda mais.

Na verdade, este trabalho é uma expressão dos processos de Investigação - Acção militante (aos dois níveis), em que nós (autora e autor) temos andado envolvida/o, de formas diferentes, desde 1993, permitindo-nos aprender, como Actor/Actriz (Cidadania Transformativa) e como Investigador/a (Cidadania Cognitiva). Este texto pretende dar conta de algumas das aprendizagens a esses dois níveis. E também das metodologias participativas e construtivas em que assentou.

Com esse fim em vista, começamos, no ponto 2, por apresentar e justificar a **metodologia de Investigação - Acção** que utilizámos na construção deste texto e que fundamenta o seu carácter indutivo e construtivo.

No ponto 3 partilhamos alguns apontamentos sobre a história do início, em 1993, dos Grupos Comunitários de Lisboa e caracterizamos sobretudo os 17 Grupos Comunitários que temos acompanhado nas nossa Acções e Investigações, desde 1993 ou nos últimos quatro anos, fazendo também algumas referências aos outros nove GCs que existem na Área Metropolitana de Lisboa, que também têm tido algum acompanhamento da nossa parte.

No ponto 4, analisamos as principais dinâmicas conjuntas que têm sido desenvolvidas, envolvendo os vários Grupos Comunitários.

Depois, no ponto 5, identificamos as principais conquistas e resultados destes processos e dinâmicas dos GCs.

No ponto 6, reflectimos as experiências dos GCs como expressões do conceito de Desenvolvimento Comunitário ou Local, como base conceptual de enquadramento, relacionando-o ainda com os conceitos de Democracia Participativa e de Economia Solidária.

O ponto 7 aborda a proposta teórica de Governança Local Partilhada e Participativa, que as experiências dos Grupos Comunitários de Lisboa transportam em algumas das suas práticas, de forma indutiva inovadora, sendo um dos seus principais efeitos conceptuais transformativos.

Esse conceito leva à análise dos GCs como novos Comuns Urbanos (uma espécie de “Baldios” Urbanos Imateriais), na gestão dos problemas e desafios da Cidade, e como modelo inovador de co-regulação e de co-actividades, o que será apresentado no ponto 8.

Finalmente, no último ponto (9), sugerem-se algumas notas de reflexão final e de enunciado de desafios de Investigação e sobretudo de Acção.

.O que é, além disso, particularmente relevante sublinhar neste texto é que se trata de experiências que se desenvolveram de forma própria e autónoma, sem influências anteriores. É, contudo, possível encontrar afinidades interessantes com experiências paralelas em Barcelona e, mais recentemente, já no século XXI, com as “Tables des Quartiers” de Montreal (2006) e de França (2014). Nos últimos anos (desde 2011), surgiram réplicas suas em Angola e em S. Tomé e Príncipe.

Chama-se finalmente a atenção para o facto deste ser um texto construído numa perspectiva de Investigação - Acção, como se explica no ponto 2, pelo que não nos fez sentido apresentar previamente uma secção teórica autónoma, optando, em coerência, por introduzir as reflexões teórico-conceptuais, como culminar do processo de Aprendizagem e de Reflexão Partilhada com os Actores/Actrizes dos Grupos Comunitários e, portanto, nos pontos 6, 7 e 8, como enquadramento resultante e induzido das próprias análises das experiências que temos vivido.

2. Opções metodológicas - uma perspectiva de Investigação - Acção Participativa e Construtiva

As relações que o Autor (desde 1993) e a Autora (desde 2018, de forma mais continuada, mas também em 2010 e 2011, no âmbito da sua tese de Mestrado¹) têm mantido com as experiências de Grupos Comunitários² são claramente e assumidamente de Militância na Acção e na Investigação.

Estamos envolvidos na construção e na vida permanente dos GCs, em particular de alguns (sobretudo oito: GCBF, GCF, GCFC, GCGA, GCHN, GCL-S, GCPC e Rede L&M³) - **Militância na Acção.**

Mas também estamos envolvidos activamente na reflexão e na sistematização e produção teórica, na aprendizagem permanente e na docência⁴ e na divulgação científica⁵ sobre estes temas - **Militância na Investigação ou Cognitiva.**

Ambas se alimentam e fecundam, num círculo permanente, que se cruza e se mistura continuamente.

Coerentemente, este texto tem obrigatoriamente de reflectir isso e, por isso, ele está construído tendo, como base metodológica, os princípios da Investigação - Acção e, como inspiração epistemológica e teórica, as referências da “grounded theory”.

2.1. A opção por uma metodologia de investigação-acção participativa

Desde o seu início, a partir de Kurt Lewin, o quadro da Investigação-Ação tem estado ligado ao objetivo de aplicar certos princípios de Investigação para impulsionar uma ação transformadora sobre a realidade, ou como Kemmis, McTaggart e Nixon (2014: 26), referindo-se elegantemente à Investigação-Ação Participativa Crítica, descreveram como uma “prática que muda a prática”⁶.

Baseia-se na co-construção do Conhecimento por todos os seus participantes e, por isso, abre as avenidas e caminhos sinuosos para a co-construção da própria Realidade (cf. Berger e Luckmann, 1966). Nos antípodas do paradigma científico objectivista e positivista, que dominou as Ciências (Sociais) no último século, a Investigação-Ação rejeita a noção de que estar “por dentro” dos processos que constroem a vida social implica uma penalização inultrapassável - “não ser capaz de ver as coisas de forma desinteressada ou ‘objectiva’”; bem como a noção de que os inves-

tigadores estão investidos de uma cândida capacidade de Objectividade pura e desinteressada nos processos selectivos de Observação e Interpretação da realidade (Kemmis, McTaggart & Nixon (2014: 5-6).

Em vez disso, mobiliza, valoriza e melhora todos os tipos de Conhecimento⁷ que os Participantes "interessados e investidos" (incluindo os "académicos") trazem para a prática (auto)reflexiva e analítica (Investigação de problemas e problemáticas), bem como para os processos de Acção transformadora, que visam melhorar e criar soluções práticas para esses problemas colectivamente identificados (Acção), numa espiral auto-perpetuadora de Investigação-Acção-Investigação, ou simplesmente, *Praxis*, no sentido de Paulo Freire (1987), que reconcilia a distinção epistemológica e ontológica clássica entre Acção e Reflexão.

Nas suas formas mais emancipatórias, a Investigação-Acção, mais concretamente a Investigação-Acção Participativa (Crítica) (cf. Fals-Borda & Rahman, 1991; Kemmis, McTaggart & Nixon, 2014, entre outros), "implica a aquisição de conhecimentos sérios e fiáveis sobre os quais construir poder, ou contrapoder, para os grupos e classes sociais pobres, oprimidos e explorados - as bases - e para as suas organizações e movimentos autênticos" (Fals-Borda & Rahman, 1991: 3).

Abraçando a nossa própria reflexividade, subjectividade e posicionalidade (Haraway, 1988) - como Cidadãos (acima de tudo) e Investigadores - optámos por seguir a metodologia da Investigação-Acção, tanto na sua versão 'Prática' como nas modalidades 'Crítico-Participativa' (ver nota de rodapé número 8), como um passo natural para incluir a voz de todos os participantes envolvidos e afectados pela

prática (dos Grupos Comunitários) e para mudar (desafiar) as relações de poder enredadas associadas a eles, bem como aos processos de investigação típicos.

As técnicas de investigação e de facilitação utilizadas no processo de Investigação-Acção Participativa (IAP) são retiradas de várias tradições qualitativas, incluindo metodologias etnográficas e participativas. Incluíram entrevistas, grupos de discussão, observação directa e participante, workshops de fotografia e vídeo (com crianças e adolescentes de um Grupo Comunitário), programas de rádio, workshops temáticos, *world café*, assembleias participativas e outros. A escolha das técnicas foi determinada pela diversidade de participantes, contextos e objetivos, envolvendo os actores e investigadores-actores, de forma a minimizar as assimetrias de poder e privilégio entre nós (Fals-Borda & Rahman, 1991: 8-10 e Kemmis, McTaggart & Nixon, 2014: 85-87).

2.2. Aplicação e alguns resultados da metodologia posta em prática

O processo de investigação-acção resultante tem sido, até agora, co-produzido pelos participantes a vários níveis: em cada um dos 26 Grupos Comunitários em que participámos, mas particularmente naqueles em que estivemos mais envolvidos, actuando como facilitadores (oito Grupos Comunitários); em experiências transversais de investigação-acção iniciadas por nós, que visavam criar espaços alternativos de reflexão colectiva e de acção sociopolítica, ou 'comunidades de prática'; o envolvimento activo dos autores e dos Participantes dos Grupos Comunitários na divulgação pública geral destas práticas de Investigação-Acção e Co-Gestão, nomeadamente num programa de Rádio deno-

minado "Utopias em Acção" (desde 2018) e em Encontros e Conferências públicas, promovidos por várias Universidades, ONG locais e outras instituições privadas ou públicas.

Alguns dos resultados deste processo de co-criação são:

- a) a criação da PIC (Plataforma Intercomunitária), que envolve moradores de todos os bairros de habitação social de Lisboa com GCs, onde várias questões são discutidas e transformadas a partir de baixo (Gestão de Resíduos Urbanos, Transição Ecológica, Segurança para além de abordagens patológicas e/ou securitárias, Integração de minorias e grupos sub-representados);
- b) a promoção de "Encontros de Grupos Comunitários" regulares (para induzir a simbiose e a cooperação entre experiências distintas), que juntaram, pela primeira vez, mais de 100 participantes da Área Metropolitana de Lisboa, discutindo e propondo formas de melhorar e aprofundar a Democracia a nível local;
- c) o começo de um processo de "Governança Local Partilhada e Participativa", reunindo representantes eleitos do poder local e moradores e profissionais eleitos pelos seus próprios Grupos Comunitários para os representar em processos de co-produção na cidade de Lisboa, no que respeita a questões relacionadas com o seu "Direito à Cidade" (cf. LeFebvre, 1968; Harvey, 2008) e estratégias de cooperação mútua para enfrentar os desafios sociais amplificados pela Covid-19;
- d) a criação de uma "Pluriversidade Comunitária" (por oposição à Uni-versidade), de forma a democratizar a produção de Conhecimento (epistemológica e cognitivamente), com uma forte orientação interseccional, focando explicitamente uma "ecologia de Saberes" para construir cidades e sociedades justas.

2.3. Uma construção teórica baseada na *Grounded Theory*

Assumimos ainda, do ponto de vista teórico, a perspectiva proposta pela denominada *Grounded Theory* (Glaser e Strauss, 1967), definida como um método de investigação que permite aos investigadores e aos actores desenvolverem uma teoria de base indutiva, baseada na observação e na recolha de dados, com o objectivo de transformar a realidade (social, neste caso). Neste sentido, a perspectiva da *Grounded Theory* é coerente e um resultado da IAP.

Com base nas nossas experiências - de acção e de investigação - propomos a definição de Grupos Comunitários que nos servirá de referência nesta reflexão:

Os Grupos Comunitários são plataformas e dinâmicas informais que se combinam⁸:

- O envolvimento ativo das Comunidades (Moradores, em termos individuais e/ou coletivos, através dos seus grupos informais ou formais, tais como Associações de Moradores, Associações de Pais, Mães e Encarregados de Educação, Coletividades Desportivas, Culturais e Recreativas locais, Grupos de Jovens, Escuteiros), aqui designadas pelo conceito e práticas de **Participação** (Nunes et al., 2017: 70-75);
- A cooperação (e não mera "colaboração") entre serviços e instituições (públicas e/ou privadas: autarquias locais, serviços públicos - de Ação Social, Educação, Saúde e Segurança e Ordem Pública -, desconcentrados a nível local, e outras instituições e organizações com intervenções no território), que corresponde ao conceito e práticas de **Parceria** (Nunes et al., 2017: 70-75);

- De forma a partilhar, de forma participada e integrada, o **Diagnóstico** dos problemas e necessidades da Comunidade;
- E reivindicar e/ou construir em conjunto as **Respostas** e os **Sonhos** para os enfrentar;
- E assim alcançar o **Desenvolvimento, o Bem-Estar e o Bem-Viver da Comunidade**.

3. Breves notas históricas e de caracterização sobre os Grupos Comunitários de Lisboa⁹

Entre 1993 e 1996 foram criados os primeiros cinco Grupos Comunitários de Lisboa e de Portugal. O primeiro, em 1993, no Bairro do Padre Cruz, na freguesia de Carnide. No ano seguinte (1994), constituíram-se mais três GC, nos Bairros: da Horta Nova, na mesma freguesia de Carnide; da Quinta Grande, um bairro de casas precárias (barracas), na freguesia da Charneca; e das Galinheiras, uma zona com forte presença de AUGI - Áreas Urbanas de Génese Ilegal, na freguesia da Ameixoeira.

Estes primeiros quatro GC foram criados no âmbito de Projectos do Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza, promovidos por Equipas da SCML- Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, em bairros de Habitação Social ou com situações de pobreza e de exclusão social.

Desses, existem ainda três, mas, em um caso (Galinheiras, agora Galinheiras-Ameixoeira), com algumas reconfigurações territoriais, devido a processos de realojamento. O da Quinta Grande (na freguesia da Charneca) já não existe, uma vez que as famílias foram realojadas no Alto do Lumiar, mas, de algum modo, a sua inspiração e alguns dos seus membros inspiraram

um GC, entretanto nascido no novo Bairro, também conhecido por Alta de Lisboa.

Mais tarde, em 1996, outra Equipa da SCML, do CDCL - Centro de Desenvolvimento Comunitário do Bairro dos Lóios, antes conhecido por “Zona N2” (um bairro de Habitação mista, com fogos de Habitação Social, outros de venda livre e outros ainda de uma Cooperativa), na freguesia de Marvila (em Lisboa), também entendeu, por influência dos GC anteriormente mencionados, que era pertinente e adequado constituir um GC, o quinto a ser criado (Nunes et al., 2017: 70-75). Na primeira fase, este GC abarcou também instituições do Bairro vizinho da Zona N1, agora designado por Flamengo e que passou, mais tarde, a ter um GC próprio, como se verá no ponto 3. O GC dos Lóios também ainda persiste.

Nos anos seguintes, até ao final do século, houve uma espécie de réplicas, com a criação de mais dois GC (nos Bairros da Flamengo e do Condado), ambos na freguesia de Marvila e sob a influência dos cinco iniciais e de Equipas da SCML¹⁰. Depois, embora os cinco primeiros se tenham sempre mantido ou deixado a sua influência (ainda que, como já se referiu, com algumas alterações de abrangência territorial em dois deles - Quinta Grande e Galinheiras), houve um certo “deserto” de novos GC, até aos finais da primeira década do século XXI. Contudo, nos últimos 14 anos, foram criados 19 Grupos Comunitários ou Redes Interinstitucionais, na Área Metropolitana de Lisboa, dos quais 13 na Cidade de Lisboa (além dos sete que já existiam, sendo que os da Flamengo e do Condado tinham sido interrompidos e só foram retomados neste último período). Os GC mais recentes foram os dos Bairros das FONSECAS e CALÇADA (freguesia

de Alvalade, em Lisboa), em 2017, do Pendão (freguesia de Queluz-Belas, no concelho de Sintra), em 2018, da freguesia de Santo António (em Lisboa), em 2018, da Caparica-Pragal (no concelho de Almada), em 2019, da freguesia de Campo de Ourique (em Lisboa), em 2021, e do Bairro da Bela Flor (na freguesia de Campolide, em Lisboa), em 2023.

Actualmente, existem, em princípio, 26 Grupos Comunitários e Redes Interinstitucionais na Área Metropolitana de Lisboa (sendo 20 em Lisboa), 22 dos quais em bairros com Habitação Social, embora muitos deles com situações mistas, incluindo também Habitação Cooperativa e Habitação de Mercado Livre. Contudo, alguns GC estiveram ultimamente inactivos, alguns por efeitos das limitações impostas pela COVID-19 e dado que têm muitos/as Moradores/as, sem condições de acesso à internet¹¹, outros por razões anteriores, como são os casos dos GCSA e GCA-QF (ver Quadro 1).

QUADRO 1 - LISTA DOS GRUPOS COMUNITÁRIOS (GC) E REDES INTERINSTITUCIONAIS (RI) DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA, POR PERÍODOS DE CRIAÇÃO E ZONAS				
PERÍODOS	DESIGNAÇÃO	BAIRRO(S)	CONCELHO	FREGUESIA
1 1993-1996	Grupo Comunitário do Bairro do Padre Cruz (GPCC)	Padre Cruz	Lisboa	Carnide
	Grupo Comunitário da Horta Nova (GCHN)	Horta Nova	Lisboa	Carnide
	Grupo Comunitário da Quinta Grande - com algumas influências no actual Grupo Comunitário da Alta de Lisboa (GCAL)	Quinta Grande (mais Quinta da Pailepa e Quinta do Louro) - actualmente Alto do Lumiar	Lisboa	Charneca - actualmente Lumiar e Santa Clara
	Grupo Comunitário dos Lóios (GCL)	Lóios	Lisboa	Marvila

QUADRO 1 - LISTA DOS GRUPOS COMUNITÁRIOS (GC) E REDES INTERINSTITUCIONAIS (RI) DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA, POR PERÍODOS DE CRIAÇÃO E ZONAS

PERÍODOS	DESIGNAÇÃO	BAIRRO(S)	CONCELHO	FREGUESIA
2 1997-2008	Grupo Comunitário do Bairro da Flamenga (GCF)*	Flamenga	Lisboa	Marvila
	Grupo Comunitário do Condado (GCC)*	Horta Nova	Lisboa	Marvila
3 2009-2023	Grupo Comunitário 4 Crescente (GC4C)	Alfinetes, Marquês de Abrantes, Quinta do Chalé e Salgadas	Lisboa	Marvila
	Grupo Comunitário Alfredo Bensaúde (GCAB)	Alfredo Bensaúde	Lisboa	Olivais
	Grupo Comunitário do Bairro do Armador (GCA)**	Armador	Lisboa	Marvila
	Grupo Comunitário do Bairro da Bela Flor - GCBF	Bela flor	Lisboa	Campolide
	(Grupo Comunitário do Condado - GCC)*	(Condado)	Lisboa	(Marvila)
	(Grupo Comunitário do Bairro da Flamenga - GCF)*	(Flamenga)	Lisboa	(Marvila)
	Grupo Comunitário do Bairro das Fonecas e Calçada (GCFC)	Fonecas e Calçada	Lisboa	Alvalade
	Grupo Comunitário da Liberdade - Serafina (GCL-S)	Liberdade e Serafina	Lisboa	Campolide
	Grupo Comunitário de Olaias - Portugal Novo (GCO-PN)	Olaias e Portugal Novo	Lisboa	Areeiro

3 2009-2023	Assembleia Comunitária do Vale de Chelas (ACVC)	Quinta do Lavrado, Rua Carlos Botelho, Rua João Nascimento Costa e Rua Sarmento Rodrigues	Lisboa	Beato e Penha de França
	Rede L & M	Quinta das Laranjeiras e Casal dos Machados	Lisboa	Parque das Nações
	Grupo Comunitário de Marvila Antiga (GCMA)	Marvila Antiga	Lisboa	Marvila
	Grupo Comunitário de Campo de Ourique (GCOO)	Freguesia de Campo de Ourique	Lisboa	Campo de Ourique
	Grupo Comunitário de Santo António (GCSA)***	Freguesia de Santo António	Lisboa	Santo António
	Parceria de Telheiras (PT)	Telheiras	Lisboa	Lumiar
	Grupo Comunitário de Caparica - Pragal (GCC-P)	Antigas freguesias de Caparica e Pragal	Almada	União das Freguesias de Caparica e Trafaria e União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas
	Rede de Organizações para o Desenvolvimento de Alcabideche (RODA)	Adroana, Alcoitão e Cruz Vermelha	Cascais	Alcabideche
	Rede Interinstitucional do Bairro da Galiza (RIG)	Galiza	Cascais	União das Freguesias de Cascais e Estoril
	Rede Interinstitucional do Bairro da Torre (RIT)	Torre	Cascais	União das Freguesias de Cascais e Estoril
	Grupo Comunitário da Apelação - Quinta da Fonte (GCA-QF)***	Apelação e Quinta da Fonte	Loures	União das Freguesias de Camarate, Unhos e Apelação
	Grupo Comunitário do Pendão (GCP)	Pendão	Sintra	União das Freguesias de Queluz e Belas

NOTAS ** O GCA teve uma existência efémera em 2006-2007, mas só neste período é que ganhou continuidade; *** Este GC tem estado inactivo.

FONTE: Autores

Nem todos os Grupos Comunitários e Redes Interinstitucionais contêm todos estes elementos. Se tomarmos como referência os dois grandes princípios que definem o essencial de um GC, ou seja, a Participação da Comunidade (PC) e a Parceria das Instituições (PI), podemos considerar os seguintes critérios de análise:

PC - Pode-se ter em conta três níveis:

- Participação aberta e forte da Comunidade (podendo ser a nível individual ou colectivo, onde houver associativismo comunitário, formal ou informal) - 2;
- Participação limitada e fraca da Comunidade, normalmente por convite das instituições (podendo ser a nível individual ou colectivo, onde houver associativismo comunitário, formal ou informal) - 1;
- Participação tendencialmente inexistente - 0.

PI - Considera-se o valor médio de três tipos de Parcerias, cada um com três níveis:

- PI_{pl} - Parcerias do Poder Local - envolvimento das autarquias locais (câmaras municipais e juntas de freguesia) nas reuniões e actividades do GC¹²;
- PI_{sp} - Parcerias dos serviços públicos desconcentrados da Administração Pública Central (nas áreas da Acção Social, Educação, Emprego, Habitação, Saúde e Segurança) e seu envolvimento nas reuniões e actividades do GC¹³;
- PI_{ong} - Parcerias de organizações não governamentais (ou da Economia Social e Solidária) e seu envolvimento nas reuniões e actividades do GC¹⁴.

(Para cada um destes três tipos de Parceria, tem-se em conta três níveis: 2 - Envolvimento forte e tendencialmente permanente; 1 - Envolvimento fraco, esporádico e/ou de poucas organizações e/ou serviços públicos; 0 - Envolvimento tendencialmente inexistente. Para o PI global, considera-se depois o valor médio dos três tipos).

Os resultados estão apresentados no Quadro 2¹⁵.

QUADRO 2 - PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS GRUPOS COMUNITÁRIOS (GC) E REDES INTERINSTITUCIONAIS (RI) DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA							
CONCELHO	GC/RI	PC	PIpl	PIsp	PIong	PI = (PIPL + PISP + PIONG) : 3	TOTAL (PC + PI)
ALMADA	GCC-P	1	2	1	2	1,67	2,67
CASCAIS	RIG	0	2	2	2	2	2
	RIT	0	2	2	2	2	2
	RODA	0	2	2	2	2	2
LISBOA	GC4C	2	2	1	2	1,67	3,67
	GCAB	0	2	2	2	2	2
	GCAL	1	1	2	2	1,67	2,67
	GCA	2	2	1	2	1,67	1,67
	GCBF	2	2	0	2	1,33	3,33
	GCC	1	2	1	2	1,67	2,67
	GCF	2	2	1	2	1,67	3,67
	GCFC	2	2	2	2	2	4
	GCGA	2	2	1	1	1,33	3,33
	GCHN	2	2	0	2	1,33	3,33
	GCL-S	1	2	1	2	1,67	2,67
	GCL	1	1	1	1	1	2
	GCO-PN	1	2	1	1	1,33	2,33
	GCPC	2	2	2	1	1,67	3,67
	REDE L & M	0	2	2	2	2	2

QUADRO 2 - PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS GRUPOS COMUNITÁRIOS (GC) E REDES INTERINSTITUCIONAIS (RI) DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

...	ACVC	1	1	1	2	1,33	2,33
	GCMA	1	2	1	2	1,67	2,67
	GCCO	1	1	1	2	1,33	2,33
	GSCA	0	1	1	2	1,33	1,33
	PT	1	2	1	2	1,67	2,67
LOURES	GCA-QF	1	2	2	2	2	3
SINTRA	GCP	2	2	0	2	1,33	2,22

FONTE: Autor e Autora Ferreira & Amaro (2021: 81-86).

Deste exercício, que se deve considerar experimental, retiramos algumas notas preliminares interessantes, que confirmamos com o conhecimento directo de praticamente todos os GC e RI¹⁶:

- Dos 25 GC e RI analisados, **apenas nove são completamente abertos à Participação da Comunidade** (PC = 2), embora com intensidades diferentes - 4 Crescente, Armador, Bela Flor, Flamengo, FONSECAS e Calçada, Galinheiras-Ameixoeira, Horta Nova, Padre Cruz e Pendão. Correspondem ao que se pode designar por **verdadeiros Grupos de Comunidade**¹⁷, na medida em que assentam numa Participação aberta a toda a Comunidade. Destes oito, apenas cinco (FONSECAS e Calçada, Galinheiras-Ameixoeira, Horta Nova, Padre Cruz e Pendão) o são desde a sua criação, como condição *sine qua non*; os outros três conquistaram recentemente essa característica.
- Contudo, **apenas um** se pode considerar **Grupo Comunitário completo**, ou seja, com Participação aberta à Comunidade (PC = 2) e com Parcerias Institucionais fortes (PI = 2), portanto com um máximo

de pontuação de 4: Fonsecas e Calçada. Mas aproximam-se bastante deste nível os GC4C, GCA, GCF, e GCPC, todos com 3,67 pontos, e ainda os GCBF, GCGA, GCHN e GCP, com 3,33 pontos. Todos eles se podem considerar **Grupos Comunitários plenos ou quase plenos**¹⁸.

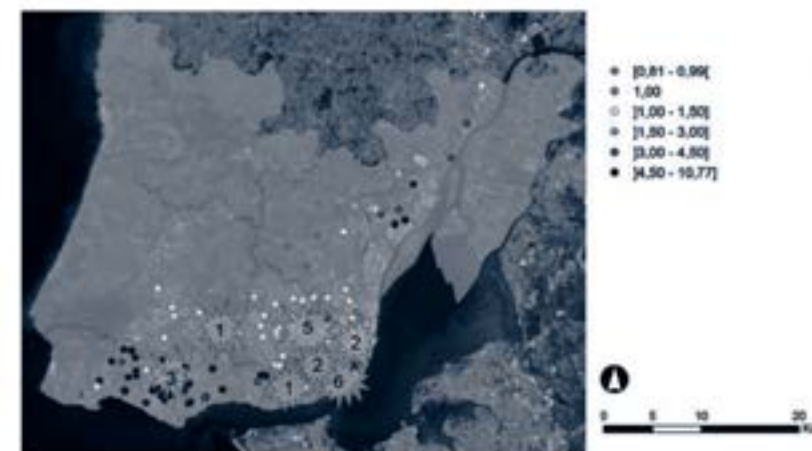
- Em contrapartida, dir-se-ia no extremo oposto, temos cinco Redes Interinstitucionais plenas¹⁹, que assentam apenas na cooperação entre autarquias, serviços públicos desconcentrados e instituições particulares, sem preverem a Participação da Comunidade²⁰, e onde aquela cooperação é forte (PI = 2, com PC = 0): RIG, RIT, RODA, GCAB e Rede L&M;
- Pelo meio, temos situações híbridas, com potencialidades diferenciadas para se tornarem GC plenos, como os: GCA-QF (3 pontos); GCC-P, GCAL, GCC, GCL-S, GCMA e PT (2,67 pontos); GCO-PN, ACVC²¹ e GCCO (2,33 pontos); GCL (2 pontos²²); e GCSA (1,33 pontos).

É claro que a consideração de outras variáveis (como a articulação entre a Participação da Comunidade e as Parcerias institucionais) ou de mais níveis de avaliação (como, por exemplo, quanto à intensidade da Participação da Comunidade) permite outras análises e conclusões e, consequentemente, outras hierarquias avaliativas dos GCs. Além disso, todos os GC têm altos e baixos, na Participação e nas Parcerias, pelo que estes níveis podem sofrer oscilações²³.

Reproduzindo agora uma análise efectuada em Ferreira & Amaro (2021: 80-81 - ver Figura 1, retirada desse artigo, p. 81), é interessante constatar que “os bairros de habitação social mais vulneráveis de Lisboa estão, no essencial, cobertos por GC, com poucas excepções. Este é um aspecto importante, já que mostra um potencial acrescido de promo-

ção de uma redistribuição mais justa de recursos e serviços para estes territórios e de melhoria do desempenho político e social destas comunidades” (p. 81). “Por outro lado, ao considerar os múltiplos bairros residenciais de Cascais e as suas acentuadas disparidades socioeconómicas e demográficas em relação aos níveis gerais da população deste concelho, não se pode deixar de sentir que três GC não são suficientes para enfrentar a extrema desigualdade relativa encontrada em cerca de 30 bairros de habitação social” (p. 81).

Figura 1 : Os Grupos Comunitários dos Bairros de Habitação Social da Grande Lisboa, vis-à-vis a vulnerabilidade relativa dos bairros, em comparação com os seus concelhos respectivos



FONTE: Ferreira & Amaro (2021: 15), adaptado de Malheiros, Jorge; Ferreira, Bárbara; Carreiras, Marina; Amílcar, Anselmo; & Raposo, Rita (2016). Vulnerabilidade e Integração Urbana em Bairros de Habitação Social da Grande Lisboa: Uma Aproximação Conceptual e Empírica. Espaço & Geografia, Vol.19, N.º 1, pp. 185-237.

4. As dinâmicas conjuntas - a PIC, a GLPP e a PC

Até 2018 os GC estavam desligados uns dos outros, não se contactando, nem realizando actividades em conjunto, mesmo quando são vizinhos (como acontece em Marvila, onde há seis GC, alguns, como o GCA, o GCF e o GCL em bairros que confinam). Nesse ano, quando passámos a ir a todas as reuniões dos GC e RI, constatámos, com grande perplexidade e estranheza, essa situação e que, apesar disso, todos tinham preocupações similares (como a questão da recolha do lixo e da segurança, por exemplo), preparando-se inclusive alguns deles para assumirem iniciativas, que se iriam dispersar e repetir, perdendo impacto, quando poderiam ser colectivas e coordenadas.

Resolvemos, por isso, propor estratégias e acções conjuntas, a primeira e principal das quais foi a de constituir uma Plataforma Intercomunitária (que se passou a designar por PIC), para os 15 GC dos bairros de Habitação Social de Lisboa, com Moradores/as (1 ou 2) representantes de cada um, começando por abordar a questão dos comportamentos e da recolha, relacionados com o lixo. O que também foi uma maneira de pressionar os GC, que não tinham Moradores/as no seu seio, a abrirem-se a esse modelo, como de facto aconteceu com vários.

A PIC teve a sua primeira reunião em 28 de Dezembro de 2018 e, até à paragem imposta pelas limitações da pandemia da COVID-19, realizou 21 reuniões em 14 meses. Foi acolhida positivamente por parte da Direcção Municipal de Higiene Urbana e Resíduos Sólidos (CML-DHURS)²⁴, para se encetar uma dinâmica de co-gestão da questão da recolha dos resíduos sólidos e dos comportamentos dos Moradores/as a esse respeito, ou seja, a CML, aceitou a Participação das Comunidades, através dos Grupos Comunitários, na

co-gestão desta problemática, tão importante para o Ambiente, a Sustentabilidade e o Bem-Estar e o Bem Viver das Comunidades, tendo verdadeiramente tido início neste processo o que temos designado por um modelo inovador de **Governança Local Partilhada e Participativa (GLPP)** da Cidade de Lisboa²⁵.

Com a mesma preocupação, e também com o incentivo de uma Técnica da Fundação Aga Khan²⁶, propusemos a realização de um Encontro de Grupos Comunitários da Área Metropolitana de Lisboa, começando por organizar quatro Encontros de Zona, para 14 GC dos bairros de Habitação Social de Lisboa, a que se quiseram associar os de Marvila Antiga e do Pendão.

Este processo confluiu depois para o I Encontro de Grupos Comunitários (e Redes Interinstitucionais) da Área Metropolitana de Lisboa, que teve lugar em 7 de Dezembro de 2019, na Biblioteca de Marvila, com a presença de 81 Pessoas, associadas a 21 GC e RI, tendo sido um excelente momento de interacção, interconhecimento, reflexão, partilha e convívio colectivo entre GC. Um dos seus resultados foi a constituição de um Grupo de Trabalho para criação de um *site* comum para os GC e RI da AML. Uma segunda edição só não teve ainda lugar porque a COVID-19 a impediu.

Outro dos seus resultados mais importantes foi o envolvimento da Vereadora da Direcção de Habitação e Desenvolvimento Local, da Câmara Municipal de Lisboa (CML-DHDL), no desafio de se construir, com os Grupos Comunitários, um processo de co-gestão da Cidade de Lisboa, para promover o Desenvolvimento Local no seu território e, em particular, para enfrentar algumas das situações e problemáticas com que se defrontam as Comunidades dos bairros de Habitação Social.

Para o efeito, organizaram-se três reuniões, por videoconferência (devido às limitações impostas pela situação da pandemia), para as quais cada um dos 15 GC dos bairros de Habitação Social (a que se juntou o de Marvila Antiga) designou, pelo menos, 2 representantes (obrigatoriamente um/a Morador/a e um/a Técnico/a): em 13 de Maio (com 59 participantes), 20 de Maio (51) e 28 de Julho de 2020 (34).

Vale a pena citar a parte teórico-ideológica do Documento aprovado nessas reuniões, pela sua importância estratégica, uma vez que nela se apresenta o conceito e se faz a distinção do de Governança Integrada, que se tornou, a certa altura, o conceito de referência da Acção da SCML²⁷:

“A Governança Local Partilhada e Participativa (ou, usando apenas as iniciais, GLPP) significa que a identificação e a resolução dos problemas e necessidades das Comunidades não são tarefas apenas do Estado, ou que ficam dependentes das capacidades e dos recursos (quando os há...) de cada um/a para seu lado (indivíduos, famílias, empresas, associações...), entregues a si próprios/as, mas que passam a ser repartidas entre todos e todas, de forma organizada e, portanto, uma responsabilidade conjunta de todos os/as protagonistas da Sociedade.

Pode portanto definir-se como um processo de co-responsabilização e co-gestão (ou regulação conjunta) de problemas e soluções, envolvendo, com igual empenhamento e sentido de responsabilidade, a Comunidade (individualmente e através das suas associações, colectividades e grupos informais), as autoridades públicas (autarquias locais e serviços públicos locais de acção social, educação, emprego, saúde, segurança...), as instituições particulares e as empresas presentes no Território.

Para explicar melhor o seu sentido, cada uma das palavras utilizadas tem um significado próprio, que devem depois ser entendidas no seu conjunto:

- É **Governança**, e não Governação, porque a resolução dos problemas das Comunidades deixa de ser “monopólio” do Estado (Central ou Local), **para passar a ser conjunta, envolvendo vários protagonistas da Sociedade**, sendo que a palavra “Governação” se aplica, normalmente, só à “acção do Governo” ou, por extensão, à “acção do Estado”, sentido que aqui é abandonado, porque a “acção do Estado” passa a ser completada com a “acção conjunta de todos e todas”, como é explicado mais em pormenor pelas palavras seguintes;
- É **Local**, porque, neste caso, se aplica a Territórios de base local: começa nos Bairros, como partes das freguesias, para se constituírem como componentes do concelho, que, neste caso, é a Cidade-Lisboa, sendo o sentimento de Comunidade naqueles a base fundamental de uma construção de uma Cidade mais justa, democrática e sustentável;
- É **Partilhada**, porque pretende envolver, em Parceria, as instituições, públicas (as autarquias locais e os serviços públicos desconcentrados no local, como referidos anteriormente) e privadas (organizações da Economia Social e Solidária e empresas), que intervêm no Território, mobilizando a sua co-responsabilização, a favor do Bem-Estar das Comunidades;
- É **Participativa**, porque assenta no envolvimento activo e, portanto, na Participação da Comunidade, quer como Cidadãos e Cidadãs individuais, quer como colectivos organizados (associações de moradores e de pais, colectividades locais, grupos infor-

mais...), **sendo esta a componente mais importante e decisiva deste novo modelo, porque é a que traduz e reforça a sua base de Democracia e Cidadania Participativa, com a possibilidade de responsabilização e autonomização de todos os Cidadãos e Cidadãs.**

Sublinhe-se que este modelo é diferente do que é designado por Governação Integrada.

Antes de mais, pelo uso preferencial nesse da palavra “Governação” (pelas razões explicadas antes), mas sobretudo pelo (único) relevo dado à característica de “Integrado”. Embora esta seja importante, por chamar a atenção para a importância de ver e resolver todos os problemas e todas as suas dimensões em conjunto, na verdade esse modelo não mobiliza nem valoriza a componente Participativa (central no modelo aqui proposto, como se referiu), nem refere, de forma explícita a dimensão da Parceria.

É, por isto, um modelo que assenta sobretudo no papel dos Técnicos e Técnicas, negligenciando o papel fundamental da Participação das Comunidades, tendendo, portanto, para uma perspectiva tecnocrática de Integração de sectores de intervenção, mas desvalorizando o **objectivo democrático** (resultante da Participação). Ora, como já se disse, **o qualificativo “Participativa” é o mais importante da designação utilizada, porque é o que se refere ao envolvimento das Comunidades Locais.**”²⁸

Mais recentemente, em Dezembro de 2021, as dinâmicas resultantes das acções conjuntas dos Grupos Comunitários permitiram fazer nascer a **Pluriversidade Comunitária (PC)**, uma estrutura informal de Partilha de Conhecimentos e de Aprendizagens Mútuas, em que:

- Se pretende valorizar e partilhar uma **pluralidade** de Conhecimentos, de várias origens, dedutivas e indutivas, académicas e da vida corrente;
- A partir dos saberes das **Comunidades** e com vista a dar resposta aos seus problemas e necessidades e a promover a sua Dignidade e Sustentabilidade;
- Não havendo professores/as e alunos/as, mas sempre Aprendentes;
- Não havendo também aulas, mas sim Sessões de Conhecimentos Partilhados;
- Sob o apoio e a certificação, não de um conselho científico, mas sim de um Comité de Sistematizadores/as e Indutores/as, em que metade terão certificados académicos (mestrado, pelo menos), mas a outra metade não (nem sequer terão de ter o 4.º ano de escolaridade).

5. Principais conquistas e resultados destes processos

É importante referir que, em geral, os GC/RI têm contribuído, por vezes de forma determinante, para resolver ou amenizar muitos dos problemas e necessidades das Comunidades a que se referem, nomeadamente quanto a²⁹:

- Construção de Diagnósticos Comunitários Partilhados (em Parceria) e Participativos, como aconteceu, por exemplo, nos GC4C, GCC, GCF, GCFC, GCGA, GCHN, GCL-S, GCPC, GCP e também, parcialmente, na ACVC e, no passado, no GCL e no GC da Quinta Grande);
- Co-gestão de espaços públicos (salas das autarquias locais e espaços na rua), como foi conquistado nos GC4C, GCC, GCF, GCHN, GCPC e GCP;

- Reivindicação e/ou co-construção de respostas comunitárias, para equipamentos nos edifícios municipais, nos jardins públicos e nas hortas urbanas sociais, como se verificou nos GC4C, GCHN e GCPC;
- Redefinição e reforço de identidades comunitárias, de forma solidária e positiva, a partir de sentimentos negativos de defesa e de reacção às estigmatizações, associadas a muitos desses bairros, como se pôde/pode observar nos GCHN, GCPC e GCP, por exemplo;
- Apoios e acompanhamento de situações mais frágeis, no contexto da pandemia da COVID-19, quer de Pessoas infectadas e de famílias em confinamento ou que perderam os seus empregos, quer na distribuição de alimentos e refeições ou de outros produtos (de limpeza e de segurança, por exemplo), quer no apoio às crianças para o ensino à distância, além de apoio psicológico, onde os GC foram muito importantes, como sobretudo nos casos dos GC4C, GCAB, GCAL, GCC, GCF, GCFC, GCGA³⁰, GCHN, GCL-S, GCPC, ACVC, GCCP e GCP.

Quanto às dinâmicas referidas no ponto 4, sobretudo no que se refere à PIC e à GLPP, os principais resultados já alcançados são os seguintes³¹:

- Participação de membros designados do Departamento de Desenvolvimento Local da CML e do Gabinete da Vereadora e da própria Vereadora nas reuniões dos GC, o que já ocorreu em várias destas, por diversas vezes, nos GC4C, GCAB, GCAL, GCA, GCC, GCF, GCFC, GCGA, GCL-S, GCO-PN, ACVC e Rede L&M³². O objectivo e o compromisso é que em todas as reuniões de todos os GC haja sempre a presença e o acompanhamento de um representante da CML-DDL e, pelo menos uma vez por ano, da Vereadora,

dora, para concretizar, nos momentos de reflexão, construção e acção dos GC, o desafio da co-gestão.

- Co-responsabilização dos GC na emissão de pareceres (e, no futuro, nas decisões) sobre a atribuição de espaços municipais não residenciais (vulgo lojas) nos seus bairros;
- Criação de um Grupo de Trabalho sobre Ocupações e Desocupações (GOD), constituído por Moradores/as, representantes dos Grupos Comunitários dos bairros onde existam mais situações de ocupações ilegais de fogos municipais, para discutirem e apresentarem uma proposta de resolução, com Justiça, Dignidade e Equidade (e não apenas com Legalidade), dessas situações, para decisão nas estruturas democráticas da CML;
- Atribuição, a cada GC, de um “espaço-âncora”, pela CML-DHDL, para “sede” das suas actividades comunitárias e para benefício da Comunidade (proposta aprovada, por unanimidade, no Executivo da CML), em condições muito favoráveis (sem custos de arranjos iniciais, renda e despesas de água e electricidade), no fundo como se tratasse de um “Baldio Urbano”, no sentido de um Espaço Comunitário, gerido pelos GC, em nome da Comunidade, sendo os GC estruturas informais, o que é notável e inovador³³;
- (Como efeito lateral) Aprovação, pela CML (em parceria com a SCML), sob o forte impulso, e acompanhamento da CML-DHDL, de um Projecto (“Mudar de Vida”), envolvendo 13 Famílias de etnia cigana, que foram desocupadas em Janeiro-Março de 2020, para, até 28 de Fevereiro de 2023, atingirem objectivos de integração social e de Bem-Estar, negociados com elas, nas áreas da Educação, Emprego e Empreendedorismo, Habitação, Igualdade de Género, Saúde e Autonomização, com os contributos dos GC dos territórios associados.

- Acrescente-se que esta Parceria entre os GC e a CML-DHDL, que dá fundamento e substância à GLPP, ou seja, a uma dinâmica de co-gestão de algumas problemáticas e desafios da Cidade de Lisboa, foi antecedida, como já se referiu, pelo trabalho notável conjunto entre a PIC e a CML-DHURS e tem tido eco no interesse de outros departamentos da CML em se associarem ou, pelo menos, acompanharem este processo, como tem sido o caso do Departamento dos Direitos Sociais e da Direcção Municipal da Cultura.
- Foi também essa, no fundo, a filosofia do trabalho extraordinário de cooperação que o Ministério da Saúde solicitou ao GCGA, através da Unidade de Saúde Pública de Lisboa-Norte Dr. Francisco George, em Maio-Junho de 2020, com o envolvimento do Serviço de Protecção Civil, da CML, para levantamento de situações das “vilas” das Galinheiras, organização de rastreios e acompanhamento e apoio às Pessoas infectadas com a COVID-19 e suas Famílias³⁴.

6. Os GCs, como experiências de Desenvolvimento Comunitário - uma reflexão teórica

Assumimos aqui, antes de mais, como equivalentes os conceitos de Desenvolvimento Comunitário e de Desenvolvimento Local, embora o seu entendimento possa variar consoante o momento histórico, o reconhecimento (ou não) e validação científica, o contexto geográfico e cultural, o enquadramento institucional e os protagonistas valorizados e as percepções e dimensões tidas em conta³⁵.

Foi nos finais do século XIX que se começou a utilizar o Desenvolvimento Comunitário, como estratégia de promoção do Bem-Estar, em dois contextos diferentes - no

âmbito do colonialismo inglês e do apoio a zonas e a populações desfavorecidas nos E.U.A.. Já depois da 2.ª Guerra Mundial, o Desenvolvimento Comunitário foi a designação adoptada pelas Nações Unidas, como estratégia proposta para o Desenvolvimento das chamadas “regiões-problema”. Durante todo esse período, até ao início dos anos de 1980, a expressão utilizada foi Desenvolvimento Comunitário³⁶.

Desse período, podemos referir a definição de Desenvolvimento Comunitário apresentada pela ONU, como “o conjunto dos processos pelos quais uma população une os seus esforços aos dos poderes públicos com o fim de melhorar a sua situação económica, cultural e social e bem assim integrar-se na vida da nação e contribuir para o progresso nacional geral” (citado em Silva, 1963: 543).

No sentido de sublinhar as componentes essenciais desta definição, citamos Maria Manuela Silva, a principal autora a apresentar e a pôr em prática o conceito de Desenvolvimento Comunitário nos anos de 1960 em Portugal: “Em favor do desenvolvimento comunitário diz-se ainda que, se o desenvolvimento opera sempre uma transformação profunda dos indivíduos e dos grupos humanos, devem ser estes os autores dessa transformação - tomando consciência dela, escolhendo-a, assumindo-a, realizando-a, que o mesmo é dizer que o desenvolvimento deve processar-se por iniciativa, com a participação e sob a responsabilidade daqueles a quem vai beneficiar, como é da índole do desenvolvimento comunitário.” (Silva, 1963: 544). Assinale-se a importância dada à Participação Comunitária.

Depois, a partir dos anos de 1980, passou a ser a expressão Desenvolvimento Local que ganhou visibilidade, tornando-se um conceito com validação científica, nomeadamente no quadro do Paradigma Territorialista do Desen-

volvimento Regional, e depois com reconhecimento político-institucional, em particular nos anos de 1990 na União Europeia e na OCDE³⁷.

Autores como Walter Stöhr³⁸, Bernard Pecqueur³⁹, Bernard Vachon⁴⁰, José Arocena⁴¹, John Friedmann e Clyde Weaver⁴², entre outros, ajudaram então a fundamentar e a consolidar o conceito de Desenvolvimento Local.

Partindo desses vários contributos, sintetizamos o conceito de Desenvolvimento Comunitário ou Local do seguinte modo⁴³:

- É um processo de mudança;
- Centrado numa Comunidade (de pequena dimensão, ou seja, com uma escala humana de Proximidade);
- Que visa dar resposta às suas necessidades fundamentais, que se encontram por satisfazer, procurando, portanto, aumentar o seu Bem-Estar e Bem-Viver;
- A partir, preferencial e fundamentalmente, das suas capacidades e recursos (endógenos);
- O que implica uma metodologia e uma pedagogia de Participação e de Autonomização (*Empowerment*) da Comunidade;
- Com o apoio de recursos exógenos de variados tipos, desde que fertilizadores dos endógenos;
- Numa perspetiva integrada e multidimensional;
- O que exige uma lógica de Trabalho em Parceria, ou seja, de articulação entre as Instituições e os Serviços que trabalham na Comunidade;
- Com impacto tendencial em toda a Comunidade;
- E segundo uma grande Diversidade de ritmos, lógicas, processos e resultados, em função das características e especificidades de cada Comunidade.

Os Grupos Comunitários são, antes de mais, exacta e explicitamente, expressões deste conceito de Desenvolvimento Comunitário ou Local na medida em que traduzem

todos aqueles pontos.

Em particular, segundo a definição que apresentámos de Grupo Comunitário, no ponto 3⁴⁴, os elementos fundamentais são:

- A sua territorialização e consequentes relações de proximidade;
- A Participação da Comunidade;
- A cooperação ou Parceria entre as instituições e serviços públicos e privados com intervenção no território;
- Os seus objectivos de promoção dada Dignidade, da Sustentabilidade e do Bem-Estar da Comunidade.

Torna-se pois evidente a sua conexão com o conceito de Desenvolvimento Comunitário referido⁴⁵.

Por outro lado, dada a importância central da Participação da Comunidade nos GCs (e no conceito de Desenvolvimento Comunitário), estas experiências correspondem também, muitas vezes, a práticas (que podem ser inovadoras) de Democracia Participativa de Proximidade, contribuindo para afirmar processos de Cidadania Participativa Comunitária e para renovar e confrontar ou se articular com os caminhos da Democracia Representativa⁴⁶, mais formal e institucional, o que permite associar os GCs com as reflexões teóricas propostas, neste domínio, por autores como Fung (2004), Hickey & Mohan (2004) e Villasante (2017), entre outros.

Outra ligação interessante que encontramos em vários GCs prende-se com a promoção de actividades económicas, seguindo os princípios da Economia Solidária⁴⁷, como encontramos, por exemplo, nos GC4C, GCAL, GCFC, GCGA, GCL e GCP.

7. Os GCs como Governança Local Partilhada e Participativa - uma nova proposta conceptual

Para além disso, os GCs da Cidade de Lisboa têm vindo a desenvolver, nos últimos quatro anos, um processo inovador de cooperação com alguns departamentos da Câmara Municipal de Lisboa, com vista à **co-gestão** de alguns problemas dos bairros e da Cidade, tais como, até agora, os relativos à higiene urbana e à gestão dos resíduos (nomeadamente domésticos), às políticas de habitação, à gestão dos fogos e dos espaços não habitacionais municipais, à gestão dos espaços públicos e comuns, às respostas a crises, como a da COVID-19⁴⁸. Tem como objectivos principais, através do envolvimento activo das Comunidades e das Instituições de cada território e dos serviços da autarquia, criar um modelo de regulação política inovador, que conjugue e assente em:

- Uma base territorial de Proximidade efectiva, de vida e de identidade, ou seja, a partir do Bairro;
- Parceria empenhada das instituições (públicas e privadas, incluindo empresas) e serviços público, com presença e intervenção no Bairro;
- Participação e envolvimento activo das Comunidades locais;
- Co-responsabilização de vários protagonistas na gestão dos problemas e desafios da sociedade e, portanto, do Bem Comum.

É esta conjugação de quatro características ou componentes centrais que nos leva a designar este (novo) modelo e conceito por **Governança** (4.^a Componente) **Local** (1.^a), **Partilhada** (2.^a) e **Participativa** (3.^a). Tem uma base territorial de Proximidade, conjuga Parcerias com Participação e propõe um nova modalidade de abordagem e de regu-

lação da Acção Pública, até agora monopolizada pelo Estado ou negada ou desvalorizada e substituída pelo Mercado.

Este conceito suscita, pelo menos, quatro notas de reflexão.

Em primeiro lugar, as suas quatro componentes centrais deixam claro porque é que a sua base de partida (prática) e de fundamentação (teórica) são os Grupos Comunitários, como se constata facilmente se compararmos com a sua definição (apresentada no ponto 3) e com o conceito de Desenvolvimento Comunitário que os enquadra (ver o ponto 6).

Em segundo lugar, sem dúvida que o elemento fundamental, mais decisivo e inovador deste modelo e deste conceito é o envolvimento (**Participativo**) da Comunidade e a própria presença desta, sobretudo porque ela tinha sido “expulsa” e excluída do protagonismo e da regulação da Sociedade, pelo determinismo impositivo do binómio maniqueísta caracterizador do século XX, “Estado-Mercado”, “Público-Privado”. Ao determinar e dominar os modelos ideológicos, políticos, económicos e sociais do século XX, este binómio “esqueceu”, desvalorizou e excluiu de facto o papel da Comunidade, que agora, com os Grupos Comunitários e com esta prática e proposta de GLPP, é recuperado e revalorizado. Este elemento (crucial) faz com que este conceito tenha pontos de contacto essenciais com o conceito de *Empowered Participatory Governance*, proposto por Archon Fung e Erik Olin Wright⁴⁹.

Por outro lado, este “regresso” da Comunidade⁵⁰, como protagonista importante da Sociedade e da regulação dos seus problemas e desafios, remete para o conceito de “Comuns” e da sua revalorização, como inovação, como se referirá no ponto 8.

Contudo, o conceito de Governança Local Partilhada e Participativa (GLPP) assenta também, como uma outra

componente importante, nas Parcerias institucionais (públicas e privadas), o que nos parece fundamental para fazer face aos imensos, complexos e complicados problemas e desafios com que nos defrontamos actualmente neste primeira fase do século XXI, perante os quais a Acção Pública, protagonizado pelo Estado, é claramente insuficiente, e a Acção Privada do Mercado se apresenta como contraproducente⁵¹, pelo que é essencial mobilizar a Acção Colectiva, em Parceria, de todos os protagonistas da Sociedade, incluindo a Comunidade, como já se referiu. Esta é uma componente não tão valorizada na proposta de *Empowered Participatory Governance*, já mencionada (embora esteja presente, implícita ou mesmo explicitamente, nos quatro exemplos que apresentam), a qual assenta sobretudo no papel da Comunidade e dos seus processos Participativos e Deliberativos.

É certo que este alargamento dos protagonismos da GLPP a aproxima (perigosamente) das propostas neo-liberais (no seu essencial) da “Terceira Via”, de Tony Blair⁵², e da “*Big Society*”, de David Cameron. Há, no entanto, uma diferença fundamental e decisiva, que a opõe a essas propostas: enquanto elas pretendiam substituir ou complementar o Estado nas suas fragilidades, porque ele “é o problema e não a solução”⁵³, a GLPP reconhece o papel essencial do Estado e pretende reforçá-lo, com um novo conceito de Acção Pública, “retirada do monopólio do Estado” e enriquecida com o protagonismo importante da Comunidade.

8. Os GCs como um Novo Comum (“Baldio”) Urbano - uma leitura teórico-prática

Ao envolver a Comunidade (como a sua razão de ser) e ao mobilizar a sua Participação activa e central, os Grupos Comunitários representam um das vias mais fecundas do “regresso” do seu protagonismo para a identificação e a resolução dos problemas e desafios das sociedades actuais, assim conhecidas, interpretadas, organizadas e geridas de forma colectiva, com vista ao Bem **Comum**.

Neste sentido, um Grupo Comunitário é um Comum, na medida em que⁵⁴:

- É uma entidade colectiva informal;
- De propriedade colectiva indefinida (na verdade, a questão da propriedade não se coloca);
- Organizada e gerida em comum, com a Participação da Comunidade;
- Para identificar e resolver problemas da Comunidade;
- Realizando actividades conjuntas, ou seja, co-actividades⁵⁵;
- Para utilização comunitária.

São elementos fundamentais que o definem como um Comum, mais do que a questão da propriedade, antes a da gestão, da utilização e das co-actividades de base comunitária⁵⁶. De facto, actualmente, são considerados como Comuns “todas as actividades fundamentais para a Sustentabilidade da Vida, cuja apropriação (utilização e gestão) privada e com fins lucrativos pode pô-la em causa e/ou gestão pública pode ser insuficiente ou inadequada”⁵⁷, podendo ser melhor geridas e utilizadas pela Comunidade (ou com a Comunidade)⁵⁸.

Na verdade, alguns GCs conseguem conjugar⁵⁹:

- A co-produção de Conhecimento, através de Diagnósticos Partilhados e Participativos, permitindo diálogos de saberes de tipos diferentes⁶⁰;
- A conquista de processos deliberativos de co-decisão, relativamente aos assuntos de interesse comunitário;
- A co-construção de respostas e de soluções para os problemas e desafios da Vida em Comunidade e das correspondentes actividades, como co-actividades;
- A prática de processos de co-gestão de espaços públicos e comunitários, em que a Comunidade reivindica e conquista ter uma palavra a dizer, na definição das regras e dos critérios da sua utilização;
- O desenvolvimento e o reforço de uma identidade Comum, sobretudo nos GCs de maior duração.

Ao realizarem estas componentes da prática e do conceito dos Comuns, os GCs, mais do que promoverem “ações em comum” (*agir em commun*), conquistam processos de “acção comum” (*agir commun*)⁶¹. Ao mesmo tempo, contribuem para tornar a política um projecto comum (*commoning the political*), numa perspectiva transformadora (*in a transformative way*)⁶².

Por outro lado, de um certo modo, os GCs podem ser situados na mesma lógica dos “Baldios”, designação portuguesa para as terras comunitárias, de presença histórica muito antiga em muitas regiões do país. A sua propriedade, gestão e utilização é comunitária, através da constituição de “Assembleias de Aldeia”. Historicamente, sobretudo a partir do século XIX, foram objecto de várias apropriações privadas (no âmbito da afirmação capitalismo em Portugal) e públicas (sobretudo no século XX, no tempo da Ditadura de Salazar), mas resistiram e ainda existem vários Baldios

em Portugal (um dos poucos países da Europa onde ainda persistem), que têm uma legislação especial⁶³.

Pode-se mesmo considerar os Grupos Comunitários como casos de Novos Baldios Urbanos Imateriais.

9. Alguns desafios e notas de reflexão, resultantes deste “itinerário”

Os Grupos Comunitários são uma experiência muito própria e específica de Portugal e, em particular, de Lisboa, sem influências anteriores ou de outros países, mas correspondem a uma grande variedade de arranjos e de lógicas.

Os (cinco) mais antigos têm quase 30 anos, o que permite uma análise já bastante substantiva e fundamentada, mas é de assinalar que, dos 25 GCs actualmente existentes na Área Metropolitana de Lisboa, 20 foram criados nos últimos 14 anos (dois dos quais, na verdade, retomados).

Sobretudo nos dez com uma Participação Comunitária mais activa, encontram-se dinâmicas que traduzem:

- Práticas de Democracia Participativa e Deliberativa de Proximidade;
- Concretizações do conceito de Desenvolvimento Comunitário;
- Um envolvimento em processos de Governança Local Partilhada e Participativa, com alguns departamentos da Câmara Municipal de Lisboa, que exprimem um modelo inovador de regulação e de co-gestão dos problemas e desafios da sociedade;
- Uma expressão e um exemplo de um Novo Comum, nos seus valores de referência e nas suas lógicas de funcionamento;
- Contributos importantes para a melhoria do Bem-Estar, da Dignidade e da Sustentabilidade de algumas comunidades locais.

Estes resultados, efeitos ou características dos GCs constituem, simultaneamente, um potencial de inovação e de transformação política, económica e social (e também cultural e ambiental, por exemplo), que pode ainda alargar-se (a mais GCs) e reforçar-se, abrindo novos caminhos de futuro.



NOTAS

¹ Ver Ferreira (2011).

² Não só os 26 da Área Metropolitana de Lisboa, mas também os dois Grupos Comunitários de Angola, os dois de São Tomé e Príncipe, os similares 21 “Fóruns Sociais de Freguesia”, do concelho de Santa Maria da Feira, que o Autor tem ajudado a construir, acompanhado e avaliado, bem como os cinco “Fóruns Comunitários de Freguesia”, do concelho de Arouca (por enquanto, do universo das 16 freguesias do concelho), que está, neste momento, a ajudar a criar. Refira-se ainda que ambos estamos, neste momento, envolvidos na constituição de mais um GC, na Freguesia de Campolide, em Lisboa, o do Bairro da Bela Flor, já tido em conta na nossa análise.

³ Para uma decodificação destas siglas, ver o Quadro 1.

⁴ Em particular, neste momento, ambos muito activamente na docência de duas Pós-graduações, em Economia Social e Solidária e em Desenvolvimento Comunitário, no IPPS - Instituto de Políticas Públicas e Sociais, do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.

⁵ Veja-se, a título de exemplos, a bibliografia indicada no final, da nossa responsabilidade.

⁶ Distanciando-nos de outras modalidades de Investigação-Ação, nomeadamente as imbuídas do cânone da razão instrumental, orientadas para a eficiência humana e tecnocêntrica (e.g.: Investigação-Ação Industrial), posicionamo-nos no âmbito das tradições pragmatista/prática e crítica desta metodologia (Cf. Kemmis, McTaggart e Nixon, 2014: 14-22).

⁷ Cf. Santos (2007).

⁸ Ver, por exemplo: Amaro (2018: 18) e Ferreira e Amaro (2021: 69-73). Cf. também Marchioni (1999: 8-12) e Marchioni (2002: 2-19).

⁹ Para uma abordagem mais aprofundada sobre este ponto, ver Amaro (2022:234-238).

¹⁰ No caso da Flamengo (antiga Zona N1), inicialmente como componente do GC do Bairro dos Lóios, um dos históricos do princípio. No caso do Condado (antiga Zona J) com um papel muito central do Centro de Saúde e da Enfermeira Rosário Horta, outra das protagonistas

históricas desta área.

¹¹ É sobretudo os casos dos GCPC e GCHN.

¹² Considerou-se: o nível 2, quando há o envolvimento activo e permanente de pelo menos uma das autarquias (ou um dos seus departamentos) e esporádico da(s) outra(s) (ou de um dos seus departamentos); o nível 1, quando há só o envolvimento permanente e activo de uma delas e inexistente da(s) outra(s) (ou de um dos seus departamentos) ou esporádico de ambas (ou das três, no caso de haver mais de uma freguesia envolvida); o nível 0, quando o envolvimento é inexistente ou esporádico apenas de uma delas.

¹³ Considerou-se: o nível 2, quando há o envolvimento permanente e activo de pelo menos três dos serviços destas áreas; o nível 1, quando há o envolvimento permanente e activo de pelo menos um dos serviços destas áreas ou esporádico de pelo menos três; o nível 0, quando o envolvimento é inexistente ou é esporádico de menos de três dos serviços destas áreas. No caso de Lisboa, a SCML foi considerada equivalente a serviço público da área da Acção Social.

¹⁴ Considerou-se: o nível 2, quando há o envolvimento permanente e activo de pelo menos três ou metade das ONGs presentes no território; o nível 1, quando há o envolvimento permanente e activo de pelo menos uma das ONGs presentes no território, desde que haja mais do que duas ou esporádico de pelo menos três ou metade das ONGs presentes no território; o nível 0, quando o envolvimento é inexistente ou esporádico de menos de metade das ONGs presentes no território.

¹⁵ Este exercício é da nossa responsabilidade, embora tenha colhido inspiração num exercício similar que fizemos em Ferreira & Amaro (2021: 81-86).

¹⁶ E intenso e permanente dos 15 GC dos Bairros de Habitação Social de Lisboa (mais do do Pendão), muito em particular dos GCF, GCFC, GCGA, GCHN, GCL-S e GCPC e da Rede L&M.

¹⁷ Em Amaro (2018: 73-74) apresentou-se uma tipologia em sete categorias, que aqui não considerámos da mesma maneira.

¹⁸ Ver, sobre este conceito, Amaro (2018: 73-74).

¹⁹ Em Amaro (2018: 73) são designados por “Grupos exclusivamente de Instituições e Serviços, que não preveem a Participação da Comunidade, sendo, por isso, na verdade, quando muito, Grupos de Trabalho Comunitário ou na Comunidade, para a Comunidade, mas não com a Comunidade - são Grupos exclusivamente de Parceiros Institucionais”.

²⁰ Em alguns casos, como na RIG e na RIT, essa ausência da Comunidade é mesmo pretendida, para que as/os Técnicas/os possam abordar livremente entre si os problemas dos/as Moradores/as e da Comunidade, sem a presença, considerada constrangedora e limitativa destes/as. Em outros casos, como no GCAB e na Rede L&M, pretende-se evoluir para GC, com a Participação da Comunidade.

²¹ A chamada “Assembleia Comunitária do Vale de Chelas”, animada pela Fundação Aga Khan, em parceria com a SCML, nem é verdadeiramente uma Assembleia Comunitária, pois a Participação da Comunidade é bastante limitada, em número e em intensidade, nem verdadeiramente um Grupo Comunitário, até pelo envolvimento desigual das autarquias locais, dos serviços públicos e das instituições particulares.

Assinale-se, já agora, que o outro GC animado pela Fundação Aga Khan é o do Pendão.

²² Apesar de ter 2 pontos como as Redes Interinstitucionais plenas, não o é, porque se trata de uma situação híbrida.

²³ Só para se ter uma ideia destas oscilações, compare-se este quadro com o quadro similar, apresentado em Amaro (2022: 256), calculado há cerca de um ano, em particular no que se refere às situações dos GCA, GCC, GCGA, GCL-S, GCHN, GCMA e GCPC.

²⁴ Muito graças ao empenhamento e dedicação de um das suas Técnicas, Sofia Albuquerque, a quem deve muito justamente ser atribuída parte importante dos méritos iniciais deste processo.

²⁵ Cf. também Ferreira & Amaro (2021: 94-95).

²⁶ É justo que, para a História dos GC da

Área Metropolitana de Lisboa, referir o nome de Mónica Azevedo, que já tinha estado envolvida, na segunda metade dos anos de 1990, no GC da Quinta Grande, na época como Técnica do ISU - Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária.

²⁷ Cf. o Documento “Uma Proposta de Governança Local Partilhada e Participativa para a Cidade de Lisboa com o envolvimento dos Grupos Comunitários (versão reformulada)” - Parte II, pp. 1-2. Sobre o conceito de Governança Local Partilhada e Participativa, ver, em particular Amaro (2018: 94-95) e Ferreira & Amaro (2021: 13 e 94-97).

Para uma discussão mais alargada, ver também: Ferreira, Bárbara (2011). *Desenvolvimento, Cidadania e Participação: performances locais*. Lisboa: ISEG – Universidade de Lisboa, Lisboa, Dissertação de Mestrado em Cooperação e Desenvolvimento, 94 páginas; Fung, Archon & Wright, Erik Olin (2003). Thinking about Empowered Participatory Governance. In: Fung, Archon & Wright, Erik Olin (orgs.). *Deepening Democracy - Institutional Innovations in Empowered Participatory Governance*. London and New York: Verso, pp. 3 - 44; Fung, Archon (2006). Varieties of Participation in Complex Governance. *Public Administration Review*, Vol. 66 (December 2006), pp. 66 - 75; Fung, Archon & Cohen, Joshua (2004). Radical Democracy. Swiss Journal of Political Science, Vol. 10, N.º 4 (Winter 2004), pp. 23 - 34.

²⁸ Sobre esta distinção entre a Governança Local Partilhada e Participativa e a Governação Integrada, cf. Amaro (2020: 25): “Neste sentido, as lógicas de Intervenção Comunitária para o Desenvolvimento Comunitário referem-se a um modelo de Governança Local Partilhada e Participativa, de sentido democrático, e não a uma Governação Integrada, de sentido tecnocrático. E, no entanto, é esta a filosofia que se tem proclamado como inspiradora das intervenções da S.C.M.L. nos últimos tempos, desajustada portanto dos princípios do Desenvolvimento Comunitário”.

²⁹ Ver também, sobre estes resultados,

Ferreira & Amaro (2021: 91-96).

³⁰ No caso do Grupo Comunitário das Galinheiras-Ameixoeira, o Ministério da Saúde delegou-lhe inclusive, em Maio/Junho de 2020, o levantamento das situações de risco face à pandemia, a organização de testes à população das “vilas” das Galinheiras e o acompanhamento e o apoio das Pessoa infectadas e das suas famílias, num inédito e notável processo de Governança Local Partilhada e Participativa, em que Moradores/as e Instituições deram as mãos, para fazer frente a uma situação de calamidade, demonstrando que é possível aplicar um **modelo inovador de Deontologia Partilhada e Participativa**. Sobre esta experiência, cf. Lima, Mariana; Amaro, Rogério Roque; & Ferreira, Bárbara (2021). An experiente of shared and participatory local governance. *Practice Insights* - “Community Development Approaches to the COVID-19 Crisis”, Issue 17, IACD - International Association for Community Development, pp. 34-37 (consultar em www.iacdglobal.org).

³¹ Entretanto, já depois da primeira versão deste texto, realizaram-se eleições locais, tendo mudado o partido à frente da CML, para um mais à direita, mas os GC têm feito pressão para que este processo não se perca e continue no seu essencial.

³² Não foi possível ainda a participação nos GCHN e GCPC, porque estes GC não têm reunido, desde o início da pandemia. Quanto ao GCL, a questão é diferente, pois é o Técnico designado, que ainda não se conseguiu disponibilizar.

³³ Tal como a Assembleia de Compartes, prevista na Lei dos Baldios, em Portugal, como estrutura de gestão das terras comunitárias ou Baldios.

³⁴ Ver Lima, Amaro & Ferreira (2021).

³⁵ Para um maior aprofundamento, cf. Amaro (2022: 196-208) e a bibliografia aí indicada.

³⁶ Cf. Amaro (2022: 196-197 e 209-211).

³⁷ Ver, por exemplo, Amaro (2022: 199-202).

³⁸ Stöhr (1981) e Stöhr (1990).

³⁹ Pecqueur (1987) e Pecqueur (1989).

⁴⁰ Vachon (1994).

⁴¹ Arocena (1986).

⁴² Friedmann & Weaver (1979).

⁴³ Cf., por exemplo, Amaro (2009a: 111)

e Amaro (2018: 21-22).

⁴⁴ Cf. Amaro (2018:18) e Ferreira & Amaro (2021: 69-73 and 77-86).

⁴⁵ Cf. também, por exemplo: Ander-Egg (2005), Burbano (2011), Carmo (2015).;Fragoso (2005), Matarrita-Cascante & Brennan (2012), Nunes et al. (2017).

⁴⁶ Deste ponto de vista, muitas das vivências e situações experimentadas pelos GCs, nas suas relações, por exemplo, com as autarquias locais, encontram ressonâncias relevantes nas reflexões propostas por Altman (2011), ao abordar as relações entre os processos de Democracia Directa e as formas de Democracia Representativa. Este é um tema que daria para muitos questionamentos e análises, mas que aqui apenas podemos indicar, sem aprofundar.

⁴⁷ Cf., por exemplo, Amaro (2009b) e Laville (2018).

⁴⁸ Cf., por exemplo, Lima, Amaro & Ferreira (2021).

⁴⁹ Cf. Fung & Wright (2003: 3-45). Cf. também, para uma discussão mais aprofundada: Fung (2004); Frey (2007); Frey (2012); Amaro (2018); Chaves-Avila & Gallego-Bono (2020); Giovannini (2020).

⁵⁰ O que suscita a questão de saber o que se entende por Comunidade, mas que não vai ser discutida aqui, mas encontra-se nesta linha, por exemplo, em Amaro (2018: 20-21).

⁵¹ Cf. também Fung & Wright (2003: 3-6).

⁵² Cf., por exemplo, Giddens (2013).

⁵³ Fung & Wright (2003: 4).

⁵⁴ Cf., por exemplo, Dardot & Laval (2014) e Healy et al. (2018).

⁵⁵ Este é um dos elementos mais interessantes da redefinição de “Comuns”, proposta por Dardot & Laval (2014).

⁵⁶ Para uma discussão mais substantiva destes elementos, cf. os já referidos Dardot & Laval (2014) e Healy et al. (2018). Cf. também Amaro (2018: 28-30) e Ferreira & Amaro (2021: 86-96).

⁵⁷ Amaro (2018: 29).

⁵⁸ Como Ostrom (1990) demonstrou.

⁵⁹ Cf. Ferreira & Amaro (2021: 91-96).

⁶⁰ Uma Ecologia de Saberes, como sugere Boaventura de Sousa Santos (2007).

⁶¹ Cf. Dardot & Laval (2014: cap. 6).

⁶² Hollender (2016: 3 and 6-11).

⁶³ Cf. Ferreira & Amaro (2021: 86).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Altman, D. (2011). *Direct Democracy Worldwide*. Cambridge and New York: Cambridge University Press, 248 páginas.

Amaro, R. R. (2009). Desenvolvimento Local. In: A. Cattani et al.(coord.), *Dicionário Internacional da Outra Economia* (pp. 108 – 113). Coimbra: Almedina e CES.

Amaro, R. R. (2009b). A Economia Solidária da Macaronésia - Um novo conceito. *Revista de Economia Solidária*, 1, pp. 11-28.

Amaro, R. R (2018). *Manual de Práticas e Métodos sobre Grupos Comunitários*. Lisboa: Leigos para o Desenvolvimento.

Amaro, R. R. (2020). Percursos de Intervenção Comunitária na SCML. *Cadernos Técnicos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, “Desenvolvimento Comunitário”, n.º 04, abril, pp. 17-25.

Amaro, R. R. (2022). Desenvolvimento Comunitário em Portugal: Caminhos para o Aprofundamento da Democracia (Uma Governança Local Partilhada e Participativa em contexto de crises). In: J. Estivill & C. Balsa (orgs.), *Economia local, comunitária e solidária - O desenvolvimento visto de baixo* (pp. 192-282). Vila Nova de Famalicão: Editora Húmus, Coleção “Navegar é preciso”, 393 p.

Ander-Egg, E. (2005). *Metodología y práctica del desarrollo de la comunidad*. 2a. Edición, Buenos Aires: Editorial Lumen Hvmanitas, 144 páginas.

Arocena, José (1986). *Le Développement par L'Initiative Locale - Le Cas Français*. Paris: L'Harmattan. 227 páginas.

Berger, P. L. and Luckmann, T. (1966). *The Social Construction of Reality: A Treatise in the Sociology of Knowledge*. New York: Doubleday & Company, 219 páginas.

Burbano, A. (2011). *Apuntes sobre Desarrollo Comunitario*. Málaga: Universidad de Málaga, eumed.net (edição digital), 75 páginas.

Carmo, H. (coord.) (2015). *Desenvolvimento comunitário*. Lisboa: ISCSP - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 323 páginas.

Chaves-Ávila, R. & Gallego-Bono, J. R. (2020). Transformative Policies for the Social and Solidarity Economy: The New Generation of Public Policies Fostering the Social Economy in Order to Achieve Sustainable Development Goals. *The European and Spanish Cases. Sustainability*, 12 (10), pp. 1-29 (doi:10.3390/su12104059).

Dardot, P. & Laval, C. (2014). *Commun - Essai sur la révolution au XXIe siècle*. Paris: La Découverte, 593 páginas.

Fals Borda, O. and Rahman, M. (1991). *Action and Knowledge: Breaking the Monopoly with Participatory Action-Research*, New York: The Apex Press, 182 páginas.

Ferreira, B. (2011). *Desenvolvimento, Cidadania e Participação: performances locais*. Master's thesis in International Cooperation and Development, ISEG – Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.

Ferreira, B. e Amaro, R. R. (2021). The Community Groups of Lisboa as “Commons”. *Revista de Economia Solidária*, 14, pp. 66-101.

Fragoso, A. (2005). Contributos para o debate teórico sobre o desenvolvimento local: Um ensaio baseado em experiências investigativas. *Revista Lusófona de Educação*, 5, pp. 63-83.

Freire, P. (1987). *Pedagogia do oprimido*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Frey, K. (2007). Governança Urbana e Participação Pública. *RAC-Eletrônica*, Vol. 1, No. 1 (jan./abril), art. 9.º, pp. 136-150 (disponível em <http://www.anpad.org.br/rac-e>).

Frey, K. (2012). Abordagens de governança em áreas metropolitanas da América Latina: avanços e entraves. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, São Paulo, v. 4, n. 1, (jan./jun.), p. 87-102.

Friedmann, John & Weaver, Clyde (1979). *Territory and Function: The Evolution of Regional Planning*. London: Edward Arnold Publication, 234 páginas.

Fung, A. & Wright, E. O. (Eds.) (2003). *Thinking about Empowered Participatory Governance*. In: *Deepening Democracy - Institutional Innovations in Empowered Participatory Governance* (pp. 3 – 44). London and New York: Verso.

Fung, A. (2004). *Empowered Participation: Reinventing Urban Democracy*. Princeton: Princeton University Press, 306 p.

Fung, A. & Cohen, J. (2004). Radical Democracy. *Swiss Journal of Political Science*, Vol. 10, No. 4 (Winter 2004), pp. 23 - 34.

Fung, A. (2006). Varieties of Participation in Complex Governance. *Public Administration Review*, Vol. 66 (December 2006), pp. 66-75.

Giddens, A. (2013). *The Third Way - The Renewal of Social Democracy*. New York: John Wiley & Sons, 176 p.

Giovannini, M. (2020). Solidarity economy and political mobilisation: Insights from Barcelona. *Business Ethics: An European Review*, Vol. 29, Issue 3, pp. 497-509 (<https://doi.org/10.1111/beer.12283>).

Glaser, B. and Strauss, A. (1967). *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for qualitative research*, Chicago: Aldine, 284 páginas.

Haraway, D. (1988). “Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective,” *Feminist Studies*, 14(3), pp. 575–599.

Harvey, D. (2008). “The Right to the City,” *New Left Review*, 53, pp. 23-40.

Healy, S. et al. (2018). Commoning and the politics of solidarity: Transformational responses to poverty. *Geoforum*, Vol. 127, pp. 306-315 (<https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2018.03.015>).

Hickey, S. & Mohan, G. (eds.) (2004). *Towards Participation as Transformation: Critical Themes and Challenges*. In: *Participation: from Tyranny to Transformation? Exploring new Approaches to Participation in Development* (pp. 3 – 24). London and New York: Zed Books.

Hollender, R. (2016). A Politics of the Commons or Commoning the Political? Distinct Possibilities for Post-Capitalist Transformation. *Spectra*, 5(1) (doi : <http://doi.org/10.21061/spectra.v5i1.351>).

Kemmis, S., McTaggart, R. and Nixon, R. (2014). *The Action Research Planner – Doing Critical Participatory Action Research*. Singapore: Springer.

Lacville, J.-L. (2018). *A Economia*

Social e Solidária - Práticas, Teorias e Debates. Coimbra: Almedina e CES-Universidade de Coimbra, 344 páginas.

LeFebvre, H. (1968). *Le droit à la ville*, Paris: Anthropos.

Lima, M. ; Amaro, R. R. & Ferreira, B. (2021). An experiente of shared and participatory local governance. Practice Insights - “Community Development Approaches ti the COVID-19 Crisis”, Issue 17, IACD - International Association for Community Development, pp. 34-37 (consultar em www.iacdglobal.org).

Malheiros, J; Ferreira, B., Carreiras, M., Amílcar, A. & Raposo, R. (2016). Vulnerabilidade e Integração Urbana em Bairros de Habitação Social da Grande Lisboa: Uma Aproximação Conceptual e Empírica. *Espaço & Geografia*, Vol.19, N. 1 (2016), pp. 185-237

Matarrita-Cascante, D. & Brennan, M. A. (2012). Conceptualizing community development in the twenty-first century. *Community Development*, 43 (3), 293-305 (doi: 10.1080/15575330.2011.593267).

Matarrita-Cascante, D. , Lee, J. H. & Nam, J. E. (2020). What elements should be present in any community development initiative ? Distinguishing community development from local development. *Local Development & Society*, 21 p. (doi: 10.1080/26883597.2020.1829986).

Nunes, N., Viana, A. M., Serra, N. & Amaro, R. R. (2017). *Intervenção Comunitária – Conhecimentos e Práticas da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. Lisboa: Centro Editorial da SCML.

Ostrom, E. (1990). *Governing the Commons - The evolution of institutions for collective action*. Cambridge: Cambridge University Press.

Pecqueur, Bernard (1987). *De l’espace fonctionnel à l’espace-territoire: essai sur le développement local*. Grenoble (France): Université Pierre Mendès France (Thèse de doctorat en Sciences économiques).

Pecqueur, Bernard (1989). *Le Développement Local: mode ou modèle?*. Paris: Syros. 149 páginas.

Santos, B. S. (2007). Para além do Pensamento Abissal - Das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos Estudos - CEBRAP*, 79, pp. 71-94.

Silva, M. M. (1963). Desenvolvimento Comunitário - Uma Técnica de Progresso Social. *Análise Social I* (4), pp. 538-558.

Stöhr, Walter (1990). *Global Challenge and Local Response – Initiatives for Economic Regeneration in Contemporary Europe*. London, New York: Mansell and The United Nations University. 472 páginas.

Stöhr, Walter & Taylor, Fraser (ed.) (1981). *Development From Above or Below? The Dialectics of Regional Planning in Developing Countries*. Chichester: Wiley, 488 páginas.

Vachon, Bernard (1994). *Le Développement Local - Théorie et pratique - Réintroduire l’humain dans la logique de développement*. Boucherville: Gaëtan Morin Editeur. 331 páginas.

Villasante, T. R. (2017). *Democracias transformadoras: experiencias emergentes y alternativas desde los comunes*. Barcelona: El Viejo Topo, 171 p.



